

Juliana Bastos Marques
Monica Selvatici

Volume | 2

Mundo Helenístico





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Mundo Helenístico

Volume 2

Juliana Bastos Marques

Monica Selvatici



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Claudia Rodrigues

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Juliana Bastos Marques

Monica Selvatici

COORDENAÇÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Flávia Busnardo

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

E REVISÃO

Marcelo Alves da Silva

Marcelo Oliveira

Paulo Alves

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaïs de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Beatriz Fontes

Carolina Godói

Elaine Bayma

Patrícia Sotello

Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Bianca Giacomelli

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alexandre d'Oliveira

Julina Vieira

ILUSTRAÇÃO

Fernando Romeiro

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2012, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

M357m

Marques, Juliana Bastos.

Mundo helenístico v. 2. / Juliana Bastos Marques, Monica Selvatici. - Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2013.

154 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-925-2

I. Mundo helenístico. 2. Cultura medieval. I 3. Mundo grego. 4. Egito. 5. Macedônia. I. Selvatici, Monica. II. Título.

CDD: 930

2014.2

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Vieira

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
Reitor: Luiz Augusto Caldas Pereira

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Aula 8 – A chegada dos romanos e a introdução da cultura grega em Roma	7
Juliana Bastos Marques	
Aula 9 – As cidades helenísticas: fim ou transformação da <i>polis</i> ?	33
Juliana Bastos Marques	
Aula 10 – Relações culturais e identitárias entre gregos e bárbaros. O exemplo da Judeia e a Revolta dos Macabeus	61
Monica Selvatici	
Aula 11 – Os novos mundos das religiões e das filosofias helenísticas	87
Monica Selvatici	
Aula 12 – Arte e ciência no mundo helenístico	111
Juliana Bastos Marques	
Referências	149

Aula 8

A chegada dos romanos e a introdução da cultura grega em Roma

Juliana Bastos Marques

Metas da aula

Apresentar a ação militar e diplomática dos romanos na configuração geopolítica do mundo helenístico a partir do século II a.C., na forma como delimitou mudanças irreversíveis na autonomia do mundo grego; mostrar como a cultura grega do período influenciou o mundo romano.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a dinâmica da presença romana no mundo helenístico como modificadora das relações locais;
2. identificar as formas da influência grega no mundo romano.

Pré-requisitos

Para esta aula, recapitule a aula anterior, sobre a dinastia antigônida. Retome também as aulas de História Antiga, referentes ao surgimento de Roma, especialmente a Aula 17.

INTRODUÇÃO

A Grécia foi a primeira província anexada ao nascente Império Romano, processo que se tornaria o modelo inicial para todo o arranjo político, econômico e social do Mediterrâneo até o fim do mundo antigo. A cultura grega também estabeleceu uma presença muito forte em Roma, a ponto de usarmos o termo “greco-romano” para definir todo o período da Antiguidade Clássica.

Como vimos na última aula, o paulatino enfraquecimento das monarquias helenísticas, em especial a dinastia dos antigônidas na Macedônia, e a fragilidade política e militar das alianças entre as cidades gregas, nas ligas Etólia e Aqueia, favoreceram a penetração dos romanos no território grego. Veremos que, a princípio, os romanos não tinham planos sistemáticos de anexação de territórios na Grécia, o que fez com que a expansão do Império Romano nesse período fosse um processo mais acidental do que propriamente premeditado.

Primeiros contatos com a Grécia

O exército romano enfrentou os gregos pela primeira vez em 280 a.C., durante a invasão da península Itálica por Pirro, rei do Épiro, conforme vimos na última aula – o contato significou nada mais do que uma defesa de território. Nas décadas seguintes, Roma ocupou-se com a consolidação de seu poder na península, em especial perante as cidades gregas da chamada Magna Grécia, ou seja, a parte sul da Itália, e com a Primeira Guerra Púnica, contra Cartago. De fato, esta guerra entre as duas maiores potências militares do Mediterrâneo ocidental no século III a.C. foi essencialmente uma disputa pela Sicília, território geograficamente estratégico e de cidades economicamente poderosas, como a *pólis* de Siracusa – que, no entanto, se manteve independente e aliada a Roma após o fim da guerra.

O primeiro contato militar com os gregos fora da Itália se deu por causa do aumento da influência do reino da Ilíria (**Figura 8.1**) no mar Adriático, que era nada menos do que o estratégico corredor marítimo entre a Itália e a Grécia. O território ilírio estava unificado pela primeira vez sob uma monarquia mais estável e centralizadora, mas que apoiava uma feroz atividade de pirataria no Adriático. A rainha Teuta, que havia unificado as diversas tribos da região, ordenara um ataque aos navios mercantes sob proteção romana, além do assassinato de um diplomata romano, em 229 a.C. Como resposta, os romanos finalmente atravessaram o mar Adriático e invadiram esse território no norte da Grécia, conseguindo por isso alianças de ajuda mútua com as cidades gregas na região, como Corcira, Apolônia e Issa.



Figura 8.1: Península Itálica, mar Adriático, Ilíria e Grécia.

Fonte: Wikimedia Commons (adaptado) – http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Illyrian_colonies_in_Italy_550_BCE.jpg

Logo se seguiu outra guerra na Ilíria, desta vez contra o rei Demétrio, em 219 a.C. – fato eleito pelo historiador Políbio como o real início do domínio romano sobre os gregos. O objetivo das *Histórias* de Políbio seria narrar como foi possível aos romanos dominar todo o Mediterrâneo em apenas meio século, entre o início da Segunda Guerra Púnica e 167 a.C., com a conquista final da Macedônia. Vale lembrar que os romanos estavam ao mesmo tempo começando essa segunda guerra contra os cartagineses, que se arrastaria por quase duas décadas contra o famoso general Aníbal.

O que podemos observar a partir das Guerras Ilírias é que, desde o início, não houve um movimento planejado de anexação de territórios na Grécia pelos romanos, mas sim ações pontuais realizadas para garantir a hegemonia e o poder sobre o Mediterrâneo. Esse padrão irá se repetir nas décadas seguintes com a Macedônia e o restante da Grécia, bem como na costa da Ásia Menor: cidades gregas entravam em conflito entre si e pediam a mediação dos romanos, que, ao demonstrar sua hegemonia militar, tornavam-se então “protetores” em alianças com as cidades gregas vitoriosas, que eventualmente iriam entrar em conflito mais uma vez. Foi apenas no fim desse processo que os romanos decidiram manter definitivamente seus exércitos no território grego, tomando para si a administração da região.

As Guerras Macedônicas

As etapas da conquista romana da Grécia podem ser divididas em quatro:

- a) Primeira Guerra Macedônica, contra Filipe V (211-205 a.C.);
- b) Segunda Guerra Macedônica, também contra Filipe V (200-197 a.C.);
- c) Guerra contra os etólios e o selêucida Antíoco III, ou Guerra Síria (192-188 a.C.);

d) Guerra contra Perseu da Macedônia, ou Terceira Guerra Macedônica (172-168 a.C.).

Essa divisão é claramente baseada na ênfase política que as fontes históricas antigas nos dão sobre o período, em especial os historiadores Políbio e Tito Lívio, com relatos sobre guerras e grandes feitos militares. No entanto, sob uma perspectiva mais ampla das relações internacionais no período, essas guerras na Grécia e Ásia Menor refletem a fragilidade já evidente das monarquias helenísticas, que abandonam de vez as pretensões de domínio dos territórios antes parte do império de Alexandre. As Ligas Etólia e Aqueia também medem forças com esses reinos, ora aliadas, ora inimigas dos reis. Nesse sentido, o apelo aos romanos é mais um dos tratados possíveis e que se tornam cada vez mais recorrentes devido à grande supremacia tática das legiões perante as falanges hoplíticas do tipo macedônio, predominantes nas batalhas até então.

a) *Primeira Guerra Macedônica* (211-205 a.C.)

Conforme vimos na aula passada, Filipe havia feito um tratado com o cartaginês Aníbal, em busca de territórios na Ilíria. Os cartagineses tinham infligido severas derrotas aos romanos naquele período, nas batalhas de Trébia, do lago Trasímene e de Canas, e parecia vantajoso ao macedônio se aliar àquela que parecia a força militar mais poderosa. Os romanos, ocupados com o *front* ocidental, aliaram-se à Liga Etólia, e foi ela que tomou as rédeas da luta contra Filipe V. Eventualmente, os etólios perceberam que estavam lutando quase sozinhos e estabeleceram uma paz com o rei macedônico, com a qual os romanos tiveram de concordar.

O texto da aliança entre os romanos e a Liga Etólia é citado por Tito Lívio (XXVI, 24, 7-15) e também está parcialmente preservado em uma inscrição:

Se os romanos capturarem pela força as cidades desses povos, no que concerne o povo romano, que seja permitido aos etólios ter essas cidades e seus territórios; e tudo o que for capturado pelos romanos além dessas cidades e territórios [ou

seja, o butim], que os romanos as mantenham. E se alguma dessas cidades for capturada conjuntamente pelos romanos e etólios, no que concerne o povo romano, que os etólios tenham essas cidades e seus territórios.

b) *Segunda Guerra Macedônica* (200-197 a.C.)

A participação na disputa entre Filipe V e os etólios havia deixado os romanos com uma má fama na Grécia, acusados de crueldade e barbárie, nos saques às cidades e no trato com os inimigos. Os ânimos se acirraram rapidamente e, embora as causas da nova guerra entre o rei macedônio e os romanos não estejam claras, esse foi, de fato, o primeiro ataque romano deliberado, que teve sua conclusão apenas com a rendição completa de Filipe. Mais uma vez tiveram destaque as alianças com as cidades gregas, e esta guerra foi caracterizada pelos discursos dos romanos como “libertadores” dos gregos contra o rei macedônio, como já chegamos a ver na aula anterior em relação a Atenas. A vitória romana final deixou claro para os gregos quem realmente detinha o poder e que Roma não poderia mais ser deixada de lado, quando se tratasse dos arranjos políticos locais. Filipe V deveria voltar aos seus domínios na Macedônia, sem maiores pretensões territoriais.

A declaração da “libertação” dos gregos pelos romanos tomou ares solenes, anunciada teatralmente durante os Jogos Ístmicos de 196 a.C. As cidades gregas aclamaram o general Tito Quíncio Flaminio como o grande libertador, tendo até mesmo cunhado moedas com a sua efígie (**Figura 8.2**).



Figura 8.2: Estátéra grega de ouro com a efígie do general Tito Quíncio Flaminino, 197 a.C. Esta é a moeda mais antiga com um retrato de um romano.

Fonte: Trustees of the British Museum < http://www.britishmuseum.org/explore/highlights/highlight_objects/cm/g/gold_stater_in_the_name_of_tit.aspx >

Políbio cita o texto da aclamação (XVIII, 46):

O arauto avançou então e, impondo silêncio geral por meio de seu corneteiro, leu a seguinte proclamação: “O Senado de Roma e o pró-cônsul Tito Quíncio, após a vitória sobre o rei Filipe e os macedônios, deixam livres os seguintes povos, sem guarnições em suas cidades e sem a imposição de quaisquer tributos, e governados pelas próprias leis de suas respectivas pátrias; os coríntios, os focens, os lócios, os eubeus, os aqueus friótios, os magnésios, os tessálios e os perrébios.”



O exército romano



Figura 8.3: Relevo funerário com legionários romanos.

Fonte: Wikimedia Commons < http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Glanum-stele_legionnaires.jpg>

Assim como no mundo grego, os legionários na época da República romana eram também cidadãos, e não um exército profissional. Como, durante esses contatos com a Macedônia, os romanos também estavam lutando na Segunda e na Terceira Guerra Púnica, inclusive com substanciais derrotas, o corpo dos cidadãos em Roma diminuiu expressivamente. Estima-se que, entre cidadãos romanos, aliados das cidades italianas e escravos, o número de soldados e marinheiros romanos tenha chegado a 100 mil durante a Segunda Guerra Púnica, mas outros cálculos indicam uma perda de 75 mil homens entre 214 e 211 a.C.

Isso também indica uma extraordinária capacidade tática e logística do exército romano, já que eles conseguiram superar suas baixas e vencer tanto os cartagineses quanto os gregos. A falange grega

funcionava bem apenas em campo aberto, contra exércitos menos disciplinados ou contra outras falanges, mas as legiões romanas tinham mais mobilidade, força de ataque e combinavam melhor a estratégia de batalha com o uso da cavalaria. Assim, um número muito menor de legiões foi usado na Grécia em relação à guerra contra Cartago, que era um cenário de batalha espalhado pelo Mediterrâneo Ocidental. Logo os romanos deixaram evidente aos gregos que a falange macedônica estava ultrapassada como tática de guerra.

c) *Guerra contra os etólios e Antíoco III, ou Guerra Síria* (192-188 a.C.)

Com o fim da guerra contra Filipe V, os etólios mostraram-se insatisfeitos com a sua posição de aliados dos romanos, lutando mais nas batalhas e recebendo menos benefícios como resultado. Logo perceberam que outra força militar poderia lhes dar um apoio mais vantajoso, desta vez, Antíoco III, o rei selêucida da Síria. Antíoco também tinha seus planos expansionistas e pretendia expandir seu território para controlar o **Helesponto**.

Em 192 a.C., ambas as partes resolveram se aliar contra os romanos e o inimigo de Antíoco, o rei Eumenes, de Pérgamo. A resposta romana foi um pesado ataque às forças selêucidas, a primeira invasão romana na Ásia, e consolidou definitivamente a força de Roma entre os gregos. Mais uma vez, no entanto, os romanos contentaram-se em apenas demonstrar seu poder e superioridade militar, evitando a todo custo tomar o território grego para si. Isso também fortaleceu a dinastia dos atálidas, reis de Pérgamo, contra o decadente império selêucida. Mas, daqui em diante, todas as disputas internas entre os gregos seriam não apenas mediadas pelos romanos, como também decididas necessariamente em favor dos interesses destes.

Helesponto

O estreito de Helesponto, hoje conhecido como Dardanelos, é uma faixa marítima que separa a Ásia Menor do norte da Grécia e funcionava como caminho estratégico para todas as tropas que se deslocavam entre leste e o oeste no Mediterrâneo clássico. Foi nesse estreito, que vai de 1 a 6 km de largura, que, em épocas distintas, Xerxes e Alexandre atravessaram seus exércitos.

Tito Lívio cita os duros termos do tratado (XXXVIII, 11):

A nação etólia respeitará lealmente a soberania e a autoridade do povo romano; se um exército marchar contra os aliados e amigos de Roma, ela não o deixará cruzar seu território e não lhe fornecerá nenhuma ajuda; terá os mesmos inimigos que o povo romano, empunhará armas contra eles e lhes moverá guerra em pé de igualdade com Roma; entregará a romanos e aliados os desertores, trãsugas e prisioneiros, bem como os inimigos dos romanos apreendidos pelos etólios quando estes combatiam ao lado dos romanos; (...) a Etólia dará aos romanos quarenta reféns, à discricão do cônsul, com idade entre doze e quarenta anos; não poderão ser reféns nem pretor, nem comandante de cavalaria, nem escriba público, nem quem porventura já tenha sido refém dos romanos.

d) *Terceira Guerra Macedônica* (172-168 a.C.)

O antigo inimigo Filipe V revelou-se um aliado confiável dos romanos durante a Guerra Síria. Interessado em se manter no poder e conhecendo a superioridade militar romana, o rei tinha grande interesse em se mostrar fiel e livrar-se dos impostos a que seu reino estava sujeito depois do tratado assinado ao fim da Segunda Guerra Macedônica. Quando morreu, seu filho Perseu assumiu o trono, a princípio demonstrando a mesma atitude amigável com os romanos. No entanto, Perseu logo revelou seu desejo de anexar mais territórios e confrontar os romanos e seu aliado, o rei Eumenes de Pérgamo. Sem interesse em um desequilíbrio de poderes na região, restou aos romanos declarar novamente guerra aos macedônios, em 172 a.C. As lealdades locais ainda se mostraram flutuantes, com as Ligas Etólia e principalmente Aqueia, divididas entre os diferentes caminhos de alianças que lhes trariam mais vantagens.

Em 168 a.C., os romanos, liderados pelo general Lúcio Emílio Paulo, derrotaram definitivamente os macedônios na batalha de Pidna – Perseu foi preso e morreu no cárcere, na Itália. Foi nessa batalha que a falange macedônica mostrou-se definitivamente

incapaz de vencer as legiões romanas, revelando que o mundo mediterrâneo tinha agora um dominador incontestável, em Roma. Como resultado do fim da guerra, o Senado romano aboliu a monarquia macedônica, restringiu o controle local das atividades econômicas e instituiu que metade de toda a arrecadação local de impostos fosse destinada a Roma, ainda sem estacionar suas tropas definitivamente na Grécia ou controlar diretamente a administração.



Figura 8.4: A Batalha de Pidna, painel de Andrea del Verrocchio, 1475, Musée Jacquemart-André, Paris. O estandarte vermelho romano à direita contrasta com a falange macedônica, à esquerda, nesta representação renascentista, que na verdade revela mais sobre as próprias batalhas do século XV do que sobre o mundo antigo. Fonte: Wikimedia Commons <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Andrea_del_Verrocchio_-_The_Battle_of_Pydna_-_WGA24993.jpg>

A Batalha de Pidna (**Figura 8.4**) é geralmente considerada como o principal divisor de águas que marca o fim do mundo helenístico, embora então Roma ainda não tivesse decidido anexar quaisquer territórios. Foi apenas em 149 a.C. que a Macedônia foi anexada ao Império Romano como província, como forma definitiva de controlar o território, após uma revolta. Três anos depois, com outra revolta, desta vez da Liga Aqueia, a cidade de Corinto foi arrasada e a Grécia, também anexada como província.

Por que então os romanos se deram a todo o trabalho de lutar na Grécia sem pretender anexá-la logo de início? Essa é uma das principais questões dos estudiosos sobre o assunto. Em primeiro lugar, devemos evitar o anacronismo: o crescimento sistematizado de um império com anexações de províncias só se deu completamente

na passagem da República para o Principado. As próprias fontes antigas mostram um discurso que apenas legitimava a defesa do território romano; sendo assim, quaisquer outras forças que os atacassem direta ou indiretamente, ou atacassem quem protegesse seus interesses, deveriam ser combatidas. Progressivamente, isso acabou revelando um efeito bola de neve, já que cada vez mais inimigos derrotados deveriam se sujeitar às regras de Roma.

Estudiosos hoje também têm analisado a influência do *éthos* militar romano nesse lento e assistemático processo de conquista. *Éthos* é uma palavra grega que significa caráter, costume, hábito, aqui relacionado ao prestígio político relacionado às carreiras militares em Roma. Os cargos civis, de magistrados, na República romana, eram também ligados à carreira militar – portanto, era fundamental para um general ambicioso conquistar a glória em uma batalha bem-sucedida, pela qual ele também tinha o direito a um **triumfo** em Roma. As guerras no mundo antigo podiam também ser muito lucrativas, já que os conquistadores de uma cidade saqueavam riquezas e capturavam escravos.



Triunfo

O triunfo romano era um cortejo concedido pelo Senado a um general vitorioso em uma grande batalha, em que ele adentrava a cidade em uma carruagem e era seguido pelo seu exército, seus prisioneiros e as riquezas conquistadas na guerra. A procissão seguia solenemente até o templo de Júpiter Ótimo Máximo, na colina do Capitólio, onde o general fazia um sacrifício ao deus. Assim, podemos ver que o sucesso nas campanhas militares tinha um significado religioso muito importante em Roma, além do próprio significado político.

Atende ao Objetivo 1

1. Releia as fontes apresentadas sobre os tratados com os romanos: a inscrição e os trechos de Políbio e Tito Lívio. Como os textos revelam a gradual dominação romana na Grécia? Use trechos deles para ilustrar sua resposta.

Na primeira inscrição, a distribuição de direitos e deveres entre etólios e romanos é equitativa: os etólios mantêm as cidades conquistadas, e os romanos levam o butim. No trecho de Políbio, os romanos aparecem como benfeitores, mas sem impor diretamente a força das armas na administração e autonomia das cidades: “deixam livres os seguintes povos, sem guarnições em suas cidades e sem a imposição de quaisquer tributos, e governados pelas próprias leis de suas respectivas pátrias”. Porém, no trecho de Tito Lívio já vemos uma submissão total das cidades gregas aos romanos, mencionando apenas deveres dos etólios para com “soberania e a autoridade do povo romano”, entregando desertores, inimigos e reféns diretamente a Roma. Isso mostra que a dominação romana na Grécia foi gradual e não planejada, pois até o fim desse processo as disputas entre os poderes locais ainda eram determinantes.

Quando se fala sobre o mundo antigo “clássico”, geralmente estamos nos referindo ao chamado mundo “greco-romano” e, portanto, a uma certa cultura “greco-romana” mais ou menos homogênea.

Os romanos seriam, assim, herdeiros e transmissores da cultura grega para a posteridade, criando eles próprios uma identidade cultural diretamente derivada da grega, com deuses, valores, arte e instituições semelhantes. É evidente que esse intenso contato cultural está relacionado ao processo que vimos anteriormente, pois foi com a presença cada vez maior dos romanos nas guerras e na própria vida cotidiana das *poleis* da Grécia que a cultura grega foi introduzida, agregada e adaptada dentro do mundo romano.

No entanto, sabemos que os contatos entre gregos e romanos já existiam bem antes do século II a.C., apesar de termos poucos indícios arqueológicos. Duas regiões são as responsáveis por essa ponte cultural: a Magna Grécia, que é a parte sul da Itália (juntamente com a Sicília), onde colônias gregas haviam sido fundadas já a partir do século VIII a.C. (**Figura 8.5**), e a região da Etrúria, situada ao norte de Roma. Nesse período, enquanto Roma estava em seus primeiros dias, os etruscos já desenvolviam uma cultura avançada e bastante peculiar, que foi também influenciada pela presença grega no sul da Itália (**Figura 8.6**). Por sinal, acredita-se que foi graças à ponte etrusca que os romanos entraram em contato com o alfabeto grego, sistema que adaptaram e utilizaram.



Figura 8.5: Perneiras, ponta de lança e capacete de soldado hoplita, no estilo coríntio, provenientes de um ateliê no sul da Itália, datadas de aproximadamente 490 a.C. O nome do dono, Denda, está gravado em uma das perneiras.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Greaves_and_Corinthian_helmet_Denda_Staatliche_Antikensammlungen_4330.jpg



Figura 8.6: Ânfora etrusca, de nítida inspiração grega, datada de aproximadamente 500 a.C. As figuras provavelmente representam Aquiles e o centauro Quíron.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Amphora_1956,1220-1.jpg?uselang=pt-br

Por causa desses contatos já tão antigos entre gregos e romanos, torna-se particularmente difícil buscar uma “cultura romana” primitiva, original e anterior a eventuais contatos culturais, como alguns arqueólogos e historiadores têm procurado. As evidências deixadas pela cultura material dos primórdios de Roma na verdade expõem um paradoxo: quanto mais se busca essa identidade romana primordial, mais se encontram evidências de que os latinos nunca estiveram totalmente isolados. É dessa forma que podemos entender a expansão romana como um efeito colateral, digamos assim, da própria presença da cultura helenística em várias partes do Mediterrâneo – como afirma o historiador Andrew Wallace-Hadrill: “A expansão na Itália durante este período de uma cultura material que chamamos de *helenística* é uma das medidas mais seguras da *romanização*” (apud BARCHIESI, 2009, p. 100).

O aprofundamento dos contatos entre gregos e romanos por causa das guerras macedônicas se deu em vários níveis. As fontes históricas antigas sobre o período, em especial Políbio e Tito Lívio, realçam a influência da alta cultura grega entre as elites romanas através do comportamento de generais como Tito Quíncio Flaminino, ou de Cipião Africano. Flaminino, o “libertador da Grécia” durante a Segunda Guerra Macedônica, que vimos na **Figura 8.2**, era fluente em grego e admirava profundamente a cultura grega. Cipião Africano tornou-se amigo pessoal de Filipe V e de Antíoco, e fazia dedicações públicas nos altares dos deuses gregos, como em Delos, além de provavelmente ter escrito suas memórias em grego – o texto perdeu-se. Ainda dentro o universo social das elites, os romanos tomaram vários gregos como reféns e enviaram-nos para Roma, muitas vezes em detenções mantidas por décadas. Esses reféns gregos, que continuavam vivendo como homens livres, exerceram grande influência sobre a vida intelectual romana, como é o caso do próprio Políbio.

Também os soldados levavam de volta para casa esse contato com o mundo grego, seja em forma de butim propriamente dito, carregando objetos e riquezas saqueados na conquista de cidades,

seja em escravos gregos, prisioneiros de guerra, ou até mesmo através do contato direto com o modo de vida e os valores gregos. Estima-se que mais da metade da população masculina adulta de Roma tenha sido convocada em alguma etapa das guerras entre o fim do século III e o século II a.C., ainda que não toda na Grécia. Embora não possamos precisar de maneira exata e inequívoca como se deram as consequências desses contatos na sociedade romana, é fato que lemos nas fontes escritas cada vez mais observações – na verdade, reclamações – de como a vida cotidiana em Roma estava cada vez mais marcada pela influência dos costumes orientais.

O grande aumento da riqueza entre os romanos devido a esses sucessos militares, considerando-se que a cidade ainda se baseava em uma economia rural de produção local, é o responsável por uma série de acusações de decadência moral por causa do luxo, do uso de roupas e utensílios domésticos vistosos, banquetes e festas com dançarinas e até mesmo uma culinária mais sofisticada. O maior exemplo dessas críticas, que defendiam um estilo de vida romano “puro”, virtuoso e frugal, é o famoso discurso de Catão (**Figura 8.7**) sobre a Lei *Oppia*, no início do livro XXXIV de Tito Lívio, do qual leremos um trecho:

...dois vícios opostos, a cupidez e o luxo, flagelos que subverteram todos os grandes impérios, assolam a cidade. (...) Quanto mais a situação de nosso Estado melhora e se torna feliz de dia para dia; quanto mais nosso império se dilata – já passamos à Grécia e à Ásia, onde não faltam incitamentos às paixões, e metemos a mão até no tesouro dos reis –, mais receio que semelhantes riquezas tomaram posse de nós em lugar de nós nos apossarmos delas. (...) Tenho ouvido muita gente gabar e admirar os ornamentos de Corinto e Atenas, rindo-se das antefixas de terracota dos deuses romanos. Já eu prefiro conservar esses deuses próprios, que como tal continuarão se lhes permitirmos ficar em nossas casas.

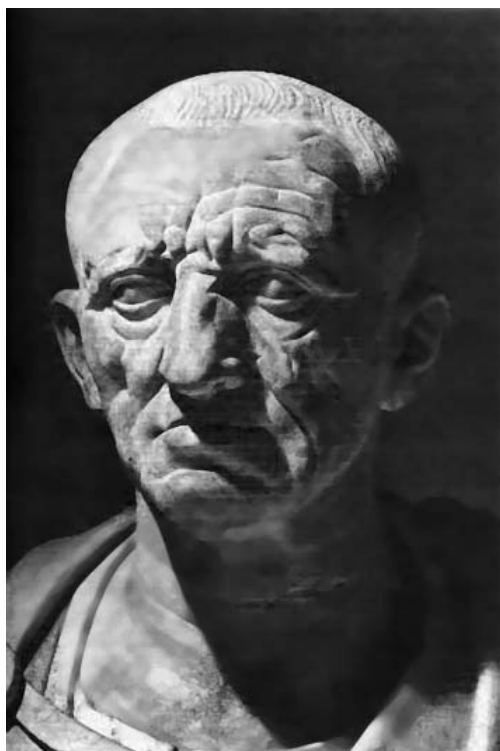


Figura 8.7: Marco Pórcio Catão (234-149 a.C.), cônsul e censor romano.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marco_Porcio_Caton_Major.jpg

Porém, várias mudanças culturais ocorridas em Roma durante o mesmo período do discurso de Catão mostram que seus argumentos refletiam uma retórica conservadora, que já estava sendo ultrapassada. Data do mesmo período a introdução de uma educação voltada para o aprendizado da língua e da literatura gregas, com o liberto Lívio Andrônico, educador particular de uma família aristocrática romana. Sua atuação parece ter influenciado outras famílias da elite de Roma, que passaram a procurar uma educação grega como verniz cultural de refinamento; foi o caso, por exemplo, de Cipião Africano, grande amigo de Políbio. Lívio Andrônico foi o primeiro compositor de poemas em latim compostos em estilo grego, o primeiro tradutor da *Odisseia* de Homero para o latim e compôs as primeiras peças de teatro encenadas em Roma, conservadas hoje apenas em poucos fragmentos. Essas peças, conhecidas em latim pelo termo *fabulae palliatae*, possuem um

formato adaptado da Nova Comédia grega, popular durante o período helenístico e antepassado das “comédias de costumes” encenadas até hoje.

Logo a seguir, surgem as primeiras peças de teatro escritas em latim por um romano, Plauto, que estrearam nas décadas de 190 e 180 a.C. Essas peças eram encenadas não apenas na região de Roma (**Figura 8.8**), mas também parecem ter sido muito populares na região da Campânia (onde hoje fica a cidade de Nápoles), já de forte influência grega. Segundo a historiadora britânica Elizabeth Rawson,

foi com certeza a partir do palco que a cultura grega foi introduzida aos mais pobres (junto com as artes visuais, sempre muito importantes para os iletrados, e a partir das quais, ainda mais com a ajuda de um sacerdote ou auxiliar em um templo, muitos devem ter aprendido algo sobre a mitologia grega, tanto quanto a história romana) (RAWSON, 1989, p. 437-438).



Figura 8.8: Teatro romano de Túsculo, cidade do Lácio, próxima a Roma, construído em 75 a.C. Os teatros no século II a.C. em Roma eram temporários, construídos em madeira.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Tuscolo1.jpg>

Temos vários textos das peças de Plauto (254-184 a.C.) e de Terêncio (195 ou 185-159 a.C.), comédias que nos revelam detalhes importantes sobre a vida cotidiana em Roma, especialmente dos escravos domésticos. É possível verificar através delas como os romanos já estavam acostumados com alguns elementos da cultura grega. Por exemplo, Plauto usou por volta de 250 nomes próprios gregos entre seus personagens, o que deveria remeter a certa intimidade da audiência com essas referências, já que o humor da comédia tem por princípio a associação com elementos da vida cotidiana do público. As próprias histórias contadas nas peças são cheias de referências à mitologia grega.

Se o teatro tinha vínculos na cultura popular, também na alta literatura das elites a influência grega logo apareceu, com a introdução da épica a partir dos *Anais*, de Ênio (239-169 a.C.). As características dessa obra mostram a influência direta dos poemas épicos de Homero, especialmente a *Ilíada*: pela primeira vez um autor escreve em latim um poema épico sobre as origens de Roma, em 15 livros, referindo-se às mesmas musas de Homero, suas deusas inspiradoras, e em **hexâmetro datílico**. A obra de Ênio foi tomada como referência por todo o resto da história romana, suplantada apenas pela *Eneida*, de Virgílio. Segundo o poema, que solidificava uma tradição já consolidada em Roma, os romanos seriam descendentes dos troianos, através do exílio do troiano Enéas na Itália, após a derrota perante os gregos na guerra de Troia. Em última instância, com essa narrativa, os romanos se apropriavam duplamente da herança grega, adotando e adaptando a cultura grega para si e também mostrando que os troianos finalmente haviam triunfado sobre os gregos, através da dominação da Grécia pelos seus descendentes, os romanos.

Também na historiografia, a introdução da cultura grega foi fundamental em Roma. O primeiro historiador romano foi o senador Fábio Pictor, que escreveu uma história de Roma em grego. Ele seguiu o mesmo modelo historiográfico criado por Heródoto e Tucídides e transformado no período helenístico, com a concepção de história

Hexâmetro datílico

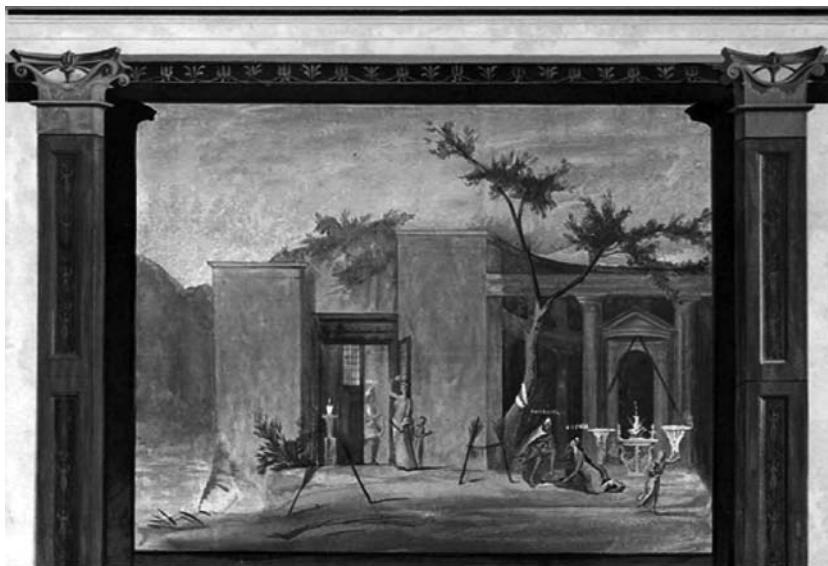
O hexâmetro datílico é um tipo de métrica típica da poesia grega antiga, usada na poesia épica de Homero. A poesia antiga não se baseava em rimas como conhecemos hoje; era apresentada com acompanhamento musical e seu ritmo era ditado pela alternância de sílabas longas e breves.

universal de Timeu e depois de Políbio. Sabemos pouco sobre ele, e a única data que temos é um registro de sua visita ao oráculo de Delfos em 216 a.C. Fábio Pictor parece ter escrito em grego como forma de legitimar a presença e dominação de Roma perante um público mais amplo, além de tomar a forma da história grega como sua referência literária.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Leia e analise a imagem e o texto a seguir:



6

Figura 8.9: Parte de um friso encontrado em uma casa romana na colina do Esquilino, durante o século I a.C. A imagem representa uma cena da *Odisseia* de Homero, com o encontro entre Odisseu e a feiticeira Circe.

Fonte: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2011%20-%20artigo%201.pdf>

O poeta Horácio (65-8 a.C.) escreveu uma famosa frase sobre a relação entre a Grécia e Roma: "A Grécia dominada superou o seu feroz vencedor e introduziu no agreste Lácio as artes" (Epístolas, II, 1.156).

Agora releia o trecho do discurso de Catão e responda: de que forma se deu essa “vitória” dos gregos sobre seus vencedores, para Catão e para Horácio? Qual das duas interpretações está relacionada com a imagem?

[illegible]

Resposta Comentada

As duas visões, embora digam essencialmente a mesma coisa, que a Grécia conquistou Roma depois de Roma ter conquistado a Grécia, divergem na ênfase sobre o que é importante nessa “conquista” posterior. Enquanto que Catão, que escreveu durante o próprio período das Guerras Macedônicas, estava preocupado com a afluência da riqueza do butim de guerra e dos costumes cotidianos, Horácio já via o passado de uma perspectiva mais distante, reconhecendo a influência do pensamento e das artes gregas na cultura romana. Sendo assim, o friso de Odisseu no Esquilino, presente em uma casa da elite romana com uma cena de Homero, é um exemplo dessa concepção de Horácio.

CONCLUSÃO

A conquista da Grécia pelos romanos foi um longo processo, e uma análise de suas fases, representadas pelas Guerras Macedônicas, mostra como foi também circunstancial, sem um planejamento sistemático que nos permita dizer que Roma estava construindo um império de maneira consciente. Isso é resultado da própria fragmentação de poderes dentro da Grécia e da Macedônia no período, por causa de suas frágeis e flutuantes alianças políticas, e da maneira como Roma procurou não se prejudicar ao se envolver com a região, dado que estava ocupada com a guerra contra os cartagineses.

Também não podemos entender a introdução da cultura grega em Roma sem antes reconhecer que a cidade sempre esteve em contato com os gregos, pela presença na Magna Grécia e pela influência etrusca. A atuação dos exércitos romanos na Grécia veio apenas a acentuar esses contatos culturais de forma cada vez mais intensa, fazendo com que a cultura romana se formasse também como uma reapropriação da cultura grega, adicionando seus elementos próprios.

RESUMO

Os primeiros contatos entre romanos e gregos dentro da própria Grécia se deram em meados do século III a.C., quando Roma tentava assegurar a estabilidade de suas fronteiras. Porém, com o envolvimento gradual com as cidades e ligas gregas, além do reino dos antigônidas, a superioridade militar romana passou a ser determinante nas eventuais disputas regionais entre os detentores do poder local. Os romanos também viram que o envolvimento nas guerras macedônicas era muito rentável, mesmo com suas forças simultaneamente envolvidas na luta contra os cartagineses.

Eventualmente, com o desafio à autoridade romana mostrado por Perseu, filho de Filipe V, os romanos resolveram finalmente estabilizar a região através do fim da dinastia antigônida. Logo depois, como novas rebeliões ainda causavam conflitos, a solução adotada pelos romanos foi finalmente anexar os territórios gregos ao seu controle direto.

Foi uma consequência desse processo gradual a presença de educadores e intelectuais gregos em Roma, bem como a percepção crescente entre a elite de que a aquisição da cultura grega conferia *status* e prestígio. Assim, enquanto o povo assistia às primeiras peças de teatro em latim, derivadas dos formatos gregos, a elite começava a produzir uma literatura cujas formas também derivavam dos modelos gregos, como a épica e a historiografia.

Informação sobre a próxima aula

Veremos, na próxima aula, como as cidades em todo o mundo helenístico se formaram e se desenvolveram, adaptando o modelo da *polis* clássica para áreas além da Grécia, como a Ásia e o Egito. Essa foi uma das maneiras mais características da expansão da cultura grega no mundo antigo e também um dos principais legados das conquistas de Alexandre.

Aula 9

As cidades
helenísticas: fim ou
transformação da
polis?

Juliana Bastos Marques

Meta da aula

Discutir a vitalidade da forma grega de ocupação urbana, a *polis*, através de uma avaliação das mudanças do período helenístico em relação ao período clássico.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. discutir os elementos definidores da *polis* clássica de acordo com o debate historiográfico;
2. reconhecer elementos característicos da configuração urbanística grega nas cidades helenísticas;
3. distinguir as diferenças na constituição da *polis* no mundo helenístico, em especial no Egito e na Ásia.

Pré-requisito

Esta aula relaciona-se ao conteúdo do caderno didático de História Antiga referente à *polis* grega. Portanto, reveja primeiro a Aula 14 daquela disciplina.

INTRODUÇÃO

O mundo antigo é o mundo da cidade. Essa definição é comum entre os estudiosos do período, que sustentam que a economia e a cultura na Antiguidade guiavam-se a partir da dinâmica singular das cidades gregas e romanas, e de como se construiu uma complexa rede de trocas entre elas a partir do comércio, das guerras e das relações políticas. De fato, o mundo grego que surge após o fim da Era do Bronze, gradualmente a partir do século XI a.C., será marcado pelo surgimento da *polis*, a cidade-Estado grega.

Até a primeira metade do século XX, era comum entre os estudos sobre o período avaliar que a *polis* como instituição característica do mundo grego havia acabado com o fim do mundo clássico, já que seu principal atributo era a autonomia política, destruída após as conquistas de Alexandre. No entanto, estudos mais recentes têm reavaliado essas posições e definido a *polis* sob uma perspectiva mais ampla, que revela que durante o período helenístico as cidades gregas desenvolveram-se muito mais do que no período clássico.

O que define a *polis*?

Embora a Grécia nunca tenha se configurado em uma unidade política até o seu apogeu antes da conquista macedônica, as concentrações urbanas que começaram a surgir no período arcaico a partir do século VIII a.C. adquiriram características semelhantes entre si. Porém só fica mais claro definir a diferença entre a *polis* e um aglomerado urbano genérico depois que aquela está finalmente consolidada – afinal de contas, esse foi um processo lento e gradual.

O historiador Mogens Hansen, do Copenhagen Polis Centre, tem se dedicado a estudar todas as formas das *poleis* gregas para definir seus padrões e características particulares. Seu levantamento listou por volta de 1.500 *poleis* mencionadas pelas fontes e/ou

encontradas em escavações arqueológicas, das quais mais de 400 eram colônias gregas espalhadas pelo Mediterrâneo e o mar Negro e aproximadamente 300 foram fundadas durante o período helenístico. Assim, podemos ver que, desse total, muitas desapareceram e outras surgiram durante o tempo, fora aquelas que eventualmente tenham existido, mas que não deixaram registro até nós. O levantamento de Hansen é um atestado do que falamos na introdução – ele diz: “Em qualquer época dentro do mundo clássico grego existiam pelo menos 1.000 *poleis*, o que faz da cultura da cidade-estado grega antiga a maior na história do mundo” (HANSEN, 2006, p. 31).

O que faz de um aglomerado urbano uma *polis*? As próprias fontes literárias do mundo antigo são muitas vezes confusas ao usar o termo. Dependendo do contexto, o uso do termo *polis* pode significar (apud HANSEN, 2006, p. 56-57):

- a) a acrópole propriamente dita, ou seja, um estabelecimento fortificado geralmente no topo de uma colina, que constituía o centro da cidade (**Figura 9.1**);
- b) sinônimo de *asty*, ou a cidade;
- c) sinônimo de *ge* ou *chora*, ou seja, o território como um todo (a cidade mais o campo que a ela pertence);
- d) no sentido de comunidade, o conjunto dos cidadãos;
- e) sinônimo de *ekklesia* ou *demos*, a assembleia política;
- f) sinônimo de *koinonia*, a comunidade política em termos abstratos.



Figura 9.1: A acrópole de Selinunte, na Sicília.

Fonte: <http://es.fotopedia.com/items/flickr-539331082>

Resta, então, verificar que formas físicas em comum adquiriam as *poleis*, ou seja, que tipos de edifícios e configurações urbanas peculiares elas apresentavam. Paradoxalmente, as duas cidades que mais conhecemos no mundo grego, Atenas e Esparta, são as menos características e menos adequadas como ponto de partida. Atenas era muito maior do que as outras cidades, mais rica e poderosa, e seu território, a Ática, era também muito maior do que os territórios das outras cidades. Além disso, a forma como desenvolveu sua democracia foi muito mais radical do que qualquer outra maneira de representação política. Esparta também tinha um território muito vasto, uma organização política e um sistema social muito peculiar, conforme você deve ter estudado na disciplina História Antiga.

Uma forma de se definir o que seriam *poleis* típicas é analisar como se deram as fundações das colônias gregas, a partir do século VIII a.C., já que essas cidades eram criadas do zero por expedições, vindas das metrópoles (cidades-mães). Os colonos chegavam por via marítima até uma determinada região, desabitada ou com tribos locais longe da costa, e estabeleciam uma nova cidade de acordo com os padrões que julgavam necessários. Analisando essas

Stoas

As *stoas* eram longos pórticos públicos cobertos e cercados de colunas, onde se localizavam lojas e faziam-se negócios. Durante o período helenístico, essas construções popularizaram-se nas cidades gregas e da Ásia Menor, rodeando as ágoras e oferecendo proteção contra o forte sol do Mediterrâneo. A *stoa* mais famosa é a de Átalo, rei de Pérgamo, oferecida como presente a Atenas, que foi reconstruída e hoje abriga um museu.

colônias, vemos que tipos de construções públicas eram necessários para se fundar uma nova *polis*:

1. uma ágora, ou mercado público – uma praça livre de construções, geralmente retangular, onde eram conduzidos os negócios públicos e privados (no período helenístico, as ágoras costumavam ser rodeadas por **stoas** monumentais);
2. um *bouleuterion*, edifício que abrigava a *boulé*, assembleia dos cidadãos;
3. um *gymnasion*, não apenas um “ginásio” para exercícios físicos, mas sim uma escola para a educação dos cidadãos;
4. um teatro, geralmente construído em uma encosta de colina, para aproveitar a topografia – no período helenístico começaram a ser construídos com pedra;
5. muralhas para proteger o centro urbano e abrigar os habitantes do território, em caso de ataque;
6. o templo da divindade local, além de outros templos.

As fontes escritas também fornecem evidências. Pausânias, um geógrafo grego que viveu no século II d.C., escreveu um “guia da Grécia” para os viajantes. No livro 10, dedicado à região da Fócida, ele critica a cidade de Panopeu:

(...) se é que se pode chamar de cidade uma que não tem prédios públicos, nenhum ginásio, teatro ou ágora; que não tem água corrente em uma fonte e onde se mora à beira de um buraco em choupanas como as cabanas das montanhas (X, 4.1).

No entanto, podemos dizer que a *polis* até o período clássico se caracterizava menos pela uniformidade urbana e institucional do que pelo fato de possuir autonomia, palavra que significa “legislar pelas suas próprias leis” (*autos* – próprio, *nomos* – lei, ou território). Da geração e aplicação das próprias leis no funcionamento da cidade vem como extensão a ideia de liberdade, já que autonomia

significava que o conjunto de cidadãos não estaria sujeito à autoridade de um rei externo ou de um tirano que governasse de acordo com seus próprios interesses e acima da lei. Como a situação política muda bastante no período helenístico e as relações com os reis tornam-se inevitáveis, entende-se que essa autonomia sofre alterações e de fato diminui nas cidades gregas. Ao mesmo tempo, novas fundações de cidades em um território mais amplo do que o mundo grego clássico trazem novas dinâmicas políticas e culturais, ao mesmo tempo em que uma certa padronização do conceito urbano grego também é mais visível. Sendo assim, fica a pergunta: a autonomia é uma definição suficiente para entender a *polis* grega, ou essa definição pode ser mais ampla e flexível?

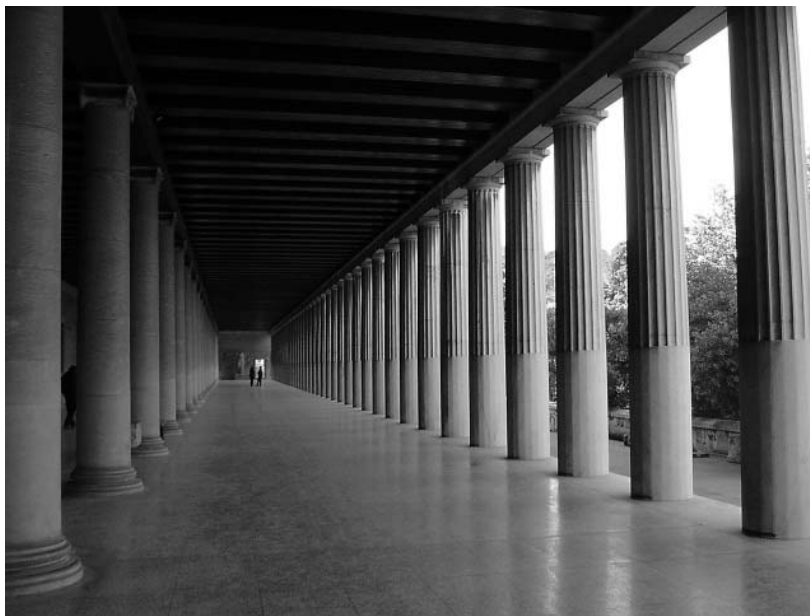
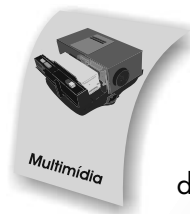


Figura 9.2: Stoa de Átalo, em Atenas (reconstituição).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Stoa_in_Athens.jpg



O Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga – Labeca, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, tem um site muito interessante e com vasto material sobre as cidades gregas antigas. Vale a pena ler os artigos e ver as imagens disponíveis. O endereço é <http://www.labeca.mae.usp.br>.



Fonte: <http://www.labeca.mae.usp.br/>

Polis x cosmópolis

No século IV a.C., parece ter havido na Grécia um aumento significativo da população. Não podemos medir exatamente esse aumento pelas evidências arqueológicas, mas as fontes escritas comentam frequentemente sobre bandos errantes de gente sem terras e sem dinheiro, grupos de aventureiros e exilados políticos deslocando-se pelo mundo grego. O orador ateniense Isócrates defendia em seus discursos, escritos na época de Filipe II da Macedônia, que os gregos organizassem um ataque unificado aos persas para conquistar o território da Ásia Menor e lá estabelecer esse excedente populacional, instaurando uma nova onda de colonização grega e resolvendo o problema desses bandos errantes.

Uma das consequências das conquistas de Alexandre foi a fundação de diversas novas cidades gregas pelo império, exatamente o que Isócrates defendia. A primeira nova cidade a ser fundada pelo general foi Alexandria, em 332 a.C., e que vamos analisar daqui a pouco. Na rota seguida pelo exército macedônico na Ásia, foram fundadas várias outras cidades, entre comunidades totalmente novas, refundações gregas de comunidades locais já existentes e postos militares avançados. Os reis helenísticos que se seguiram a Alexandre também fundaram várias novas cidades, tendo em vista a ocupação do imenso novo território por populações gregas, em especial para a elite administrativa dos novos impérios. A fundação de colônias distantes na Bactria, Média e outras partes mais orientais do império mostrava-se também importante para garantir a segurança das fronteiras.

No caso das refundações de cidades já antigas, encontramos muitos exemplos no império selêucida, como os casos da antiga capital persa Susa, que foi renomeada Selêucida-no-rio-Eulaio, ou de Uruk, a cidade suméria, tornada Antioquia-no-canal-de-Ishtar. Muitas das antigas grandes cidades foram suplantadas por essas novas cidades gregas que surgiram ao seu lado, como é o caso da Babilônia, que caiu em declínio ao lado da nova capital, Selêucida-no-rio-Tigre.

Essas novas cidades traziam como característica na composição social a presença tanto das antigas populações locais quanto das novas elites, gregas e macedônicas, que provavelmente estavam em número bastante reduzido em relação aos habitantes locais. No entanto, em algumas gerações já é possível verificar uma prevalência cultural tipicamente grega no registro da existência dessas cidades. Chamaremos isso de helenização? Tudo depende do que o registro dos vestígios deixa-nos entrever: as novas cidades continham muitos elementos urbanos típicos do mundo grego, mesmo em lugares distantes, mas a construção desses edifícios e a adoção de novos planos urbanos obedeciam a determinações da nova elite. Os registros que temos das estruturas administrativas, de transações

comerciais e dos negócios públicos e privados revelam-nos um pouco da mistura entre os elementos locais e os gregos, e percebe-se pouco a pouco que as próprias elites locais passam a procurar ascender socialmente através da emulação dos padrões gregos. É provável que o camponês médio tenha sido pouco afetado por essas mudanças culturais, na medida em que ainda continuava falando sua língua e cultuando seus deuses. Os vestígios arqueológicos podem nos dar uma medida das transformações na vida cotidiana (**Figura 9.3**). Por exemplo, que tipos de objetos tipicamente gregos ou tipicamente locais são encontrados nas habitações dessas cidades? Os objetos gregos estão em contextos associados às elites, como casas ricas ou edifícios públicos? Ou começamos a encontrar objetos que mostram um amálgama entre essas culturas?

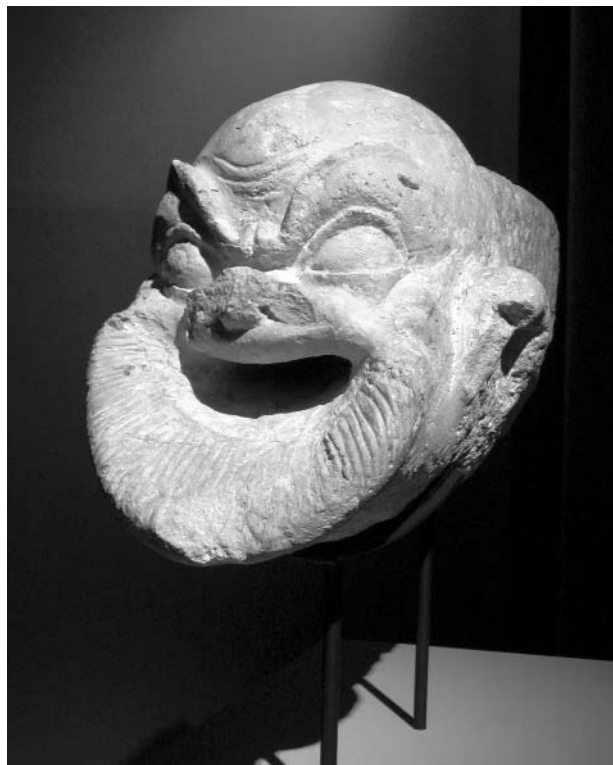


Figura 9.3: Máscara grega de teatro, encontrada em Ai Khanoum, Bactria, século II a.C.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:GorgoyleSharp.jpg>

O estudo arqueológico do período helenístico é muitas vezes dificultado pelo fato de que as escavações ainda são incompletas. Geralmente, as expedições arqueológicas estão mais interessadas em ocupações do período clássico grego, quando é o caso, ou no período romano, ou é até mesmo impossível escavar porque as fundações helenísticas estão embaixo dos prédios das cidades atuais. Sendo assim, precisamos muitas vezes de evidências externas ou indiretas para compreender o desenvolvimento dessas cidades. No entanto, é possível constatar que eram cidades muito maiores do que as antigas *poleis* gregas, com um movimento muito mais dinâmico de pessoas, mercadorias e ideias. É por isso que podemos usar o termo *cosmópolis* para muitas dessas novas cidades, como Alexandria, Antioquia e Pérgamo: queremos dizer que eram cidades muito mais voltadas a um ambiente de trocas culturais com diversos povos, aberto a novas influências e não mais voltado a uma identidade cultural única. Gregos ou locais, os habitantes das cidades no mundo helenístico tinham a percepção de que o mundo conhecido era vasto, amplo e, de uma forma ou de outra, parte de seu próprio mundo.

Com o desbravamento e a ocupação de novos territórios, também a população como um todo aumentou no período, trazendo como consequência aumentos expressivos nos exércitos e na arrecadação de impostos. No caso dos exércitos, é bom lembrar que durante o período helenístico os exércitos característicos de cidadãos das *poleis* clássicas estavam sendo substituídos por tropas compostas por mercenários, contratados por um soldo que era pago em espécie e em butim ganho nas campanhas vitoriosas. Nesse sentido, vemos aqui uma grande diferença entre o mundo dos **hoplitas** e as tropas a serviço das monarquias e cidades helenísticas. Um bom exemplo do que seria essa nova dinâmica militar é a vida de Xenofonte, general ateniense que viveu entre 430 e 354 a.C. (antes de Alexandre, portanto) e escreveu, entre outras obras, um relato da expedição de soldados mercenários que liderou, a *Anabasis* (releia o box de curiosidade sobre Xenofonte na Aula 2). Exércitos de mercenários eram cosmopolitas por excelência, já que

Hoplitas

Os cidadãos das *poleis* gregas arcaicas e clássicas lutavam por suas cidades como soldados organizados em formação de falange e eram denominados hoplitas. Enquanto era obrigação da cidade treinar os soldados, os hoplitas precisavam ter renda suficiente para se armar, geralmente com o mínimo de uma lança, um escudo e uma armadura, incluindo o capacete.

se compunham de homens de todas as partes do mundo helenístico, viabilizando profundas trocas culturais entre si e com os habitantes das cidades que percorriam.

O poder na *polis* helenística

Como vimos, o que se alega sobre o fim da *polis* no período helenístico é o fato de que as cidades gregas passaram a ser direta ou indiretamente dominadas pelos reis, sejam os antigônidas, Ptolomeus ou selêucidas, sejam os reis das monarquias menores que também se consolidaram na época. Portanto, isso significa que elas teriam perdido a sua autonomia política, característica do período clássico. Um bom exemplo disso é a própria cidade de Atenas, que, embora conservasse nominalmente sua independência, muitas vezes precisava se subordinar a determinações de monarcas alheios, de maior poder militar e prestígio político. São abundantes as inscrições epigráficas onde se encontram tratados em que as *poleis* são obrigadas a pagar tributos para esses reis. Como vimos na última aula, a retórica romana sobre “libertar as cidades” estava relacionada a essa questão. Algumas regiões, porém, foram menos afetadas por esse jogo de relações e as cidades continuaram se desenvolvendo sem uma influência decisiva dos reis, como as cidades da Sicília, da Magna Grécia e do Mediterrâneo ocidental, bem como na mais isolada costa do mar Negro.

Mas os reis também precisavam do apoio das cidades para aumentar a sua reputação e o seu prestígio, além de se beneficiar economicamente. Veja esse decreto da cidade de Smirna, da metade do século III a.C.:

Já que antes, quando o rei Seleuco [III] passou por Selêucida e muitos e grandes perigos estavam ameaçando nossa cidade e território, o povo preservou sua boa vontade e amizade para com ele, não ficou intimidado com a invasão inimiga e não se preocupou com a destruição de sua propriedade, mas considerou tudo isso secundário perante a manutenção

de sua política de amizade e defesa dos interesses do rei da melhor maneira possível, como prometeu de início...

Assim o rei Seleuco, que mostra piedade perante os deuses e afeição pelos seus pais, sendo generoso e sabendo como retribuir a gratidão ao seu benfeitor [a cidade], honrou nossa cidade por causa da boa vontade e do zelo demonstrados pelo povo em torno de seus interesses... (AUSTIN, 182).

Como vimos antes no exemplo da *stoa* de Átalo, em Atenas, é característico desse período que os reis, generais e também outros homens ricos oferecessem presentes às cidades como forma de consolidar o seu prestígio. Em boa parte, esses presentes eram construções públicas, pagas por esses particulares. O historiador Paul Veyne chamou essa prática de *evergetismo*, termo que vem do grego *evergetes*, ou benfeitor, “aquele que faz bons serviços”. Muitas vezes, as cidades não tinham dinheiro suficiente para construir um grande templo ou um teatro, e financiar obras públicas abertamente era uma forma de demonstrar força política e prestígio para os reis e homens ricos. Essa prática foi responsável pelo desenvolvimento vigoroso de muitas cidades helenísticas e também continuou a ser adotada durante o período romano.

Em muitas dessas cidades, estabeleceu-se uma forma de democracia menos radical do que aquela que havia sido característica da Atenas clássica. Muitas constituições locais estabeleceram assembleias, magistrados e conselhos de cidadãos baseados na forma ateniense, mas nem mais na própria Atenas os cidadãos tinham controle completo da política. Às cidades ainda competia a organização dos cultos e dos festivais locais, o abastecimento, a relação oficial com os reis e outras cidades e o gerenciamento da vida pública cotidiana, mas, como vimos, a atuação direta ou indireta de reis e generais nas cidades moldava uma rede de relações mais ampla e essencialmente menos autônoma para elas. Em algumas dessas “democracias”, voltava a ser necessária uma qualificação de renda para votar e ser votado,

excluindo assim os homens livres pobres. Portanto, de certa forma elas voltavam a ser oligarquias, apesar de conservar nominalmente o caráter de democracias.

Características urbanas das cidades helenísticas

Como vimos, as conquistas de Alexandre e o estabelecimento de monarquias helenísticas no Egito e na Ásia foram responsáveis por um grande número de novas fundações de cidades. O próprio Alexandre fundou várias Alexandrias, das quais foram identificadas até hoje treze delas. Seleuco fundou várias Selêucias, Antioquias, Laodiceias e Apameias em toda a extensão de seu império na Ásia – os nomes das cidades são derivados dos nomes da dinastia, entre homens e mulheres. Muitas dessas cidades eram refundações de pequenas cidades nativas já existentes, adicionando novos edifícios públicos, mas foram responsáveis por um nível de expansão da cultura grega nunca antes imaginado no mundo antigo. Até mesmo em regiões distantes como a Bactria, na fronteira da Índia, cidades eram fundadas com teatros gregos, ginásios e ágoras, para abrigar a elite grega que ali se instalava (**Figura 9.4**). Em termos de população, muitas dessas cidades chegaram a antes inéditas centenas de milhares de pessoas.

Uma característica bem típica da maioria dessas novas *poleis* foi a adoção de uma disposição urbanística planejada, em um plano quadriculado com dois eixos principais, norte-sul e leste-oeste, e com as construções públicas planejadas para se localizarem no centro. Embora desde o período arcaico já encontremos exemplos desses planos nas cidades, o modelo tornou-se mais frequente através dos trabalhos do filósofo Hipódamo de Mileto, que viveu no século V a.C. e que defendia uma teoria da organização urbana baseada na divisão da sociedade dentro do território. Os romanos também usaram muito esse arranjo, baseado na organização espacial dos acampamentos militares. Encontramos nas cidades atuais vários

exemplos desse tipo de planejamento urbano, como em Nova York, Toronto, Barcelona e, no Brasil, algumas cidades do interior do estado de São Paulo e no Centro-Oeste.

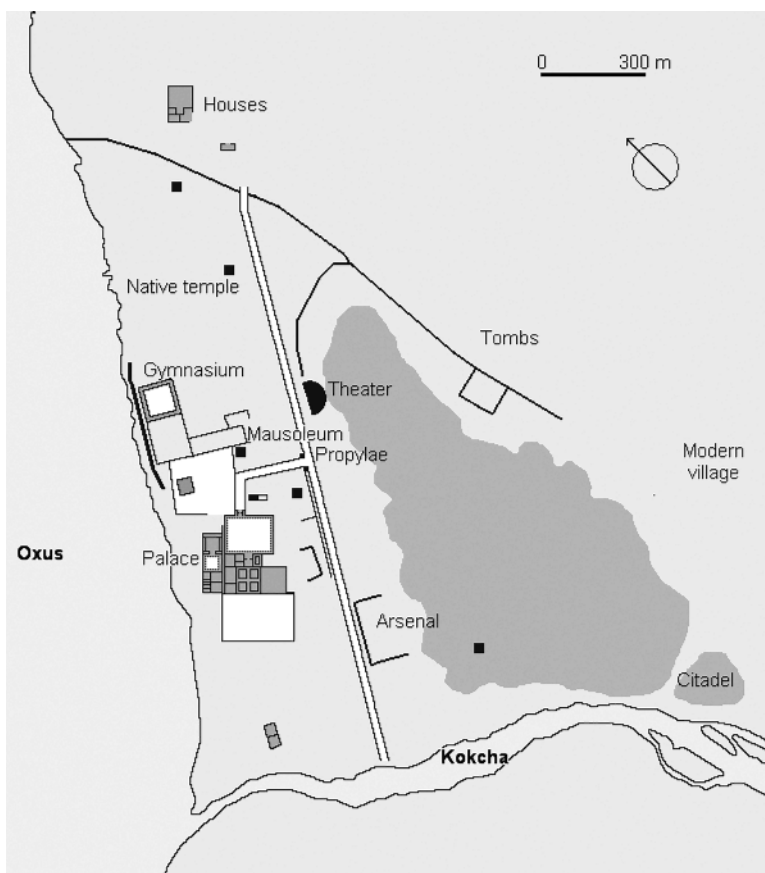


Figura 9.4: Plano urbanístico da cidade de Ai Khanoum, na Bactria. Repare as típicas formas gregas em uma cidade fundada nas fronteiras de onde hoje é o Afeganistão.

Fonte: http://www.livius.org/a/1/maps/ai_khanum_map.gif, © Jona Lendering (livius.org).

A disposição e o estado dos edifícios públicos no período helenístico também nos traz uma forma de compreender a economia no período. Os edifícios em geral se tornaram mais elaborados e suntuosos – as novas *stoas* são um exemplo. O *bouleuterion* destacou-se como um edifício de função especializada, separando as reuniões políticas do comércio, praticado na ágora. O *gymnasion* passou a ser construído próximo ao centro e sua administração tornou-se

complexa e hierarquizada (foram preservados decretos com várias leis sobre isso) e os novos teatros eram muito maiores, além de permanentes, pois passaram a ser construídos com pedras ao invés de madeira. Repare no tamanho do teatro de Éfeso (**Figura 9.5**): sua capacidade era de 10 mil pessoas.



Figura 9.5: No sentido horário, a ágora de Thessaloniki, o *bouleuterion* de Akrai (Sicília), o *gymnasion* de Kos e o grande teatro de Éfeso.

Fontes: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:THES-Agora_East_stoa.jpg, <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bouleuterion.jpg>, <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Gymnasion.JPG>, http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ephesus_Theater.jpg.

As muralhas que cercavam as *poleis* passaram gradativamente ao desuso em algumas regiões durante o período helenístico. Territórios localizados dentro de reinos estáveis não tinham mais uma necessidade de proteção tão primordial contra invasões quanto antes. A partir do século I a.C., quando a *pax romana* estabilizou

a Grécia, surgiram muitas cidades sem qualquer traço de uso de muralhas e as muralhas antigas deixaram de ser restauradas – a Arqueologia confirma até mesmo o aumento do número de aldeias.



Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Analise a planta da cidade de Priene, que foi uma pequena cidade grega da Ásia Menor no período de Alexandre, e responda, descrevendo a imagem: que características dessa cidade tornam-na uma típica *polis* helenística?

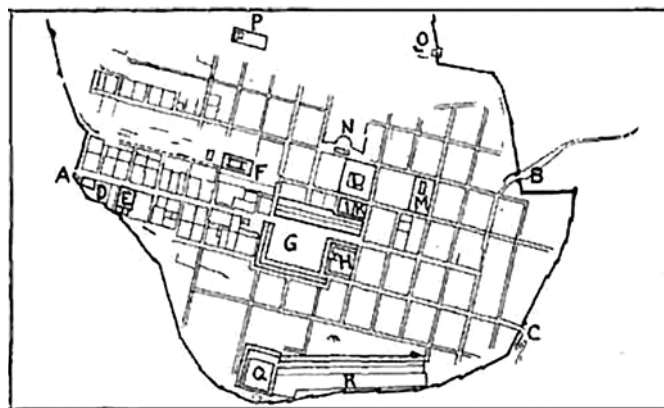


Figura 9.6: Legenda: A, B, C – portões; D, E, F, H, M, P – templos; G – ágora; I – *bouleuterion*; K – prytaneu; L, Q – *gymnasion*; N – teatro; Q – reservatório de água; R – *stadion*.

Fonte: HAVERFIELD, F. *Ancient Town-Planning*. Oxford: Clarendon Press, 1913. <http://www.gutenberg.org/files/14189/14189-h/14189-h.htm#fig6>

É possível notar pelo plano quadriculado que a cidade foi planejada, e não uma ocupação aleatória. Além disso, os principais edifícios públicos estão todos concentrados no centro, com a ágora e os edifícios “administrativos” na intersecção dos eixos norte-sul/leste-oeste. A muralha também é um elemento importante, denotando a necessidade ainda existente de proteção contra invasões.

Já havia uma cidade grega no Egito antes de Alexandria: o faraó Psamético (664-610 a.C.) fundou a cidade de Náucratis para os colonizadores gregos de Mileto, e seu sucessor Amásis tornou-a um entreposto comercial (em grego, *emporion*) exclusivo dos gregos em 570 a.C. Como *emporion*, Náucratis não era uma *polis* típica tal como as cidades gregas e as grandes colônias fundadas por todo o Mediterrâneo, pois tinha como função principal agir como

ponto de trocas comerciais entre gregos e egípcios. Enquanto estes negociavam grãos, papiro e linho, os gregos forneciam prata, madeira, azeite e vinho.

Quando Alexandre chegou ao Egito e expulsou os persas, em 332 a.C., resolveu fundar uma nova cidade – a primeira de suas várias fundações – no delta do rio Nilo, próximo à ilha de Faros, um local estratégico para servir de elo entre o Egito e o Mediterrâneo, facilitando ainda mais o contato com a Grécia. Alexandria nunca foi pensada para ser uma cidade integrada ao mundo egípcio, mas sim uma cidade grega próxima ao Egito, tanto que o nome completo da cidade era Alexandria-ao-lado-do-Egito. Acredita-se que a cidade foi fundada sobre uma vila egípcia já existente, chamada Racótis, nome esse que posteriormente denominou o bairro da cidade onde moravam os egípcios. O historiador Arriano, que viveu no século II d.C., descreve como Alexandre fundou a cidade:

Alexandre veio a Kanobos, navegou em torno do lago Mareótis e aportou no lugar da presente cidade de Alexandria, que dele deriva seu nome. O lugar pareceu a ele o mais favorável para a fundação de uma cidade, e ele imaginou que seria próspero. Então, foi tomado de um grande desejo pela tarefa e delimitou ele mesmo as principais áreas da cidade, a localização da ágora, quantos santuários deveriam existir e de que deuses, tanto os gregos quanto a egípcia Ísis, e obviamente também a muralha. Ele ofereceu sacrifícios na planície e os auspícios pareceram favoráveis (Anabasis, III, 1).



Figura 9.7: O porto de Alexandria hoje.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Alexandria_panorama.jpg

Alexandria foi planejada de acordo com o plano urbanístico hipodâmico (ou seja, do filósofo Hipódamo de Mileto, que vimos há pouco) e foi obra do arquiteto Dinócrates de Rodes. A arqueologia hoje tem muitas dificuldades em reconstruir o sítio, primeiro porque a cidade atual está construída em cima das ruas antigas e segundo porque boa parte da ocupação antiga foi coberta pelo mar, possivelmente ainda no período romano (**Figura 9.7**). Assim, é a arqueologia submarina que revela hoje muitas das grandes construções públicas que tornaram a cidade famosa, como o próprio Farol de Alexandria (uma das Sete Maravilhas do mundo antigo), com 140 metros de altura, construído em 280 a.C. e destruído em um terremoto durante a Idade Média. Além disso, dependemos das descrições dos autores antigos sobre a cidade, entre elas a minuciosa descrição do geógrafo Estrabão, que a visitou no começo do século I d.C. e ficou impressionado com a largura das ruas e o tamanho dos quarteirões. Alexandria era, de fato, uma cidade enorme para os padrões antigos, com aproximadamente meio milhão de habitantes.

Alexandria foi planejada para ter os típicos elementos administrativos de uma cidade grega e teve como modelo as instituições políticas de Atenas: tinha uma assembleia, um conselho e magistrados, tais como o sistema ateniense, mas nunca chegou a se configurar como uma democracia de fato. Como em poucos anos se tornou a capital do reino ptolomaico, a ausência cada vez maior de referências sobre essas instituições nas fontes pode refletir o caráter autocrático da monarquia dos Ptolomeus, também revelado pela importância dos palácios reais próximos ao porto. Ptolomeu I já pretendia usar a grandeza de Alexandria para se impor perante os outros reinos helenísticos, e usou como grande trunfo o sequestro do corpo mumificado de Alexandre para construir um imponente monumento (em grego, *Sema*), onde também depois foram colocados os corpos dos monarcas ptolomaicos. Assim, pretendia-se construir um elo legítimo de continuidade entre Alexandre e os Ptolomeus, na concorrência entre as monarquias que se consolidaram após a guerra dos diádocos (você se lembra da Aula 5?). Outra forma

de se integrar Alexandria e o reino ptolomaico ao passado grego foi a instauração das *Ptolemaieia*, ou Jogos Ptolomaicos, em honra do deificado Ptolomeu I; os jogos tornaram-se tão expressivos que foram considerados “isolímpicos”, ou seja, equivalentes em termos de importância aos Jogos Olímpicos.

A cidade tinha uma grande quantidade de habitantes de origem grega ou macedônica. Assim como em Atenas, a cidadania era hereditária e geralmente fechada à comunidade grega. O bairro de Racôtis, na parte sudoeste da cidade, abrigava os egípcios e havia também uma grande comunidade judaica helenizada (falavam grego, além de hebraico). O porto de Alexandria, o mais movimentado de todo o mundo antigo, permitia o afluxo de um grande número de pessoas vindas de todas as outras regiões do mundo antigo, de forma que podemos dizer que Alexandria era uma verdadeira cosmópolis.



Um dos principais edifícios de Alexandria era o complexo que abrigava a grandiosa biblioteca, concebida para ser o maior centro de livros e estudos do mundo antigo. Estima-se que a Biblioteca de Alexandria continha centenas de milhares de rolos de papiro, mas não é possível estimar quantos livros (um livro poderia ter mais de um rolo). A aquisição de livros era uma política deliberada dos monarcas ptolomaicos, que determinavam que navios ancorados no porto de Alexandria entregassem os livros que carregavam para que fossem feitas cópias. Foram os estudiosos que administravam a biblioteca que determinaram o cânone literário antigo, sobre o qual falamos na Aula 2. Entre as obras organizadas, a tradução do Pentateuco bíblico para o grego e o estabelecimento

do texto escrito dos poemas de Homero são as mais conhecidas. O complexo abrigava também o *Mouseion*, ou “casa das musas”, de onde vem a palavra “museu”.

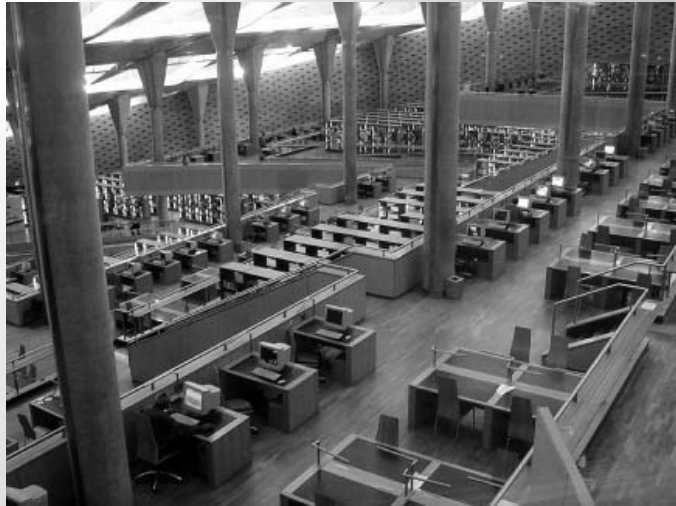


Figura 9.8: Salão de leitura principal da nova Biblioteca de Alexandria, uma homenagem à biblioteca antiga, inaugurada em 2002.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Flickr_-_dlisbona_-_Main_reading_hall_in_the_new_Alexandria_library.jpg

O mapa a seguir é uma reconstrução do plano urbanístico da cidade. A parte sublinhada menor em linha mais escura é a muralha da cidade antiga:



Figura 9.9: Mapa da cidade de Alexandria.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pauly-Wissowa_I1_1379-Map-Alexandria.png

As duas capitais egípcias, Mênfis, ao norte, e Tebas, ao sul, perderam seu prestígio durante o período helenístico. Alexandria suplantou Mênfis como centro próximo ao delta do Nilo e ao Mediterrâneo, e Ptolomeu I fundou outra cidade para se contrapor a Tebas na parte sul do país, Ptolemais. Esta foi a única outra fundação de uma cidade grega no Egito, fora Alexandria e a já existente colônia de Náucratis, que, por causa do novo porto, entrou rapidamente em declínio.

CONCLUSÃO

Podemos ver através da análise das cidades helenísticas que a *polis* não acabou com o fim do período clássico. Se ela tinha como característica a autonomia política total até Alexandre, sua evolução posterior mostra que, apesar de a autonomia ter diminuído, ela não se extinguiu de todo nas cidades da Grécia. As novas cidades helenísticas mantiveram uma ideia de cidade típica do mundo grego e levaram essa identidade grega para o Egito e a Ásia.

Nesse sentido, a própria configuração física da *polis* helenística mostra-se como um dos principais pilares da cultura grega no mundo conquistado por Alexandre, ainda que as novas *poleis* tenham absorvido influências das diversas culturas locais.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 2 e 3

Leia a descrição de Estrabão sobre Alexandria, vendo se você consegue localizar na **Figura 9.9**, o mapa da cidade, quais são os edifícios que ele descreve. Na resposta, explique por que dissemos que Alexandria é a “cidade helenística por excelência”.

Toda a cidade é atravessada por ruas próprias para o tráfego de cavalos e carruagens, e por duas principais que são muito largas, com mais de um *plethrum* [30m] de comprimento; estas ruas se cruzam em ângulos retos. A cidade tem ambientes públicos magníficos e os palácios reais cobrem um quarto ou mesmo um terço da área da cidade. Pois assim como cada um dos reis, por amor à suntuosidade, adicionou algum ornamento aos monumentos públicos, eles também construíam suas residências com seus próprios recursos, além daquelas já existentes (...). Porém, todas estão interconectadas e ligadas ao porto, mesmo as que estão fora dele. (...)

No Grande Porto, na entrada à direita, há uma ilha e a torre de Faros, e do outro lado ficam rochas e o promontório de Lóquias com o palácio real. Quem navega entrando no porto vê à esquerda os palácios reais internos, que se juntam ao de Lóquias e têm alamedas e muitos alojamentos coloridos. Abaixo deles fica o porto artificial que não é visível e é propriedade particular dos reis, e Antirrhos, uma pequena ilha na frente desse porto que tem um palácio real e um pequeno ancoradouro. Esse nome foi dado porque o lugar era rival de Rodes. Acima dela fica um teatro, depois o Posideon, uma espécie de cabo saindo do chamado Emporion, com um santuário de Poseidon. (...) Há em seguida o Cesareum, o Emporion e os armazéns; depois deles encontram-se os estaleiros até o Heptastadion [a ligação entre a cidade e a ilha de Pharos, significando “7 estádios”, ou seja, 1225m]. Este é o Grande Porto.

.....

lugar a um novo tipo de administração. Além da distribuição de grupos étnicos diversos nos bairros da cidade, o porto também trazia uma grande movimentação de pessoas e intensas trocas culturais, fazendo de Alexandria o melhor exemplo da forma como a *polis* configurou-se no período helenístico, aberta para o mundo.

RESUMO

A *polis* grega surgiu no período arcaico e desenvolveu-se em toda a Grécia, Ásia Menor e Mediterrâneo como cidade-estado autônoma, ou seja, que decretava e geria as próprias leis. Embora as conquistas de Alexandre e o estabelecimento das monarquias helenísticas tenham diminuído drasticamente essa dinâmica política independente das cidades gregas, vários aspectos anteriores da *polis* permaneceram e desenvolveram-se. Entre eles, destacam-se os planos urbanísticos que revelam a ocupação sistematizada do território e as construções públicas típicas, como o *gymnasion* e o *bouleuterion*. Muitas dessas construções foram pagas pelos reis ou generais, demonstrando que a submissão das cidades aos monarcas era muitas vezes uma via de mão dupla, já que estes precisavam dos apoios delas para sustentar seus reinos. Cidades como Alexandria passaram a se tornar grandes centros urbanos integrados em um sistema econômico e cultural muito mais amplo do que o do mundo clássico, absorvendo em diversos graus as características das comunidades locais do Egito e da Ásia.

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula tratará das relações entre os gregos e os bárbaros durante o período helenístico, que é o ponto central da questão sobre a “helenização” do Oriente, desencadeada pelas conquistas de Alexandre. Um caso especial será estudado, o dos judeus, através da Revolta dos Macabeus.

Aula 10

Relações culturais
e identitárias entre
gregos e bárbaros.
O exemplo da
Judeia e a Revolta
dos Macabeus

Monica Selvatici

Metas da aula

Caracterizar os eventos relacionados à dominação helenística sobre o território dos judeus no século II a.C. e analisar a diversidade de respostas judaicas ao processo de helenização, bem como as variadas categorias propostas pela historiografia recente para a análise de tal processo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a particularidade do modo de vida judaico e os eventos relacionados à Revolta dos Macabeus;
2. distinguir a multiplicidade de respostas dos judeus ao processo de helenização, trazido com a dominação das dinastias helenísticas, assim como as diversas categorias propostas pela historiografia recente para a análise de tal processo.

Pré-requisito

Para esta aula, procure recapitular as informações da Aula 6: “A Ásia selêucida e os reinos asiáticos”.

INTRODUÇÃO

Nesta aula, analisaremos as relações culturais e identitárias, estabelecidas entre gregos e judeus na região da Palestina, no período helenístico.

Contatos culturais entre judeus e helenos são atestados desde o século VI a.C., conforme atenta André Chevitarese (2000). Já a presença grega na região da Palestina remonta, segundo evidências arqueológicas, ao século V a.C. Escavações arqueológicas trouxeram à luz traços de colonização grega nas cidades de origem fenícia, como Dora, Tiro e Sidônia, que ficavam situadas na costa mediterrânea da Palestina. Nestas cidades, havia uma população grega que possuía seus próprios cultos e templos, que acabaram por influenciar os fenícios ali residentes (STERN, 1989, p. 108). No entanto, é a partir da entrada de Alexandre, o Grande, na Síria que este processo intensifica-se na medida em que, desde então, é colocado em prática todo um projeto político de domínio e colonização das áreas conquistadas, a partir da cultura, da língua e das instituições gregas.

No período helenístico, a população desses centros urbanos passou a ser majoritariamente grega em função da política das dinastias helenísticas de incentivo à imigração de colonos de cidades da Magna Grécia para as novas áreas. Neste sentido, sua cultura também era fortemente grega: havia os símbolos arquitetônicos da cultura helênica (o teatro, por exemplo, e os templos com suas colunas, obedecendo aos três estilos arquitetônicos – o dórico, o jônico e o coríntio – **Figura 10.1**); a língua falada era agora o grego *koiné*, a chamada língua comum (um apanhado geral dos diferentes dialetos do grego clássico – dórico, jônico etc.), que constituía uma forma mais simplificada gramaticalmente do grego falado na Ásia Menor, no período clássico. Além disso, as instituições políticas tinham por modelo as práticas gregas tradicionais. Uma das instituições-chave no processo de helenização das cidades foi

o ginásio, que exerceu uma função educacional: os cidadãos lá se exercitavam e recebiam o aprendizado intelectual.



Figura 10.1: Capitel dórico do templo de Apolo em Siracusa.

Fonte: © Wikimedia Commons - http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:0422_-_Siracusa_-_Tempio_di_Apollo_-_Foto_Giovanni_Dall'Orto_-_21-May-2008.jpg

Além do “transporte” das instituições, legislação, língua e práticas sociais gregas, houve por parte dos reinos helenísticos a criação de um contexto no qual a única forma de adentrar o novo sistema de poder era a adoção da cultura grega. Tratava-se de uma política de valorização do status do cidadão grego em detrimento das culturas locais. A probabilidade maior é que os nativos fossem excluídos da participação nas práticas cívicas, nas instituições civis gregas. No princípio, houve assim uma visível exclusão dos habitantes locais na reprodução das práticas gregas importadas, como, por exemplo, da filiação ao quadro de membros do ginásio. A helenização em seu primeiro momento caracterizou um processo de expansão demográfica e geográfica, mas não denotou a incorporação dos habitantes das áreas dominadas. Conforme afirma Alan F. Segal (1990, p. 88), “a cidadania nas cidades gregas era fortemente protegida”.

Ainda assim, a atribuição nas diversas *pólis* da cidadania a estrangeiros (gregos e macedônios que não possuíam qualquer filiação com os membros da *polis*, ou mesmo, bárbaros, isto é, não gregos) também acontecia, embora isso fosse algo raro. Para a aquisição da cidadania por um estrangeiro, era necessário que ele fosse aprovado, segundo certos critérios: a sua residência na cidade, suas propriedades, os ritos religiosos por ele seguidos e, antes de tudo, as benfeitorias que ele seria capaz de trazer para a localidade. Para o caso dos bárbaros, especificamente, a conquista da cidadania esteve sempre ligada à estratégia da alegação de ligações ancestrais gregas. Um exemplo da utilização desta estratégia é o caso de um cidadão de Sidônia (uma antiga cidade fenícia no litoral da Palestina) que conseguiu disputar e vencer uma das competições pan-helênicas abertas somente a gregos e realizadas em território grego. Segundo Simon Price, a elegibilidade deste cidadão foi provada pelo suposto “‘fato’ de que **Tebas** havia sido fundada pelo filho do primeiro governante de Sidônia” (1988, p. 317).

Outro exemplo do uso de tal artifício pelos judeus é a passagem no primeiro livro de Macabeus 12:5-21. Nela, o soberano asmoneu Jônatas recorda um documento que o rei espartano Ário (309 a 265 a.C.) teria enviado ao sumo sacerdote judaico Onias I, contendo a informação de que judeus e espartanos tinham Abraão como ancestral comum e, por isso, eram irmãos. Neste caso específico, não era intenção de Jônatas adquirir a cidadania espartana, mas reforçar os laços de amizade entre a cidade e os judeus, e mantê-la como aliada em suas batalhas contra os adversários selêucidas.

Tebas

Cidade-Estado do mundo grego antigo, antiga capital da região da Beócia.

Relações culturais entre gregos e judeus na Palestina – a revolta dos macabeus

Na região da Palestina, a conquista de territórios por parte da dinastia selêucida e o processo de helenização, promovido por ela, aconteceram da seguinte forma: a Judeia, o pequeno território dos judeus neste período, passa ao controle dos selêucidas em

198 a.C., quando Antíoco III toma Jerusalém. A partir de então, um programa de helenização é adotado em larga escala, auxiliado, particularmente, pelos segmentos aristocráticos da Judeia. Ao longo deste processo, desenvolve-se um partido helenista (ou helenizante) que apoia a dinastia governante e, de outro lado, um partido defensor da tradição judaica, que se mantém ligado ao ideal dos escribas.

Esse ideal pregava a obediência às leis registradas na Torá (os cinco primeiros livros da Bíblia atual), o texto sagrado para os judeus. Este texto era sagrado, pois se acreditava que ele teria sido redigido por Moisés, por inspiração direta de Yahweh, o deus judaico. Em tais livros, estavam dispostas as leis que os membros do povo de Israel deveriam seguir de maneira a manter e respeitar a aliança que Yahweh fizera com ele, a partir de Abraão – aliança esta que implicava proteção de Yahweh ao povo.

Em 174 a.C., Jasão, um dos membros do grupo dos helenizantes, chega ao posto de sumo sacerdote do templo judaico e, com o suporte de Antíoco IV Epifanes (o rei selêucida naquele momento), imediatamente estabelece um ginásio grego em Jerusalém, entre os anos 174 e 171 a.C. De acordo com Price (1988, p. 317), “para o horror do resto dos judeus, os sacerdotes pararam de mostrar qualquer interesse pelos serviços divinos e rapidamente tomaram parte nos exercícios desrespeitosos” da lei judaica (para a prática dos quais os jovens deveriam estar nus). Em 167 a.C., Antíoco IV adota medidas extremas em relação à religião judaica: abole o culto no templo de Jerusalém e usurpa os seus tesouros, proíbe a observância da lei judaica (guardar o sábado, observar as festas ancestrais, não comer carne de porco etc.) e as substitui por cultos pagãos. O templo é dedicado por ele a Zeus Olímpico.



Figura 10.2: Tetradracma de Antíoco IV. O reverso mostra a inscrição em grego: ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΑΝΤΙΟΧΟΥ ΘΕΟΥ ΕΠΙΦΑΝΟΥ ΝΙΚΗΦΟΡΟΥ ("Rei Antíoco, deus manifesto, aquele que detém a vitória").

Fonte: © Wikimedia Commons - http://en.wikipedia.org/wiki/File:Antiochus_IV_Epiphanes_Morkholm_14.jpg

Como consequência da perseguição anteriormente apresentada, em 166 a.C. eclode um movimento de revolta judaico, liderado por Judas Macabeu, que consegue o restabelecimento do culto no templo de Jerusalém, em 164 a.C. No entanto, a vitória final com a conquista da independência, ante o soberano selêucida, só acontece anos mais tarde, em 141 a.C. A partir de Judas Macabeu, instaura-se uma linhagem de príncipes nativos que governa a Judeia de forma independente. A Guerra dos Macabeus é o episódio mais bem documentado no que se refere à reação negativa das comunidades não gregas à adoção dos hábitos estrangeiros. É desenvolvido no primeiro e segundo livros dos Macabeus no Antigo Testamento.

O erudito John J. Collins (2010, p. 40-50) acredita que a revolta judaica eclode especificamente em razão da proibição feita por Antíoco IV do seguimento da lei de Moisés pelos judeus, e não devido ao programa helenizador (promovido anteriormente por Jasão, através da construção do ginásio na cidade de Jerusalém), ainda que ambos os livros, 1 e 2, dos Macabeus afirmem que as reformas do sumo sacerdote tenham sido significativas violações do modo de vida judaico. O argumento de Collins apoia-se no fato de que "há boa razão para se acreditar que os judeus da **Diáspora** frequentavam o ginásio na era ptolomaica" (2010, p. 42), em função de suas boas relações com as autoridades ptolomaicas.

Diáspora

A palavra, que em grego (διασπορά) significa "dispersão", refere-se aos judeus que viviam fora do território de Israel.

Ela remonta ao período do cativeiro babilônico, no início do século VI a.C., quando o primeiro templo foi destruído e grande parte da população judaica de Jerusalém foi tornada escrava e deportada para a Babilônia pelo rei dos caldeus, Nabucodonosor, segundo relatos do Antigo Testamento.

A Judeia sob o domínio judaico

O poder da dinastia dos asmoneus, governante do território judaico até a conquista da região pelos romanos em 63 a.C., é legitimado através de seu mito de origem que remonta à figura de Judas Macabeu. Sob essa dinastia, o território governado expande-se: primeiro através da influência sobre as regiões da Galileia e de **Galaad** (mais tarde, chamada Pereia), onde já havia judeus e, posteriormente, através da política de judaização dessas áreas, além da região onde habitavam os idumeus. Assim, nas palavras de Arnaldo Momigliano (1991, p. 95), “a Judeia havia se tornado um estado independente e expansionista”. A judaização destas áreas correspondeu à conversão forçada, a partir do uso da força militar, dos habitantes locais à religião judaica. Como consequência desta política, houve um aumento efetivo do território sob o domínio judaico, passando a abranger, além da Judeia, Galileia e Pereia, as regiões da **Idumeia**, Samaria e **Itureia**, na Palestina (**Figura 10.3**).

Galaad

Era primitivamente a região ao sul do rio Jaboc, mas chegou a incluir também o território entre este rio e o rio Jarmuc e, na época helenística, o planalto sírio ao norte do Jarmuc, onde os judeus tinham várias colônias, de acordo com a Bíblia de Jerusalém. Trata-se da região a leste do rio Jordão que, depois de conquistada e já no século I a.C., foi chamada Pereia.

Idumeia

É o nome helenizado de Edom, a terra dos “filhos de Esaú”, de acordo com o livro dos Números.

Itureia

É o nome grego de uma região ao norte da Galileia, durante o período do reino asmoneu, do reino de Herodes, o Grande, e do período romano.

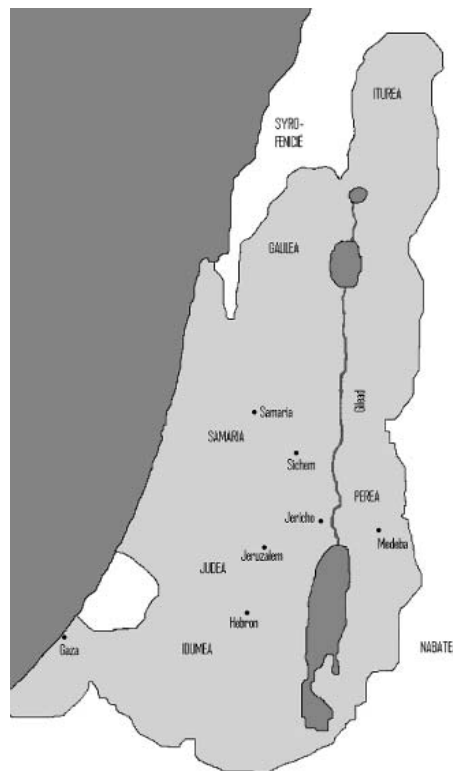


Figura 10.3: Mapa do reino asmoneu (140 a.C.–37 a.C.).

Fonte: © Wikimedia Commons
- http://en.wikipedia.org/wiki/File:Hasmoneese_rijk.PNG

A Judeia torna-se, então, um estado independente, a figura de Judas Macabeu transforma-se em um símbolo para os governantes judaicos posteriores e estes ocupam, além da posição de reis, aquela de sumos sacerdotes (de acordo com a teocracia judaica). Ainda assim, apesar do novo verniz judaico, a dinastia dos asmoneus manteve progressivamente um governo no estilo bem marcado dos soberanos helenísticos: de caráter monárquico, militar, guerreiro, conquistador e também atormentado por lutas dinásticas internas. Uma evidência bastante concreta deste caráter duplo dos governantes asmoneus é o caso das moedas do soberano Alexandre Janeu. Ele adotava nelas uma inscrição em hebraico (Jônatas, o sumo sacerdote e a comunidade judaica) e outra em grego, do tipo monárquico helenístico (*Basileus Alexandrou*).

Um resultado ainda mais visível do influxo da cultura helênica na Palestina foi o desmembramento do chamado “povo de Israel” em diversos grupos ou movimentos político-religiosos judaicos que desenvolveram variadas relações com o meio helênico à sua volta. Estas relações variaram da rejeição total a ele, passando pelos vários níveis de aculturação e acomodação dos valores judaicos aos novos paradigmas e à nova ordem trazida pela realidade maior que a cultura helênica conferira a todo o Mediterrâneo oriental, até a total assimilação da parte de alguns poucos judeus a este mundo maior e “cosmopolita”. Como bem coloca A. F. Segal (1990, p. 32), “a tradição religiosa [judaica], que havia sido uma suposição quase autoevidente acerca do mundo, tornou-se um conjunto de crenças a ser vendido”. Não é à toa que os três principais grupos que Flávio Josefo descreve como os integrantes da sociedade judaica – **fariseus**, **saduceus** e **essênios** – sejam pela primeira vez mencionados por ele no pontificado/reinado de um dos primeiros asmoneus, Jônatas (161/160 a 143 a.C.), irmão de Judas Macabeu.

Tal divisão em três grupos, apresentada por Josefo, parece ser simplificada e homogeneizante (afinal, havia muitos judeus que não aderiam a movimento algum), mas comprova as diferentes reações

Fariseus

Em hebraico *perushim* (que significa “separados” ou “santos”) é o nome dado a um grupo de judeus, devotos à Torá. Surgidos no período da dinastia dos asmoneus, no século II a.C., acreditavam em uma lei oral, em conjunto com a lei escrita. Com a destruição de Jerusalém em 70 d.C. e a queda do poder dos saduceus, cresceu sua influência dentro da comunidade judaica e eles se tornaram os precursores do judaísmo rabínico.

Saduceus

O grupo dos saduceus compunha a nobreza sacerdotal, ligada ao templo de Jerusalém.

Essênios

Os essênios constituíam um grupo de judeus que procurava se afastar da realidade urbana, considerada impura, e se manter puros por meio da vida no deserto, onde eles aguardavam a chegada do messias (o salvador) judaico.

e interpretações que os vários movimentos tiveram e deram para a realidade da dominação estrangeira exacerbada pelo processo de helenização.



Atende ao Objetivo 1

1. Os trechos a seguir trazem, em primeiro lugar, a visão de um grego sobre os costumes religiosos dos judeus (a), e depois a visão dos judeus sobre a proibição do culto judaico e a imposição de cultos gregos, adotadas pelo rei Antíoco IV Epifanes (b).

a) O autor grego Hecateus de Abdera, que viveu no Egito entre o fim do século IV e o início do século III a.C., observou os judeus de seu tempo e afirmou que a observância das leis separatistas da Torá fazia do judaísmo uma religião “um tanto antissocial e hostil a estrangeiros” (apud COLLINS, 2010, p. 31).

b) No primeiro livro de Macabeus 1:56-64, lê-se o seguinte:

Quanto aos livros da Lei, os que lhes caíam nas mãos eram rasgados e lançados ao fogo. Onde quer que se encontrasse, em casa de alguém, um livro da Aliança ou se alguém se conformasse à Lei, o decreto real condenava-o à morte. Na sua prepotência assim procediam, contra Israel, com todos aqueles que fossem descobertos, mês por mês, nas cidades. No dia vinte e cinco de cada mês, ofereciam-se sacrifícios no altar, levantado por sobre o altar dos holocaustos. Quanto às mulheres que haviam feito circuncisar seus filhos, eles, cumprindo o decreto, as executavam com os mesmos filhinhos pendurados a seus pescoços e ainda com seus familiares e com aqueles que haviam operado a circuncisão. Apesar de tudo, muitos em Israel ficaram firmes e mostraram-se irredutíveis em não comerem nada de impuro. Eles aceitaram antes morrer que contaminar-se com os alimentos e profanar a Aliança sagrada, como de fato morreram. Foi sobremaneira grande a ira que se abateu sobre Israel.

No que diz respeito ao culto e aos costumes judaicos, aponte as diferenças entre as duas visões apresentadas.

Resposta Comentada

As visões de judeus e não judeus acerca dos costumes judaicos, obviamente, eram diferentes. Enquanto os gregos e outros povos (como os romanos) enxergam a obediência severa dos judeus às leis da Torá como algo que os tornava diferentes e separatistas, os judeus entendiam tal obediência como parte imprescindível de sua crença na Aliança, travada pelo deus Yahweh com o povo judaico. Por isso, o relato do livro de Macabeus enfatiza o fato de que “muitos em Israel aceitaram antes morrer a profanar a aliança sagrada”.

O conceito de helenização e as abordagens teóricas atuais do processo

O autor alemão do século XIX, Johann Gustav Droysen, – como você viu na Aula 1 – procurou compreender a época helenística como um período de transição: segundo ele, nela aconteceu a fusão entre elementos gregos e orientais que constituíram a “avenida para o Cristianismo”. Atualmente, é possível entender por que apenas a cultura judaica recebeu destaque em meio às culturas e sociedades,

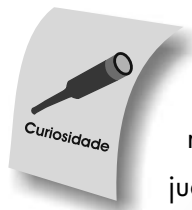
Teleologia

Trata-se de teoria característica do hegelianismo, segundo a qual o processo histórico da humanidade — assim como o movimento de cada realidade particular — é explicável como um trajeto em direção a uma finalidade que, em última instância, é a realização plena do espírito humano.

Fonte: *Moderno dicionário da língua portuguesa Michaelis*.

Fonte: michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/

dominadas pelas dinastias helênicas. Droysen procurou explicar o fenômeno do Cristianismo — entendido por ele como a bem-sucedida e forte Igreja cristã, que desde o século IV d.C. dominava o Ocidente — através de uma análise **teleológica** simplista. Ele buscou na chamada cultura helênica e nas culturas orientais (a tradição judaica para os autores posteriores a ele) as raízes, ou melhor, as sementes que, unidas (pela fusão), resultariam no embrião do Cristianismo.



A formulação elaborada por Droysen influenciou muitos trabalhos acerca das origens cristãs e do judaísmo antigo, de tal modo que os trabalhos que se atêm à relação entre a cultura helênica e a judaica são tão antigos quanto o próprio estudo da história judaica. Vide o trabalho de Elias Bickerman, *Der Gott der Makkabäer*, publicado na Alemanha, em 1937, e traduzido para o inglês, em 1979, como *The God of the Maccabees*. Este, segundo Levine (1998, p. 6), é pioneiro no que se refere ao estudo sobre o processo de helenização na Palestina e sobre os judeus no período greco-romano. Bickerman atém-se ao período da dinastia selêucida (século II a.C.) e ao papel-chave dos “helenizadores judeus” nas perseguições do soberano Antíoco IV Epifanes em 167 a.C. Este estudo assinalou o surgimento de trabalhos posteriores, todos relacionados à questão dos contatos e influências helenísticos sobre os judeus e o judaísmo.

Ao atentarmos para a historiografia sobre o Cristianismo antigo, percebemos que a inspiração no trabalho pioneiro de J. G. Droysen é visível e, por isso, a análise através da interação entre judaísmo e cultura helênica permanece ainda hoje o enfoque

principal de tais estudos. O trabalho de Martin Hengel, autor da obra considerada um marco nos estudos sobre o processo de helenização do judaísmo palestino – *Judaism and Hellenism* – é tributário da interpretação de Droysen, embora avance o argumento simplista deste na medida em que dá continuidade ao estudo, discutindo o “conflito entre judaísmo palestino e o espírito da era helenística” (apud COLLINS, 2010, p. 30). Esse conflito fora suscitado pela reação dos macabeus às medidas extremas adotadas por Antíoco IV Epifanes em Jerusalém (a proibição do culto judaico e a dedicação do templo a um deus pagão, Zeus Olímpico) no século II a.C. Desta forma, Hengel atenta para a reação à tal crise na Judeia, “que pôs um freio ao sincretismo, fixou desenvolvimento intelectual na Torá [através do grupo dos fariseus] e excluiu qualquer crítica fundamental do culto e da lei”, segundo as breves palavras de J. J. Collins (2010, p. 30).

Ainda assim, Hengel afirma que a cultura helenística não foi nem completamente absorvida nem totalmente rejeitada na Palestina. De fato, na referida obra *Judaism and Hellenism*, o autor propagou a tese de que, assim como o judaísmo da Diáspora de fala grega, o judaísmo palestino (em Jerusalém, principalmente), desde o terceiro século a.C. – quando do domínio sobre a região da dinastia dos ptolomeus do Egito –, também pode ser chamado de judaísmo helenístico “e que isto é ainda mais verdadeiro para a era romana desde Herodes” (HENGEL, 2001, p. 7). Para o autor (2001, p. 28), foi a partir da “cultura judaico-helenística” de Jerusalém que “emergiu um movimento judaico que, por fim, conquistou o Império Romano”: o Cristianismo.

Como podemos observar, Hengel mantém-se na tradição de Droysen. No entanto, diferente da análise generalizante que este último faz, Hengel atenta para o fato de que a cultura helênica foi uma entidade com múltiplas inserções sobre o judaísmo. Tal constatação foi uma das primeiras na historiografia do tema que, desde então, tem se voltado para as especificidades que ficaram perdidas na análise de Droysen e seus seguidores.

A historiografia recente acerca do tema do “helenismo” tem procurado apreciar o mosaico cultural complexo do mundo helenístico. Segundo Susan Alcock (1994, p. 173), a historiografia atual observa agora ter sido o impacto da conquista grega no Mediterrâneo oriental mais forte em termos econômicos e demográficos do que propriamente culturais. Enfim, há segundo a autora uma nova preocupação em relação à real composição da “sociedade helenística” e a noção da inerente improbabilidade de uma fusão cultural profunda. Um estudo, dentro desta linha, que procura minimizar a extensão da influência grega sobre o judaísmo, é o de Edouard Will e Claude Orrieux (1986), que caracterizam o período entre Alexandre e o imperador romano Tito como o tempo em que apenas “uma minoria judaica conheceu a tentação helênica” (1986, p. 228) e destacam a presença do movimento farisaico na Palestina, afirmando que desde o início do domínio romano sobre a Palestina judaica

a união da maioria do povo judeu em torno desta ortodoxia viva [o farisaísmo] representa o resultado, fruto de uma longa maturação, do enfrentamento cultural entre o judaísmo e o helenismo e a verdadeira condição de sobrevivência do judaísmo... (1986, p. 227)

Trata-se de uma preocupação com o resgate da diversidade cultural do mundo mediterrâneo sob o domínio helênico. Por meio da análise empreendida dentro do contexto de uma teoria pós-colonial, os estudos recentes procuram fazer frente a análises colonialistas e imperialistas, como a de Droysen. O procedimento utilizado é a análise do discurso colonial de modo a, dentre outros objetivos, desconstruir “a definição dos modelos binários pelos quais o Ocidente categorizou os outros”, observa Norma M. Mendes (1999, p. 309).

Colocando em questão a natureza do discurso ocidental sobre o Oriente ou, de forma mais geral, sobre o diferente, o outro, a historiografia recente tem procurado resgatar as diversidades locais (dentro do quadro mais amplo do mundo helenístico) e os diferentes

níveis de contato e trocas culturais estabelecidos. Não se fala mais em fusão cultural e mesmo o termo “influência” (ainda que ele sirva para descrever boa parte do processo) é agora preterido em favor da noção de trocas e interações entre culturas.

Além disso, recentemente, alguns autores observaram a existência de prismas diferentes, denotando respectivas abordagens do encontro das culturas judaica e helênica – uma abordagem que analisa este encontro a partir das noções de impacto/colisão e conflito anterior à absorção de elementos e outra que privilegia as noções de interação, adoção progressiva e síntese de elementos. A consciência destes dois prismas de análise – conflito ou confluência – está presente no trabalho de Lee I. Levine, intitulado *Judaism and Hellenism in Antiquity. Conflict or Confluence?* (Judaísmo e Helenismo na Antiguidade. Conflito ou Confluência?).

Neste trabalho, Levine contraria a afirmação de Alcock de que o impacto da conquista grega sobre o Mediterrâneo oriental não foi tão visível em termos culturais. Seu estudo não se alinha ao quadro dos trabalhos da teoria pós-colonial, mas obviamente tem o cuidado de considerar os resultados obtidos pelas pesquisas, a partir desta perspectiva de análise. Com efeito, o autor discute os conceitos de helenismo e helenização, definindo-os propositadamente de forma abrangente, em razão da questão por ele levantada de que o grau de influência helenística foi diferenciado, segundo as regiões do Mediterrâneo oriental, os grupos na escala social e considerando-se os planos material e religioso. Assim, Levine afirma que, no que concerne à cultura material, os judeus foram fortemente devedores e, em muitos casos, dependentes daquela produzida pela cultura helenística reinante: “os judeus nunca se vangloriaram de tradição artística ou de arquitetura própria (a não ser, talvez, por um limitado conjunto de símbolos que afloraram apenas na antiguidade tardia)” (1998, p. 5). Entre os símbolos característicos dos judeus, presentes desde tempos bem remotos, está a Menorá (**Figura 10.4**), o candelabro de sete velas que, segundo a tradição judaica, fora aceso por Moisés para iluminar o **Tabernáculo**.

Tabernáculo

Tenda que, segundo a Bíblia hebraica, teria abrigado, no tempo anterior à chegada dos hebreus à Terra Santa, as tábuas da lei que Moisés recebera de Yahweh, no Monte Sinai. Esta tenda foi posteriormente substituída pela construção do templo em Jerusalém.

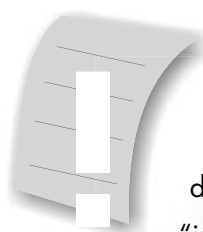


Figura 10.4: Réplica da menorá que deveria ser utilizada no templo de Jerusalém, reconstruído por Herodes, o Grande (século I a.C.–século I d.C.).

Fonte: © Wikimedia Commons - http://en.wikipedia.org/wiki/File:Menorah_0307.jpg

A análise de Levine parece bastante exagerada, mas serve para mostrar o quão importante foi o impacto da helenização sobre a cultura material (sobretudo sobre a arquitetura) das comunidades judaicas do Mediterrâneo e também sobre aquela na Palestina. Quanto à língua, mais ainda pode ser dito, na medida em que se sabe que o grego era a língua falada pelos judeus na Diáspora, e sua influência na Palestina pode ser mensurada pela quantidade de palavras gregas e também latinas que ultrapassa o número de 3.000 na literatura rabínica.

No entanto, em relação à esfera da religião que, como sabemos, abarcava quase a totalidade das práticas judaicas, Levine afirma que “há muito poucos casos de judeus abandonando sua identidade religiosa e étnica de forma a integrar a sociedade greco-romana maior” (1998, p. 28). Na realidade, o autor, seguindo a linha de Hengel, procura demonstrar a complexidade do fenômeno: ele enxerga uma multiplicidade de respostas por parte dos judeus da Palestina e da Diáspora ao processo de helenização, e não apenas uma definida dicotomia, como outros trabalhos mais antigos costumam apontar.



A dicotomia mencionada nesta seção se refere à noção de um judaísmo amplamente helenizado na diáspora mediterrânea e outro “puro” ou “imune” a tal processo na Palestina. O representante maior deste tipo de análise é George Footmoore, na obra de 1927, *Judaism in the First Centuries of the Christian Era, the Age of the Tannaim*.

A consciência do fenômeno complexo que foi o processo de helenização leva o autor Lee Levine a enfatizar demais uma abordagem que considere a diversidade de aspectos que interferem e denotam os diferentes graus de helenização dos judeus no Mediterrâneo oriental. Esses diferentes graus de helenização, aliados à consideração da multiplicidade de leituras da Torá que havia no judaísmo do século I d.C. – algo que fazia dele um complexo multifacetado – acabam por fazer o autor definir a religião não como uma fé única, mas como um movimento plural, isto é, enquanto diversos *judaísmos*. Assim, na Judeia, por exemplo, as diversas “escolas filosóficas” (utilizando o termo preferido por Josefo), que tinham interpretações e formas de leitura próprias do texto sagrado da Torá, constituiriam vários judaísmos.

John Barclay, em seu estudo sobre os judeus na diáspora mediterrânea (1996), analisa o pensamento e os valores veiculados nos textos judaicos (dentre eles as epístolas do apóstolo Paulo), produzidos na diáspora helenística. Este autor também chega à conclusão de que não houve condições típicas para os judeus na Diáspora, mas na realidade, diversidade. Porém, fazendo um contraponto ao argumento de Levine, Barclay afirma que perfis judaicos diferentes não representam necessariamente diferentes “judaísmos”, uma vez que o resultado de sua pesquisa é a identificação de um elo maior entre os judeus residentes em meio não judaico. A palavra que melhor define este elo é *etnicidade*, a combinação do aspecto do parentesco com aquele do costume, a reprodução dos rituais ancestrais. Tal combinação de fatores é o que criava o sentido de identidade judaica nas cidades do Mediterrâneo, nos períodos helenístico e romano. Esses critérios também eram o que identificava os judeus na percepção dos não judeus (ver os comentários de caráter negativo ou não dos diversos autores romanos acerca dos costumes e herança judaicos). Além disso, ele afirma que, mais importante que os diferentes aspectos da helenização, são o significado e a importância atribuídos a eles pelos diferentes grupos judaicos, e que, neste sentido, a distinção entre judeus da Diáspora (onde eles compunham minoria) e judeus da Palestina (onde eram maioria) ainda se faz pertinente. O argumento de Barclay em relação ao aspecto de uma forte identidade mantida entre os judeus na Diáspora parece, desta forma, mais convincente que o conceito de diversos ‘judaísmos’ de Levine.

John J. Collins (1997), conhecido por seu pormenorizado trabalho de pesquisa sobre o judaísmo helenístico da Diáspora, também analisa uma seleção de textos, produzidos neste meio (como a “Carta de Aristeas”, os “Oráculos Sibílicos” e as obras de Filon de Alexandria). O autor conclui, de igual maneira, que as respostas deste judaísmo são várias, conforme os assuntos em questão: a circuncisão, o culto ao templo, os holocaustos (sacrifício de animais em louvor a Deus), mas ao invés de enfatizar os laços

de identidade entre os judeus na Diáspora como faz Barclay, ele afirma que, em linhas gerais, o que aproxima os textos analisados é a questão da apologia do judaísmo em meio gentílico e a rejeição da idolatria pagã. Para Collins, “a maioria dos textos (...) mostra um desejo de partilhar e ser aceito nos estratos mais sofisticados filosoficamente da cultura helenística”. O autor privilegia, assim, esse aspecto universalizante do judaísmo da Diáspora (que, de fato, existia) em detrimento do particularismo praticado por ele (que Barclay enfatiza).

A questão atual nos estudos sobre a helenização do judaísmo é a dos limites deste processo, isto é, até onde ele chega, ou melhor, até onde lhe é permitido chegar. O que denota as diferenças entre os estudos que compreendem esta nova tendência são mudanças nos critérios adotados para a análise do processo de helenização dos judeus, ou seja, diferentes **taxonomias**.

John J. Collins (2010), por exemplo, acredita que os limites da helenização para o caso do judaísmo expressam-se de melhor forma através da distinção entre *culto* e *cultura*. Ele separa o aspecto da religião (culto e práticas rituais) do resto das práticas sociais, que, no seu entender, correspondem à cultura (literatura, arquitetura, padrão de beleza etc.).

O autor analisa o evento da revolta dos macabeus e conclui que esta só é deflagrada no momento em que Antíoco IV Epifanes persegue a religião judaica, proibindo a prática do culto ritual e obrigando os judeus a fazerem sacrifícios aos “ídolos” (forma pela qual os judeus chamavam os deuses pagãos). Tais medidas extremas foram a forma de punição de Antíoco ao início de rebelião que a população de Jerusalém promovera ao saber que o sumo sacerdote ilegítimo Menelau usurpara o tesouro do templo para pagar um tributo prometido a ele. Por isso, para Collins, a revolta não tem antecedentes nas reformas helenísticas implementadas anteriormente, em Jerusalém, por Jasão. Ela é consequência da perseguição religiosa por parte do soberano selêucida. Neste sentido, o autor

Taxonomia

Distinção, ordenação e nomenclatura sistemáticas de grupos típicos, dentro de um campo científico.

Fonte: *Moderno dicionário da língua portuguesa Michaelis*.

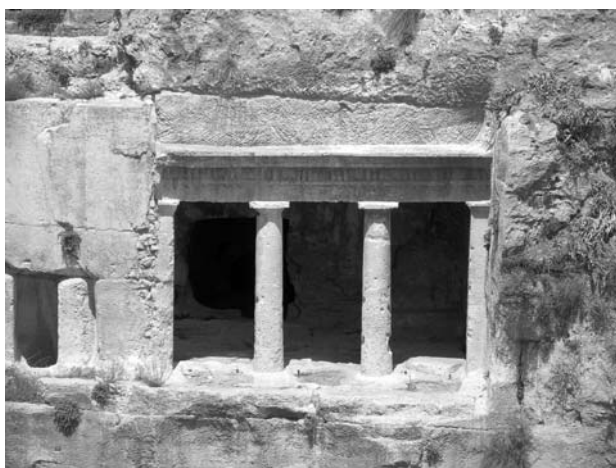
Fonte: michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/

defende a distinção entre *culto* e *cultura*, na medida em que a insistência de separatismo pelos judeus fazia-se apenas nas questões relativas ao culto e à adoração.



Atende ao Objetivo 2

2. Observe a imagem a seguir. Trata-se do túmulo de um membro da elite judaica erigido no vale Kidron, na Palestina, no período helenístico (entre os séculos III e II a.C.). O que se pode afirmar acerca do modelo arquitetônico da construção? Analise a imagem, tendo por base as discussões sobre o processo de helenização dos judeus, feitas pela historiografia recente.



Resposta Comentada

O túmulo judaico data do período helenístico e claramente reproduz a arquitetura dos monumentos helenísticos. A frente da construção imita um pórtico com colunas no estilo dórico. A informação de que se trata da tumba de um judeu abastado, alguém pertencente à elite judaica, confirma as conclusões da historiografia recente de que os costumes helênicos não diretamente ligados à religião (a educação, a arquitetura, a adoção da língua grega etc.) foram mais amplamente reproduzidos pelas elites locais, dentre elas, a judaica.

CONCLUSÃO

O processo de helenização do território mediterrâneo oriental ocorreu sobre vastas áreas e sobre diversos povos que ali habitavam. É sabido que, no quadro das populações locais, os hábitos, valores e a cultura helênica foram mais amplamente adotados pelas elites, que almejavam participar do prestigioso modo de vida helênico, não ocorrendo o mesmo com os segmentos mais humildes. O mesmo aconteceu entre os judeus, povo que se concentrava na região da Palestina, mas que mantinha comunidades espalhadas por variadas áreas da região mediterrânea.

Como pudemos verificar, em meio a tantas e diversas abordagens do processo de helenização dos judeus no Mediterrâneo oriental (Palestina e Diáspora), certo consenso é encontrado na

historiografia atual no que se refere aos limites deste processo. A consciência de que, assim como o helenismo, o judaísmo foi uma entidade múltipla na qual nem todos os aspectos mantinham o mesmo grau de importância é quase universalmente partilhada. Os autores sabem atualmente que, em muitos aspectos, como aqueles ligados à literatura ou à arquitetura, a adoção do estilo helenístico em nada prejudicava a identidade dos judeus.

Além disso, a reprodução da forma de governo dos soberanos helenísticos por parte dos governantes da dinastia judaica dos asmoneus demonstra o forte impacto da cultura, hábitos e modo de vida helênicos sobre os judeus, sobretudo no exercício do poder – o que para os judeus era inédito, já que eles compunham havia séculos um povo dominado por outros. Como na maior parte de sua história haviam sido súditos ou escravos, quando conquistaram o poder de seu território, tomaram por modelo de governo aquele mais próximo: o dos reis das dinastias helenísticas.

A esfera da religião, especificamente, o culto e os rituais ancestrais, era um assunto diferente, proibido, sagrado. Nela, a resistência era necessária diante da imposição de práticas que violassem a tradição. A prática muito política e pouco religiosa de prestar culto aos deuses da *pólis* ou do estado imperial sempre foi repudiada pelos judeus. Tal particularismo religioso adotado por eles advinha da observância das leis da Torá, que tinham por objetivo separá-los dos demais povos (entendidos por eles como não participantes da aliança que Deus, Yahweh, travara com Abraão).

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Ao retratar o início do governo da dinastia dos asmoneus sobre o território dos judeus, o autor judaico do século I d.C., Flávio Josefo, afirma (nas *Antiguidades Judaicas* XIII.5) que neste período existiam entre os judeus três seitas ou grupos com pensamentos doutrinários diferentes entre si:

Nesse tempo, havia três seitas entre os judeus, que possuíam diferentes opiniões acerca das ações humanas; uma delas era chamada a seita dos Fariseus, outra era a seita dos Saduceus e a outra era a seita dos Essênios. Em relação aos fariseus, eles dizem que algumas ações, mas não todas, são resultado do destino e algumas delas estão em nosso poder, e que elas são sujeitas ao destino, mas não são causadas por ele. Mas a seita dos Essênios afirma que o destino governa todas as coisas e que nada recai sobre os homens, senão aquilo que lhes foi determinado [pelo destino]. E no que diz respeito aos Saduceus, eles abandonam o destino e dizem que não existe tal coisa, e que os eventos das atividades dos homens não estão submetidos a ele; eles supõem ao contrário que nossas ações estão sob nosso poder, de modo que nós mesmos somos as causas daquilo que é bom e recebemos aquilo que é mau em razão de nossa própria irracionalidade.

Por que Josefo apresenta três grupos judaicos com pensamentos tão diferentes acerca do papel do destino na vida dos homens, a partir do início do governo da dinastia dos asmoneus?

Resposta Comentada

É necessário considerar o impacto do processo de helenização sobre os judeus e a memória dos drásticos eventos que suscitaram a revolta dos macabeus. Entre as muitas respostas a esse processo, observamos que alguns judeus (como os saduceus) abraçavam mais abertamente os novos costumes helênicos, outros judeus (como os fariseus) procuravam se apegar a uma observância rigorosa da lei judaica de maneira a garantir que Yahweh os protegesse e um grupo de judeus mais radicais (como os essênios) procurava viver em estado de completa pureza, apartados do mundo e acreditando no total governo do destino sobre a vida dos seres humanos.

RESUMO

Esta aula apresenta os eventos ligados à dominação helenística sobre os judeus e as implicações de tal poder e expressão cultural sobre o judaísmo. A medida extrema, adotada pelo rei selêucida Antíoco IV Epifanes, qual seja, a abolição do culto judaico e a imposição de um culto grego sobre os judeus, suscita a grande revolta dos macabeus, que interrompe o processo de ampla helenização dos judeus na Judeia, ao vencer o poder selêucida e criar um estado judaico, preocupado em reproduzir as leis de Moisés. Ainda assim, os modelos culturais helênicos permanecem presentes no novo reino, seja na reprodução da língua grega ou na adoção do estilo arquitetônico grego ou ainda na escolha da forma de governar adotada pelos asmoneus. Tais dados levam os eruditos a analisarem a helenização dos judeus a partir de diversos critérios, dentre eles aquele do culto *versus* cultura, denotando a importância para os judeus da observância correta das leis e do culto judaico – livre de influências culturais helênicas.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você verá em detalhes os principais cultos religiosos e grupos filosóficos, presentes na região do Mediterrâneo sob o domínio das dinastias helenísticas.

Aula 11

Os novos mundos das religiões e das filosofias helenísticas

Monica Selvatici

Metas da aula

Caracterizar os principais cultos religiosos e grupos filosóficos presentes na região do Mediterrâneo sob domínio helenístico, bem como apresentar as condições políticas e sociais que permitiram o aparecimento e divulgação de tais novas religiões e filosofias entre os habitantes do território em questão.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. descrever como o desenvolvimento dos principais cultos religiosos presentes na região do Mediterrâneo sob o domínio helenístico é suscitado pelo contexto de insegurança política, trazida com a intensa rivalidade entre os reinos helenísticos;
2. reconhecer como o desenvolvimento das principais filosofias presentes na região do Mediterrâneo sob o domínio dos reinos helenísticos é afetado pelo contexto sociocultural peculiar ao mundo helenístico.

Pré-requisito

Para esta aula, procure recapitular as informações acerca do contexto histórico e social do mundo helenístico apresentadas na Aula 9: “A economia e as cidades; fim ou transformação da *polis*?”

INTRODUÇÃO

O processo de helenização por que passou o território conquistado por Alexandre, o Grande, teve reflexos bastante expressivos no campo da filosofia e das correntes religiosas.

Recapitulando as ideias apresentadas anteriormente sobre a economia e as cidades no período helenístico, é necessário enfatizar as diferenças entre o contexto social (e também político) do império universal, criado por Alexandre e aquele das cidades-estado gregas do período clássico. Enquanto nestas últimas, a autoridade baseava-se na questão da tradição, no mundo de Alexandre e seus sucessores, a legitimidade dele dependia muito, entre outros fatores, de seu prestígio militar. Em suma, a guerra era aspecto fundamental no mundo helenístico.

O contexto de guerras é largamente ampliado no tempo dos reis helenísticos, quando comparado àquele das cidades-Estado do período clássico. Afinal, os conflitos anteriores entre, por exemplo, duas cidades próximas eram muito menores do que os empreendimentos bélicos entre grandes reinos, como foram os reinos dos sucessores de Alexandre. Nesse período, extensas porções de terra (sobretudo, nas fronteiras dos reinos) eram alvos constantes de ataques por parte de um soberano ou de outro.

As religiões no mundo helenístico

No ambiente de incertezas e mudanças (quase sempre negativas) muito rápidas para os habitantes das cidades do mundo helenístico, ganhou proeminência o culto – que já existia na região do Mediterrâneo havia muito tempo – à deusa Tyche, que os romanos chamaram posteriormente de Fortuna. Entendia-se que essa deusa seria responsável por reger o destino dos seres humanos. Ela detinha um temperamento forte, capaz de promover a vida de uns ou, de

maneira inversa, de levá-los à ruína. Neste período, chegou-se a acreditar que Tyche fazia interferências até mesmo na vida dos deuses. Este pensamento mostrava-se muito diferente daquele mais antigo, segundo o qual o mundo seria governado soberanamente por Zeus. De forma a conquistar a simpatia e a proteção da deusa, difundiu-se também o culto à *Agathe Tyche* ou Boa Fortuna, pelo qual os habitantes de um território procuravam celebrar festas e construir altares públicos em homenagem à divindade.

Também em relação à questão dos cultos religiosos, é necessário apontar a forte associação entre política e religião presente neste contexto. Os soberanos helenísticos depois de Alexandre fomentaram a devoção a divindades olímpicas das quais se diziam herdeiros. Também instituíram novos cultos com o objetivo de reforçar sua autoridade, uma vez que não se enquadravam nas regras sucessórias dos soberanos macedônicos (não se tratavam de herdeiros consanguíneos de Alexandre). Eram, sim, generais de seu exército que repartiram o território por ele conquistado.

Gilvan Ventura da Silva aponta o fato de que a dinastia dos Antigônidas (governantes do território macedônico) reivindica Héracles como divindade da qual descendem. Os Selêucidas (da Síria), por sua vez, buscam em Apolo seu protetor. E os Ptolomeus do Egito nomeiam Dionísio como divindade de sua predileção. Além disso, há um movimento geral de consolidação do culto a Alexandre, transformado em divindade na medida em que a noção de que ele é filho de Zeus-Amon passa a ser amplamente disseminada. Observam-se também referências ao soberano morto, ligadas a Dionísio e Héracles.

Os sucessores de Alexandre no poder – referidos em grego como *diádocos* (*Diadochoi*, “sucessores”) e também como *epígonos* (*Epígonoi*, “filhos”) – aproveitam-se desta situação para tornar o seu poder mais legítimo. Assim, o culto a Alexandre é progressivamente instituído no Egito: primeiro por Ptolomeu I e, posteriormente, ele é ampliado por Ptolomeu II de forma a também integrar a sua própria pessoa e a de sua esposa e irmã, Arsinoé.

Os “cultos de mistério”

No contexto mais amplo do mundo das dinastias helenísticas, caracterizado por incertezas políticas e guerras constantes, difundem-se cultos a divindades muito populares, como aqueles de Ísis e Cibele (Magna Mater) entre os habitantes do território helenizado. Estas se tratam de divindades orientais, porém que sofrem um processo de helenização. Tais cultos foram chamados pelos historiadores de “cultos ou religiões de mistério”, porque envolviam um ritual de iniciação secreto aos novos adeptos e uma nova vida, devotada à divindade, que passava a ser entendida como protetora de tais adeptos. A designação historiográfica de “cultos de mistério” tem por função distingui-los dos cultos religiosos cívicos (aqueles tradicionalmente ligados às cidades – as pólis).

Os rituais, conduzidos ao longo dos cultos de mistério, carregavam características muito peculiares. Por exemplo: o culto à Magna Mater incorporava cerimônias em que havia procissões, autoflagelação e, até mesmo, a autocastração por parte dos sacerdotes e dos novos adeptos.

A deusa Magna Mater (mais tarde, muito cultuada no Império Romano sob o nome Cibele) era uma deificação de origem frígia da mãe terra. Seu culto é muito antigo, atestado por evidências arqueológicas que remontam ao século XIII a.C., quando existia na parte oeste do planalto da Anatólia, na Ásia Menor (atual Turquia), o reino **frígio**.

Frígia

Reino da Antiguidade que se situava na área centro-oeste da região da Anatólia (onde atualmente se encontra a Turquia).

Acredita-se que os habitantes daquilo que se tornou o reino frígio começaram a se reunir nessa região, a partir de 1200 a.C., e um reino propriamente dito é mencionado em fontes do século VIII a.C. Ele sobreviveu ao controle de diversos impérios, como o persa, e aquele de Alexandre o grande e sucessores. Por fim, ele foi incorporado ao Império Romano.



Figura 11.1: Imagem da Magna Mater, esculpida em rocha do período hitita, no monte Sípilo (século XIII a.C.), atual Turquia.

Fonte da imagem: http://en.wikipedia.org/wiki/File:StatueofKybele_MountSipylus_ManisaTurkey.jpg



Figura 11.2: Estátua romana de Cibele, em mármore do século I a.C., encontrada em Formia, na região da Campânia, Itália.

Fonte da imagem: © Wikimedia Commons – http://en.wikipedia.org/wiki/File:Kybele_formiae.jpg



Figura 11.3: Localização da Frígia (Phrygia), região originalmente dominada e o reino em seu tamanho expandido.

Fonte da imagem: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Turkey_ancient_region_map_phrygia.gif

Átis era um deus frígio, ligado à vegetação, que tem seu nome relacionado a Cibele após o século VI a.C., como seu companheiro e conselheiro. Na história de ambos, ele é forçado por Cibele a, num estado de frenesi, castrar-se como punição por seu ato de infidelidade a ela. Os iniciados no sacerdócio eunuco de Cibele reviviam o mito ao efetuarem a castração deles próprios.

Outro importante culto, disseminado no Oriente helenístico – ainda mais famoso que aquele da Magna Mater –, era o de Ísis. Nesse culto, a deusa egípcia está associada a seu irmão Osíris, por sua vez mesclado à figura de Serápis.



O culto a Serápis

O culto à divindade Serápis apareceu durante o reinado de Ptolomeu I, no Egito, no fim do século IV a.C., provavelmente sob a responsabilidade do próprio governante, que tinha por objetivo unir em termos de culto os cidadãos gregos de Alexandria e os egípcios que se tornaram seus súditos. Serápis reunia em si as figuras de Ápis (o deus touro) e Osíris, deus do mundo dos mortos. Os nomes de tais divindades egípcias foram combinados de maneira a nomear o novo deus: Osíris-Ápis, tornando-se, assim, Serápis. Como os gregos não prezavam divindades com formas de animais, o deus foi antropomorfizado, tal como as figuras helênicas. O culto à nova divindade foi rapidamente difundido e, mais tarde, adotado pelos romanos, que construíram um templo a Serápis em Roma, inspirado no exemplo do Serapeion de Alexandria.

Fonte: http://www.forumancientcoins.com/moonmoth/reverse_serapis.html



Figura 11.4: Busto de Serápis do período helenístico-romano, produzido em terracota. Localizado no Staatliches Museum Ägyptischer Kunst, Munique, Alemanha.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Kopf_des_Serapis.jpg

O culto à Ísis possuía diversos colégios sacerdotais, tanto masculinos quanto femininos. O franco sucesso do culto isíaco no mundo helênico é atribuído à capacidade que ele possuía de integrar ou, conforme Gilvan V. Silva (2009, p. 93), “absorver outras divindades femininas, incluindo aquelas do panteão olímpico, como comprova um dos epítetos a ela atribuídos: ‘deusa dos dez mil nomes’”.



Figura 11.5: Ísis alada. Pintura mural, produzida em torno de 1360 a.C.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:%C3%84gyptischer_Maler_um_1360_v._Chr._001.jpg

A divulgação do culto isíaco ocorreu não apenas no mundo helenístico, mas também no mundo romano, em todo o Império Romano. Um forte exemplo da ampla adoção deste culto pelos romanos são as ruínas dos templos à Ísis nas cidades de Roma e Pompeia.



Figura 11.6: Ruínas do Templo de Ísis, em Roma.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Monteverde_tempio_di_Iside_2873.JPG



Figura 11.7: Ruínas do Templo de Ísis em Pompeia, sul da Península Itálica.
Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brogi,_Giacomo_\(1822-1881\)_-_Pompei_-_Tempio_d%27Iside_-_n._5038_-_ca._1870.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brogi,_Giacomo_(1822-1881)_-_Pompei_-_Tempio_d%27Iside_-_n._5038_-_ca._1870.jpg)



Atende ao Objetivo 1

1. Observe a imagem a seguir, que representa a deusa Tyche, portando a palma. Trata-se de uma cópia romana da representação mais famosa da divindade: a estátua original que ficava situada em Antioquia, capital do reino selêucida. A cópia romana preservada não reproduz a cena completa do original de Antioquia na qual apareciam também os reis selêucidas Seleuco I e Antíoco I, prestando homenagens à deusa.



Figura 11.8: Estátua da deusa Tyche de Antioquia. Cópia romana em mármore do original grego, produzido em bronze no século III a.C.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Tyche_Antioch_Vatican_Inv2672.jpg

Existe relação histórica entre o culto à deusa Tyche (deusa do destino) e a realidade de poder dos diádocos? Se sim, qual?

Resposta Comentada

Sim. A relação a ser estabelecida entre o culto da deusa Tyche e a realidade política mais ampla dos reinos helenísticos é muito visível. A instabilidade política, devida às constantes guerras travadas entre os diádocos com o objetivo de ampliar seus territórios, criava um contexto político extremamente mutável, onde havia insegurança generalizada, que era entendido pelos homens como fruto das decisões de Tyche sobre os destinos humanos. Assim, a única forma de prevenir tais reviravoltas da vida política e social era procurar apaziguar o gênio temperamental da deusa com oferendas e homenagens.

Escolas filosóficas ao longo do período helenístico

No mundo helenístico, há o desenvolvimento de diversos movimentos filosóficos que procuram compreender a nova realidade, trazida com o desenvolvimento da noção de Império Universal (construído por Alexandre e mantido por seus sucessores) e com a consequente desagregação do antigo sistema pólide. Neste contexto, o filósofo deixa de ser figura importante na cidade (a pólis) porque não mais reflete sobre o conjunto dos cidadãos ou, ainda, sobre o sentido da ação política no quadro urbano. Ele busca agora pensar sobre o indivíduo (solitário) e sua vida no mundo. Conforme Gilvan Ventura da Silva (2009, p. 95), a partir desse momento,

os sistemas filosóficos terão como referência três planos: a) o da vida interior, da formação da personalidade do sábio; b) o da vida cotidiana, das relações de amizade (philia) que se estabelecem entre os pares e c) da cosmópolis, da pólis universal, que requer igualmente um cidadão universal.

Diversos foram os movimentos filosóficos presentes no cenário mediterrâneo helenístico. Analisaremos as escolas de pensamento mais importantes.

Cinismo

Os cínicos formavam um grupo filosófico que acreditava que os homens deveriam viver uma vida de virtude de acordo com as regras da natureza, isto é, em harmonia com ela. Isto implicava a rejeição dos desejos do ser humano em sociedade, como: a riqueza, o poder, a saúde ou a fama. Advogavam, neste sentido, em favor de uma vida livre de posses e bens. Segundo o biógrafo grego Diógenes Laércio, “o essencial dos deuses é que não necessitam de nada. Para os que se assemelham aos deuses, o fundamental é que necessitam de muito pouco (para viver)”. Os principais filósofos cínicos foram:

Antístenes (445-365 a.C.)

Diógenes de Sinope (412-323 a.C.)

Crates de Tebas (365-285 a.C.)

Menipo (c. 275 a.C.)

Demétrio (10-80 d.C.)

Estoicismo

A escola do estoicismo aparece com a figura de Zenão de Cício, no século III a.C. Apoiando-se nas noções éticas dos cínicos, esta escola preconizava a vida de acordo com as leis da natureza. Os estoicos defendiam o desenvolvimento do autocontrole e a fortaleza como meios de superar emoções consideradas destrutivas. De acordo com Eduardo Arens (1997, p. 188), para o estoico, “o homem sábio e perfeito é o virtuoso, que não é outro senão o que vive de acordo com a razão, que é inerente à natureza [a *physis*]”. A ética estoica era individualista, orientava-se para a vida interior e mantinha indiferença em relação à vida social, embora o estoico devesse cumprir com seus deveres cívicos (diferentemente do cínico, que os ignorava).

Esta corrente de pensamento manteve muitos adeptos – dentre eles, o pensador romano Sêneca e o imperador romano Marco Aurélio – até vir a desaparecer no século III d.C. Entre os principais pensadores estoicos estão:

Zenão de Cício (336-263 a.C.)

Cleanto (331-232 a.C.)

Crisipo (280-207 a.C.)

Panácio (185-110 a.C.)

Posidônio (135-51 a.C.)

Sêneca (4 a.C.-65 d.C.)

Epicteto (55-135 d.C.)

Marco Aurélio (121-180 d.C.)

Epicurismo

A filosofia dos epicureus aparece com a figura de Epicuro no século III a.C. Segundo esta escola de pensamento, o universo é regulado pelo acaso, sem qualquer interferência dos deuses. O objetivo maior dos epicureus era alcançar a ausência de dor, considerada o grande prazer. Na realidade, buscavam a *ataraxia* (a tranquilidade interior), uma atitude imperturbável diante de todo sentimento e afeto. Defendiam também a vivência de uma vida simples. Dentre os principais pensadores epicureus, encontram-se:

Epicuro de Samos (341-270 a.C.)

Metrodoro (331-278 a.C.)

Zenão de Sidônia (século I a.C.)

Filodemo (110-40 a.C.)

Lucrecio (99-55 a.C.)

Ceticismo

A escola do ceticismo, também denominada Pirronismo, teve em Pirron de Élida o seu fundador no século III a.C. e foi posteriormente desenvolvida por **Enesidemo de Cnossos**, no século I a.C. Esta escola de pensamento defendia o ceticismo filosófico completo em relação às coisas do mundo com o objetivo – tal como os epicureus, todavia por meios diferentes – de alcançar a mente tranquila (*ataraxia*). Considerando que os homens não podem comprovar a verdade das coisas, os céticos defendiam que o julgamento a respeito das coisas deve ser suspenso. Os principais pensadores céticos foram:

Pirron de Élida (365-275 a.C.)

Timon (320-230 a.C.)

Enesidemo de Cnossos (século I a.C.)

Sexto Empírico (século II d.C.)

A existência de outras correntes, menos expressivas de pensamento filosófico, pode ser observada no período helenístico. Dentre elas, são dignos de menção o grupo dos cirenaicos e a corrente do ecletismo.

Os cirenaicos compunham um grupo que defendia uma filosofia ultr**hedonista**. Esta corrente foi fundada ainda no século IV a.C. pelo pensador Aristipo de Cirene (435-360 a.C.). Os cirenaicos acreditavam que o bem supremo para os seres humanos era o prazer, em especial, os prazeres imediatos da vida. Entende-se que o pensamento deste grupo tenha sido substituído, um século mais tarde, pela escola já mencionada do epicurismo, que revelava uma forma de pensamento mais moderada.

Já o ecletismo – terminologia criada pelos estudiosos modernos para designar certo grupo de pensadores antigos – era um sistema filosófico que adotava crenças diversas de sistemas de pensamento já existentes. Os ecléticos escolhiam ideias que eles consideravam mais razoáveis e convincentes de outras escolas filosóficas, não

Enesidemo de Cnossos

Filósofo neopirrônico ou cético empírico grego, nascido em Cnossos, Creta, considerado o pensador mais importante do período em que ensinou em Alexandria (cerca de 70-50 a.C.) e dirigiu a escola cética ou pirrônica. Escreveu vários livros dedicados ao pirronismo, doutrina criada por Pirron de Élida (365-275 a. C.), também conhecida como ceticismo.

Fonte: Netsaber biografias. Disponível em: http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_1961.html

Hedonismo

Doutrina ética, ensinada por antigos epicureus e cirenaicos, e por modernos utilitaristas, que afirma constituir o prazer, só ou principalmente, a felicidade da vida.

Fonte: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/>

possuindo, assim, uma doutrina própria. O filósofo estoico Panácio, que viveu no século II a.C., teria sido o primeiro pensador a adotar o ecletismo de ideias. E o maior defensor desta forma de pensamento foi o filósofo, orador e político romano Cícero (106-43 a.C.).



Atende ao Objetivo 2

2. Leia atentamente o trecho abaixo, escrito pelo autor Émile Bréhier:

O universo político dos estoicos é muito distinto do de Platão. Conservam-se na cidade de Atenas postos de consideração, não são nela conselheiros políticos; Diógenes Laércio (VII, 10) transmitiu-nos o decreto pelo qual o povo ateniense concedia a Zenão uma coroa de ouro e uma sepultura no Cerâmico. E ali se dizia: “Zenão de Cítio, filho de Mnáseas, ensinou filosofia durante anos em nossa cidade, era um homem de bem, aconselhava a virtude e a temperança aos jovens que o procuravam, punha-os no bom caminho e oferecia a todos, como exemplo, sua própria vida, que estava de acordo com as teorias que predicava”. Há a maior admiração por suas qualidades morais, mas nenhum vestígio de seu papel político.

A que se deve tamanha perda do papel político do filósofo (neste caso, o estoico) no espaço das cidades no período helenístico?

Resposta Comentada

A perda do papel político do filósofo nas cidades do mundo helenístico faz parte do contexto de separação entre política e filosofia, elo que havia sido consagrado pelos cidadãos das pólis, no período clássico. Os reveses políticos e econômicos, causados pelas constantes guerras entre os soberanos helenísticos, trazem uma atmosfera de insegurança e temores para os habitantes das cidades que, desta forma, procuram se dedicar cada vez mais à sua vida e interesses próprios, deixando de lado a antiga solidariedade cívica que os unia no interior das pólis.

O judaísmo como uma forma de filosofia helenística

Dentre as correntes filosóficas existentes no mundo helenístico, é também possível encaixar o pensamento dos judeus que nele se desenvolve. Os estudiosos referem-se mais amplamente à forma de pensamento encontrada nos textos judaicos, produzidos em grego no Mediterrâneo helenístico, como judaísmo helenístico. Neste sentido, o *judaísmo helenístico* é compreendido como uma tentativa de aproximar a tradição religiosa judaica em relação à cultura e filosofias helenísticas.

Ao analisar, na região do Mediterrâneo helenístico, os textos judaicos, produzidos em grego que fazem uma apologia (um elogio) ao judaísmo, o autor John J. Collins (1997, p. 217) chega à conclusão de que “a maioria dos textos (...) demonstra um desejo de partilhar e de ser aceita nos estratos mais sofisticados filosoficamente da cultura helenística”. Tais textos procuram, assim, caracterizar a religião judaica como uma filosofia e disfarçam as

práticas singulares do culto judaico, principalmente a circuncisão, mas também o ato de guardar o sábado ou não comer carne de porco, porque estas eram consideradas superstições típicas de cultos menores. Os autores dos textos tinham plena consciência de que elas eram normalmente repudiadas pelos não judeus. Em suma, no contexto particular do Mediterrâneo de fala grega, os autores dos textos que faziam o elogio do judaísmo procuraram suavizar as fronteiras do culto judaico a partir da ênfase nas características comuns com as filosofias helenísticas que percorriam o Mediterrâneo.

O principal representante desta vertente do pensamento judaico que soube se relacionar bem com o meio cultural helênico à sua volta foi o filósofo Fílon (30 a.C.-45 d.C.), da cidade de Alexandria.

Ele pertencia ao mais alto segmento dentro da comunidade judaica da capital do Egito e foi também um expoente da tradição filosófica judaica, tradição esta muito ligada à cultura helenística. Muitos textos seus sobreviveram até a atualidade, dentre eles tratados históricos e numerosos tratados filosóficos. A filosofia constituía, no seu entender, um instrumento no trabalho de interpretação da

Septuaginta

Trata-se da tradução grega do Bíblia hebraica, realizada no Egito ptolomaico, por volta do século III a.C. O nome Septuaginta (ou também LXX) deve-se à história segundo a qual setenta escribas teriam sido utilizados para a sua produção.

Septuaginta.

Fílon foi um judeu muito aculturado no meio cultural helênico, pois seus textos revelam maestria e domínio total dos recursos linguísticos e da educação gregos. Além disso, nada indica que ele tenha recebido outra formação cultural que não aquela ministrada no ginásio grego para os efesos. Tudo leva a crer também que ele desfrutava da cidadania da cidade de Alexandria. Ainda assim, Fílon espelha as atitudes sociais da elite da comunidade judaica alexandrina. Apesar de muito aculturado, ele não foi completamente assimilado pelo meio helênico que tanto conhecia. Muito ao contrário, ele era um judeu fiel às tradições de seu povo e à comunidade a que pertencia.

Esta interação entre a tradição judaica e a cultura, e o pensamento helenísticos, da qual o judeu Fílon de Alexandria é um importante exemplo, já foi muitas vezes apontada como o fator crucial

para o desenvolvimento da religião do Cristianismo. Como você estudou em aulas anteriores, o primeiro intelectual a formular esta ideia foi J. G. Droysen, na primeira metade do século XIX. Muitos autores posteriores continuaram a compreender o nascimento do Cristianismo desta maneira. No século XX, no entanto, a historiografia dividiu-se, em linhas gerais, em dois grandes grupos: um primeiro que acreditava que o Cristianismo devia muito do seu pensamento e doutrina ao pensamento helenístico e um segundo (posterior) que defendia as firmes raízes do Cristianismo na tradição judaica.



Até meados do século XX, era forte na expressiva escola de Tübingen, representante primeira da teologia protestante alemã, uma longa tradição que apresentava o Cristianismo como uma ruptura em relação ao Judaísmo. Particularmente nas décadas de 1950 e 1960, o movimento cristão foi considerado, conforme consenso dos especialistas em Novo Testamento deste centro de estudos, uma religião helenística sincrética com seu centro, **crístologia** e **soteriologia** fortemente influenciadas pelas religiões de mistério e por um gnosticismo pré-cristão. O maior expoente deste pensamento foi o teólogo Rudolf Bultmann. Dentre as personagens da primeira geração do movimento cristão, o apóstolo Paulo é a figura que mais foi lida na historiografia no quadro da interpretação do Cristianismo com forte influência das religiões helenísticas. Ele é visto em muitos trabalhos como o helenizador do pensamento cristão, até então ainda muito arraigado a uma concepção apocalíptica e dualista do Judaísmo palestino. Neste sentido, Paulo teria reinterpretado a lei de Moisés, segundo a complexidade do mundo greco-latino. Por trás de tal argumento, reside a forte tese de que a abertura aos não judeus que Paulo

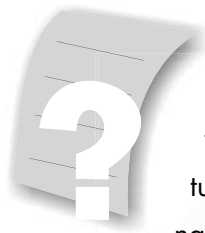
Cristologia

É o estudo sobre Cristo; é uma parte da teologia cristã que estuda e define a natureza de Jesus, a doutrina da pessoa e da obra de Jesus Cristo, com uma particular atenção à relação com Deus, às origens, ao modo de vida de Jesus de Nazaré, visto que estas origens e o papel dentro da doutrina de salvação tem sido objeto de estudo e discussão desde os primórdios do Cristianismo.

Soteriologia

É o termo que caracteriza a doutrina da salvação. A palavra soteriologia é a junção de dois vocábulos gregos, *soteria* que significa salvação e *logia* que significa estudo ou tratado.

promove na fé cristã é resultado do processo de ampla helenização da tradição judaica, estando, neste caso, tal abertura diretamente relacionada à condição de Paulo de judeu helenizado, quanto à origem e formação. Por muito tempo se acreditou que o apóstolo Paulo fosse um iniciado nas religiões de mistério e nas filosofias helenísticas. Afinal, a cidade de Tarso, na província romana da Cilícia – da qual o livro de Atos dos Apóstolos afirma que o missionário cristão era originário – era conhecida pela forte presença da filosofia estoica no século I d.C. Entretanto, os poucos resíduos de um pensamento estoico – que é, aliás, o único pensamento filosófico característico daquele tempo que se mostra visível em suas epístolas – são um pequeno trecho da epístola aos Romanos e, em linhas mais gerais, o conteúdo da epístola aos Filipenses.



Rudolf Bultmann era um teólogo alemão de formação luterana que foi professor de estudos de Novo Testamento por três décadas na Universidade de Marburg. A característica principal de seu trabalho é a definição de uma quase completa separação entre história e fé, que ele denominou Demitologia. Em seu entendimento, o simples conhecimento do fato de que Cristo foi crucificado já era base suficiente para a fé cristã.

O Cristianismo nasceu como religião dentro do Império Romano e incorporou muitas crenças judaicas além de alguns conceitos das filosofias helenísticas presentes havia muito tempo naquele contexto mediterrâneo. Este movimento, no entanto, foi mais do que uma simples mistura entre tradição judaica e cultura helenística. O cerne da religião cristã reside na crença, que só pertence a ela, de que Jesus é o Messias, o salvador, enviado por Deus à Terra para a salvação da humanidade.

CONCLUSÃO

Os cultos religiosos e as correntes filosóficas que se desenvolveram no Mediterrâneo helenístico buscavam dar respostas para a nova realidade que se apresentava aos habitantes das regiões dominadas pelas dinastias dos antigônidas, dos ptolomeus e dos selêucidas, sucessoras de Alexandre o Grande. Tratava-se de um mundo não mais caracterizado por cidades-estado autônomas e, sim, por um império considerado universal, que sobrepunha sua autoridade à antiga tradição das cidades. Além disso, a guerra em muito se ampliou neste contexto em razão das diversas disputas entre os reis helenísticos com o objetivo de ampliar seus territórios. Isso tornava o cenário político e social do mundo helenístico muito volúvel e trazia uma insegurança perene a quem nele residia. Os cultos religiosos, em especial os cultos de mistério, que eram marcados por uma ligação pessoal entre o devoto e a divindade, e os novos sistemas filosóficos como o Estoicismo e o Epicurismo eram todos eles formas de explicação para essas fortes transformações sociais encontradas pelos homens daquele tempo histórico.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Leia os trechos a seguir. O primeiro trata-se de um trecho do filósofo estoico Epicteto, seguido de uma explicação sobre o princípio estoico da igualdade natural de todos os seres humanos:

Se aquilo que os filósofos dizem acerca da semelhança entre Deus e os homens é verdade, o que resta aos homens fazer senão o que fez Sócrates: quando perguntado sobre sua cidade natal, nunca responder “Eu sou um ateniense ou um coríntio”, mas afirmar “Eu sou um cidadão do mundo” (Epicteto).

Todos os seres humanos são manifestações do Espírito Universal e devem viver segundo o amor fraternal e ajudar uns aos outros. As diferenças externas, como a posição social e a riqueza, não são importantes nas relações sociais.

Fonte: <http://www.onelittleangel.com/wisdom/quotes/stoicism.asp>

O segundo trecho corresponde aos versículos 26-28 do terceiro capítulo da epístola aos Gálatas, redigida pelo apóstolo cristão Paulo:

Porque todos sois filhos de Deus pela fé em Cristo Jesus.

Porque todos quantos fostes batizados em Cristo já vos revestistes de Cristo.

Nisto não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus.

Você vê semelhanças de pensamento entre a formulação estoica e a cristã?

Resposta Comentada

É possível enxergar similaridades entre o pensamento estoico e o pensamento cristão na questão da ênfase no amor fraternal e na igualdade dos seres humanos como habitantes da mesma comunidade. No entanto, é bastante difícil determinar até que ponto o pensamento cristão foi diretamente influenciado pelo pensamento e valores estoicos. O mais provável é que tais valores já estivessem amplamente difundidos no Mediterrâneo helenístico e, principalmente, no romano, onde o Cristianismo desenvolveu-se.

RESUMO

Estudamos nesta aula os mundos das religiões e das filosofias helenísticas, inserindo-os no contexto sociopolítico mais amplo de dominação da região do Mediterrâneo oriental pelas dinastias helenísticas. Pudemos perceber como os cultos religiosos (agora mais personalizados e não mais ligados às cidades) e o pensamento filosófico dos filósofos (igualmente distanciados das preocupações políticas das cidades e mais atentos às questões da vida interior ou do cotidiano) procuraram dar respostas e apaziguar as mentes dos homens e mulheres que viviam naquele mundo, dominado pelas incertezas e regido, segundo eles, pela deusa Tyche, senhora temperamental dos destinos humanos.

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula, a última deste volume, vai trazer informações sobre a questão da ciência e da arte no mundo helenístico. Muitos pensadores e artistas famosos da época helenística criaram trabalhos que permaneceram influentes por séculos.

Aula 12

Arte e ciência no mundo helenístico

Juliana Bastos Marques

Meta da aula

Introduzir questões sobre o desenvolvimento da arte e da ciência no mundo helenístico, relacionando-as com a configuração política e cultural do período.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as características da arte helenística;
2. reconhecer a importância do desenvolvimento técnico e científico realizado no período.

INTRODUÇÃO

As realizações helenísticas nos campos das artes e da ciência refletem de maneira exemplar as características do período, demonstrando as consequências das conquistas de Alexandre. Produziu-se arte e conhecimento a partir dos moldes gregos anteriores em um espaço geográfico muito mais extenso, incluindo não somente a Ásia e o Egito, mas também o Mediterrâneo ocidental. As trocas culturais mais intensas e a competição entre os reinos helenísticos favoreceram inovações em escala inédita.

No entanto, temos na verdade poucos vestígios de toda essa produção remanescente do próprio período helenístico. Muitas das obras de arte e dos textos científicos originais se perderam, e o que foi preservado encontra-se geralmente disponível através de cópias romanas posteriores. Isso atesta uma grande influência helenística no mundo romano, que foi retomada posteriormente no Renascimento sob os moldes humanísticos. Assim, de certa forma, é a produção artística e científica do mundo helenístico que serve como referência principal do mundo antigo para os desenvolvimentos posteriores no Ocidente europeu.

Como estudar a arte helenística

O estudo da História da Arte é multidisciplinar. A maior parte das pesquisas é feita por historiadores da arte, cuja formação acadêmica costuma ser específica. Historiadores da arte tradicionalmente focaram a discussão das obras artísticas a partir da evolução dos estilos, em uma análise interna aos objetos analisados. O estudo do contexto histórico de produção de obras de arte é geralmente marginal a essas interpretações, embora há algum tempo esteja, enfim, sendo valorizado. Também junto aos historiadores da arte estão os críticos de arte, cuja análise das obras com frequência apresenta um caráter mais subjetivo – daí

encontrarmos com frequência comentários em livros de História da Arte qualificando a arte helenística como “decadente” e “inferior” à arte do período grego clássico.

No caso específico do estudo da arte na Antiguidade, muitos estudiosos têm como formação a Arqueologia. Isso por vezes concede às pesquisas um caráter bastante descritivo, de acordo com o aspecto técnico da pesquisa arqueológica, focada na descrição e tipologia dos objetos analisados. No campo oposto, da análise teórica, os filósofos especializados em estética também trazem análises por vezes focadas apenas nas obras em si e não no contexto histórico de sua produção, circulação e preservação.

Por causa dessa característica multidisciplinar, muitos historiadores costumam deixar o estudo da arte helenística de lado. Vários dos livros que usamos na bibliografia do curso, que procuram tratar do mundo helenístico em geral, não mencionam o tema da arte. De certa forma, isso reflete não apenas as diferentes formações acadêmicas no estudo da Antiguidade, mas também as dificuldades inerentes ao estudo da arte helenística.



O surgimento da História da Arte

Os primeiros tratados sobre as obras de arte surgiram no mundo helenístico, mas não foram preservados. O principal texto antigo preservado que analisa a pintura e a escultura é a História Natural, escrita por Plínio, o Velho, no século I d.C., e que foi a maior referência para a retomada dos padrões estéticos clássicos durante o Renascimento.

Mas a História da Arte, tal como a conhecemos, que estuda as obras dos pintores e escultores, e classifica-as dentro de correntes estilísticas que se sucedem historicamente, surge com a publicação em 1550 das *Vidas dos artistas*, do pintor toscano Giorgio Vasari (1511-1574). A obra de Vasari é uma coleção de biografias, mas já indica uma percepção evolutiva no desenvolvimento da arte ao delimitar grupos estilísticos que uniam as obras dos artistas em determinadas características.



Figura 12.1: Autorretrato de Giorgio Vasari, 1567.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Giorgio_Vasari_Selbstportr%C3%A4t.jpg

O padrão biográfico estabelecido por Vasari é superado no século XVIII com a obra do alemão Johann Joachim Winckelmann, que estava particularmente interessado na análise das obras de arte gregas e criticava a ênfase biográfica da escola de Vasari.

Para Winckelmann, era necessário concentrar-se na análise crítica das obras de arte em si e não nos artistas que as criaram, procurando compreender também o contexto histórico em que foram produzidas.



Figura 12.2: Johann Joachim Winckelmann (1717-1768).

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Johann_Joachim_Winckelmann_\(Angelika_Kaufmann\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Johann_Joachim_Winckelmann_(Angelika_Kaufmann).jpg)

Hoje em dia, a análise de Winckelmann também está ultrapassada, especialmente depois da incorporação de princípios científicos, filosóficos e psicológicos na análise da arte, com autores como Heinrich Wölfflin, Erwin Panofsky, Jung e Roland Barthes. Essas interpretações são a base dos estudos atuais que procuram entender a arte helenística dentro de sua própria lógica, sem mostrá-la como inferior à arte grega clássica.

Em linhas gerais, essa desvalorização da arte helenística decorre do fato de que a grande maioria das obras remanescentes, em especial na escultura, são cópias romanas posteriores. Sabemos da existência de grandes artistas que trabalharam para Alexandre, como o escultor Lisipo e o pintor Apeles, mas suas obras se perderam. O material que temos preservado muitas vezes é de difícil datação – não sabemos na verdade se muitas peças que parecem helenísticas, devido ao seu estilo, foram mesmo produzidas no período ou são apenas o retrato de uma determinada influência estilística que marcou a arte produzida em Roma.

Um dos principais exemplos desse problema é talvez a obra mais famosa atribuída ao período helenístico, o Laocoonte (**Figura 12.3**), que já vimos brevemente na Aula 1. A estátua é um conjunto que faz referência à morte de Laocoonte e seus filhos durante o saque de Troia, descrita no livro 2 da *Eneida* de Virgílio. Segundo a tradição grega, que Virgílio segue, Laocoonte era um sacerdote que denunciou aos troianos que o cavalo de madeira enviado pelos gregos era falso. Poseidon então enviou duas serpentes para matar Laocoonte, o que os troianos interpretaram como sinal de que o cavalo era sagrado. Plínio, o Velho, descreve a estátua do Laocoonte na *História Natural*, dizendo que estava localizada na casa do imperador Tito e que era “superior a todas as outras pinturas e esculturas” jamais feitas (XXXVI, 37).

Quando a obra foi encontrada, em 1506, logo foi reconhecida como a estátua descrita por Plínio: surgia aos renascentistas, pela primeira vez, uma estátua que era citada nos autores antigos e fazia referência a um texto já conhecido. Mas a obra seria uma cópia romana ou o original mencionado por Plínio, que a creditava aos escultores ródios Hagesandro, Atanodoro e Polidoro?

Como faltavam alguns pedaços da estátua, principalmente o braço direito de Laocoonte, o papa Júlio II ordenou sua restauração. Michelangelo foi chamado e sugeriu que o braço que faltava estaria dobrado no original, mas a versão que sugeria um braço estendido venceu. O braço sugeriria a força de Laocoonte ao lutar por sua

vida, mesmo com a expressão de dor e sofrimento em seu rosto. Porém, em 1906, foi encontrado um braço de mármore em Roma que parecia se encaixar na obra. Outra restauração foi encomendada e é a que se encontra hoje no Museu do Vaticano.

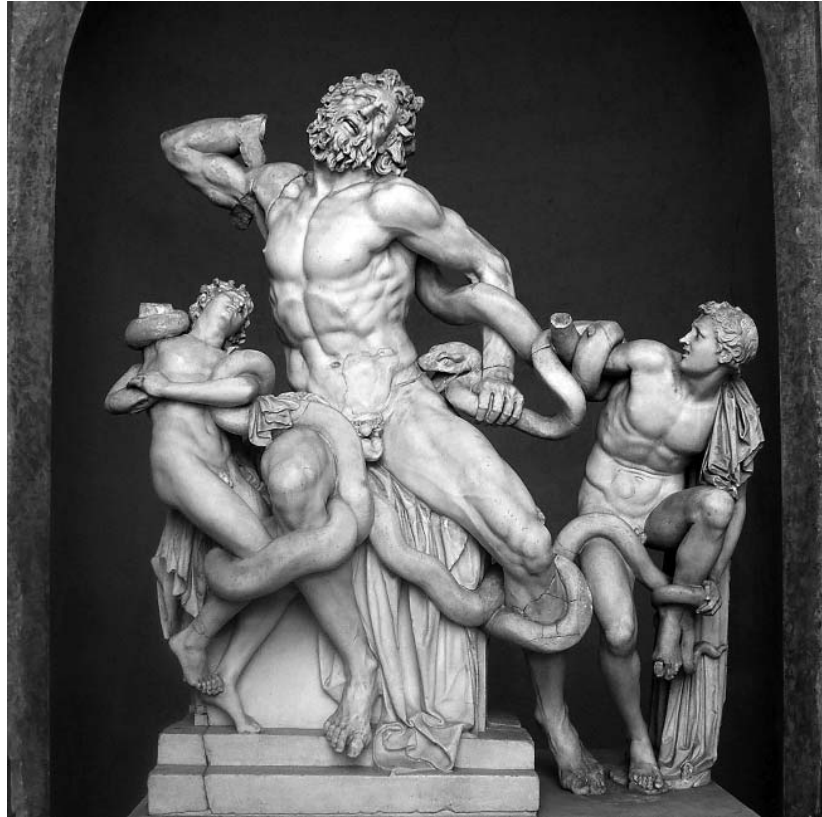


Figura 12.3: *Laocoonte e seus filhos*, Museu do Vaticano.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Laoco%C3%B6n_and_His_Sons.jpg.

Tanto Vasari quanto Winckelmann seguiram a admiração de Plínio e consideraram o Laocoonte como o ápice da escultura antiga, representação perfeita do corpo humano em movimento e do domínio da composição e da expressão facial. Para Vasari, seria o ápice do *exemplum doloris*, a tragédia sublime, a representação perfeita do sofrimento; para Winckelmann, o cúmulo da “nobre simplicidade e da grandeza silenciosa” (apud STEWART, 2003, p. 494-495). Mas três diferentes datações ainda eram sugeridas para a escultura: o

fim do século IV a.C., antes da conquista de Alexandre, considerado o período áureo da escultura grega clássica; o período helenístico, por volta de 200 a.C.; ou o próprio período romano.

Quando o grande *Altar de Pérgamo* foi descoberto, por volta de 1870, o estilo das esculturas encontradas no friso foi logo reconhecido como similar ao do *Laocoonte*. Repare na figura no canto inferior esquerdo:



Figura 12.4: Detalhe do friso do *Altar de Pérgamo*: Gaia pede que Atena poupe seus filhos. Museu de Pérgamo, Berlim.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fregio_della_gigantomachia_02.JPG

Daí viria a caracterização mais corrente que vemos nos estudos sobre a arte helenística: muito mais intensa nas expressões do que a arte clássica, mais exagerada, mais vistosa, de tamanho maior (veremos mais sobre o *Altar de Pérgamo* adiante), enfim, mais “barroca”. Muitas explicações foram sugeridas para isso, como o crescimento da consciência individual, que se refletia também na religião, e a difusão da escultura grega para um espaço muito maior, que também possibilitava a interação com outras tendências estéticas locais. O fato é que por muito tempo a arte helenística foi classificada

como decadente, inferior – visão influenciada pela concepção do próprio período como menos importante, como vimos na Aula 1 – e suas obras foram erroneamente datadas em outros períodos. Assim, é importante ter em mente que existe uma série de julgamentos de valor embutidos na análise estética das obras helenísticas, e que devemos ter muito cuidado ao considerar as dificuldades de datação precisa das obras e o seu contexto de produção e difusão.

Escultura

De todas as formas de arte antiga, a escultura é a mais frequente nas análises dos especialistas. Isso se deve em boa parte ao fato de que sua preservação foi muito menos problemática do que a pintura. De fato, existe uma grande quantidade de esculturas preservadas com datação geralmente creditada à época helenística (embora sempre parem dúvidas, como vimos). Talvez a principal razão para a proliferação de estátuas no período seja a presença da cultura grega em um espaço imensamente maior do que a própria Grécia (incluindo a Ásia Menor) e a riqueza das cidades, dos templos e dos indivíduos, que passaram a comissionar obras de arte para exibir sua prosperidade e competir entre si. Essa tendência acentuou-se ainda mais com a dominação romana, cuja elite tornou-se o mercado mais próspero para os escultores, tanto durante o período helenístico quanto depois, através das cópias que hoje preenchem os museus. Vamos ver algumas dessas esculturas e analisar os elementos que apresentam em comum:

A Vênus de Milo



Figura 12.5: Afrodite, a Vênus de Milo, 130 a.C.?, Museu do Louvre.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Venus_de_Milo_Louvre_Ma399.jpg

Esta estátua de Afrodite é uma das obras de arte mais conhecidas do mundo antigo. Encontrada em 1820, na ilha de Milos, foi por muito tempo considerada uma típica obra do período clássico grego e atribuída ao escultor Praxíteles. A atribuição, no entanto, contradizia a inscrição na base da estátua, que afirmava que seu autor era um certo Alexandro de Antioquia (cidade que sabemos ter sido fundada no período helenístico). Os especialistas do Louvre, que consideravam então a arte helenística decadente, chegaram à

conclusão que era impossível que uma estátua de tanta qualidade fosse desse período e simplesmente removeram a base para justificar a atribuição a Praxíteles. Hoje em dia, a interpretação é diferente, como podemos ler na análise revista feita no *site* do museu:

A obra reflete as inovações que surgiram durante o período helenístico, entre os séculos III e I a.C. A composição helicoidal, a inserção da figura no espaço tridimensional e o alongamento do tronco de seios delicados são característicos deste período. A deusa é captada no instantâneo, e o deslizar do pano sobre os quadris provoca o fechar das pernas. A nudez contrasta com os efeitos de luz e sombra do drapeado profundamente escavado (<http://www.louvre.fr/oeuvre-notices/aphrodite-dite-venus-de-milo>).

O Torso de Belvedere



Figura 12.6: O Torso de Belvedere, Museu do Vaticano.
 Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Belvedere_Torso-Vatican_Museums.jpg



Figura 12.7: Esboço do Torso de Belvedere pelo pintor holandês Peter Paul Rubens, cerca de 1600.
 Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Peter_Paul_Rubens_200.jpg

Vasari considerava o *Torso de Belvedere*, juntamente com o Laocoonte, como o representante máximo da *terza maniera*, o “terceiro estilo”, ou seja, o modelo ideal para o estilo “moderno” de representação artística (o primeiro estilo sendo o de Giotto, e o segundo de Brunelleschi). Assim como na *Vênus de Milo*, o torso está contorcido. A perfeição do contorno dos músculos influenciou diversos artistas, desde o Renascimento, como Michelangelo e Rafael, até o Barroco, como Peter Paul Rubens.

O Fauno Barberini



Figura 12.8: O Fauno Barberini, cerca de 220 a.C., Glyptothek, Munique.

Fonte: Foto da autora.

O *Fauno Barberini*, assim nomeado por causa da coleção do cardeal Barberini, foi descoberto em 1620, no Castel Sant'Angelo, em Roma, onde antes se encontrava o mausoléu do imperador romano Adriano. Pode ser ou um original dos séculos III ou II a.C. ou uma cópia romana e está atualmente restaurado. A estátua é considerada um dos representantes mais típicos da arte helenística, pois representa não apenas uma pose complexa e realista, como também o estado mental do fauno representado, provavelmente bêbado e tendo um sonho atribulado, como mostra sua face.

O Gaulês moribundo



Figura 12.9: O *Gaulês moribundo*, cerca de 230-220 a.C., Museu Capitolino, Roma.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dying_gaul.jpg.

Assim como o *Fauno Barberini*, o *Gaulês moribundo* também está representando um momento específico, em uma pose contorcida e realista, mostrando sua agonia e sofrimento próximo à morte. A

estátua faz parte de um conjunto encomendado pelo rei Átalo I de Pérgamo para celebrar a vitória sobre os gálatas (gauleses) no fim do século III a.C. e retrata a característica dos gauleses de lutar nus – ou também pode representar a figura idealizada da nudez heroica ou patética.

O hermafrodita



Figura 12.10: O hermafrodita, cópia romana do século II d.C., Museu do Louvre, Paris.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Borghese_Hermaphroditus_Louvre_Ma231_n4.jpg.

Um tipo específico de nudez nas estátuas helenísticas é o tema recorrente do hermafrodita, que, de acordo com a mitologia, era filho/a de Afrodite e Hermes. O efeito de ambiguidade e contraste parece bastante popular no período, já que se conhecem diversas cópias da estátua e continuou recorrente durante o período romano.

O aspecto da individualidade marca as esculturas helenísticas, tanto nos exemplos anteriores, de momentos específicos no tempo que retratam estados do corpo e da alma, quanto nos retratos. Pela primeira vez, os bustos procuram mostrar de maneira mais realista, ou verossímil, o caráter dos retratados. Tal característica tem seu

início, sem surpresa, com o próprio Alexandre, que foi retratado como um jovem arrojado pelo seu escultor oficial, Lisipo. Repare na **Figura 12.11** como os cabelos parecem desgrenhados pelo vento e a testa está enrugada – compare agora este retrato com a representação rígida do busto de Péricles, já destacado na **Figura 3.3** da Aula 3. Como analisa o historiador da arte Ernst Gombrich:

É claro, o problema com todos os retratos antigos é que realmente não podemos nos pronunciar sobre a sua aparência com os retratados – muito menos, de fato, do que o adulator na história. Talvez se pudéssemos ver uma foto de Alexandre descobríssemos que ele era muito diferente do busto. Possivelmente, as estátuas de Lisipo assemelhavam-se muito mais a um deus do que ao conquistador da Ásia. Mas podemos afirmar sem o menor constrangimento: um homem como Alexandre, espírito inquieto, imensamente talentoso, mas algo pervertido pelo sucesso, poderia parecer-se com esse busto, com seu supercílio altivamente erguido e sua expressão vigorosa (GOMBRICH, 1999, p. 106).



Figura 12.11: Busto de Alexandre, o Grande, Museu Arqueológico de Istambul.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:IAM_1138T_-_Bust_of_Alexander.jpg



Figura 12.12: Busto de Péricles.

Fonte: Altes Museum, Berlim (fotografia da autora).

Pintura

Da pintura helenística, assim como da pintura antiga em geral, sobraram pouquíssimos resquícios. No entanto, seguindo a mesma tendência que vimos na escultura, sabemos que não apenas os templos e edifícios públicos estavam adornados com pinturas, mas as casas privadas dos cidadãos ricos também ostentavam pinturas, feitas por artistas famosos na época, ou cópias delas.

Uma das poucas pinturas preservadas que são legitimamente datadas do período helenístico é o conjunto dos frisos dos túmulos de Vergina, que mencionamos rapidamente na Aula 3. Os frisos externos dos túmulos mostram composições complexas e vívidas: no túmulo de Filipe II, uma grande cena de caça; no túmulo menor, uma delicada representação do rapto de Perséfone por Hades. A imagem chama

a atenção pela representação dinâmica do movimento, através dos cabelos de Perséfone e do manto vermelho de Hades.



Figura 12.13: Detalhe do *Rapto de Perséfone*, túmulo real de Vergina, Grécia.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Painting_vergina.jpg.

Presume-se que várias das pinturas romanas encontradas nas casas de Pompeia e Herculano sejam cópias de originais helenísticos, já que ambas as cidades eram conhecidos centros de influência grega e ostentavam ricas mansões da elite endinheirada que procurava se revestir da alta cultura em voga. Tal tendência também é encontrada em Roma, como no caso dos frisos de Odisseu

no Esquilino, um dos quais você deve ter analisado na Atividade Final da Aula 8. Este conjunto de frisos pode ser chamado de antecessor das histórias em quadrinhos, o que chamamos academicamente de “arte sequencial”: ilustra uma história e tem uma sequência narrativa entre as imagens.

Outra imagem bastante recorrente do mundo helenístico é o *Mosaico de Alexandre*, um grande mosaico romano encontrado na Casa do Fauno, em Pompeia, provavelmente cópia de uma pintura helenística. A imagem é uma composição que retrata a batalha de Issus, em que Alexandre triunfa sobre o exército persa de Dario III. Assim como no retrato do general que vimos há pouco, o mosaico também representa uma figura individualizada, em comparação com as figuras padronizadas do período clássico. O cabelo e a barba de Alexandre se sobressaem, bem como o nariz. O conjunto procura passar a sensação de movimento e força. Veja o detalhe da cabeça e dos olhos do cavalo, Bucéfalo:



Figura 12.14: Detalhe do *Mosaico de Alexandre*. Museu Arqueológico de Nápoles.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Meister_der_Alexanderschlacht_002.jpg

Arquitetura e artes menores

Vimos na Aula 9 algumas das inovações arquitetônicas das novas cidades helenísticas, como as grandes *stoas* e os teatros permanentes. A prosperidade econômica de muitas cidades, especialmente na Ásia Menor, as influências culturais do Oriente e também a prática do evergetismo, que já analisamos na Aula 9, certamente foram as responsáveis pela construção de edifícios públicos muito maiores e suntuosos do que no período clássico. Apenas alguns estão preservados, mas nos mostram uma ideia da tendência do período. Um bom exemplo é o *Altar de Pérgamo*, construído por Eumenes II na parte superior da acrópole da cidade, na costa da Ásia Menor, provavelmente para celebrar suas vitórias contra os gálatas (não se tem certeza nem da datação precisa da construção do altar, nem do seu propósito direto). Vamos acompanhar a descrição do historiador de arte H. W. Jansen:

É, na verdade, um edifício impressionante. O altar propriamente dito ocupa o centro de um pátio retangular envolvido por uma colunata jônica que se eleva sobre uma alta base de cerca de 93 metros quadrados; uma escadaria monumental dá acesso ao pátio, no lado ocidental. Altares de tão grandes dimensões parecem ter sido uma tradição jônica [a Jônia é a região onde se localiza Pérgamo] desde a época arcaica, mas o de Pérgamo é o mais primoroso de todos e o único de que subsistiram vestígios importantes. O seu aspecto mais ousado é o grande friso que corre ao longo da base, com 120 metros de comprimento e mais de 2 metros de altura (JANSEN, 1986, p.144).

Assim como no caso das efígies nas moedas, em que os reis retratavam-se para legitimar suas dinastias e sua continuidade com as conquistas de Alexandre, edifícios monumentais como esse altar também tinham a função política de demonstrar e legitimar o poder. Mas tão surpreendente quanto a grandiosidade do altar é o fato de ele ter sido escavado, transportado e remontado totalmente no Museu de Pérgamo, em Berlim, onde se encontra hoje:



Figura 12.15: O Altar de Pérgamo, remontado em Berlim.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pergamonmuseum_Pergamonaltar.jpg

Essa suntuosidade também pode ser verificada na outra principal inovação arquitetônica do período, que foi a introdução do capitel coríntio. Os edifícios gregos podem ser datados também a partir dos estilos de suas colunas, a mais simples e antiga sendo a dória, depois sobressaindo a jônia e a coríntia. A coluna coríntia, criada no início do século IV a.C. e assim nomeada por causa da cidade de Corinto, é uma evolução estilística da coluna jônia e adiciona folhagens e ornamentações adicionais, criando uma forma de decoração mais luxuosa, em consonância com as novas e ricas construções.

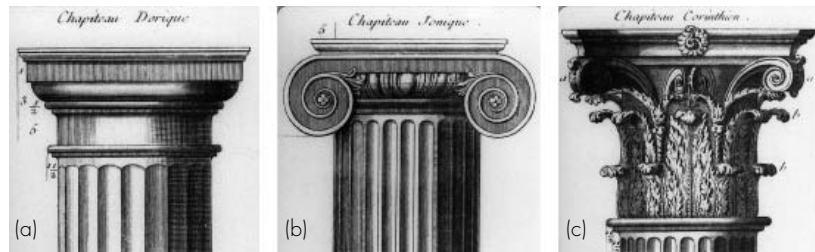


Figura 12.16: Desenhos dos estilos de colunas gregas, da esquerda para a direita: dórico, jônio e coríntio.

Fontes: (a) <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dorisk.kapitel.jpg>; (b) <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jonisk.kapitel.jpg>; (c) <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Korintisk.kapitel.jpg>

Até mesmo no que chamamos de “artes menores”, ou seja, a cerâmica, a ourivesaria e o entalhe de gemas, entre outras, temos exemplos dessa tendência de ostentação e grande elaboração de detalhes, como é o caso da *Cratera de Derveni*. Com 90 cm de altura e feita de uma liga de bronze tão elaborada que parece feita de ouro, a **cratera** contém elaborados relevos que mostram animais, sátiros e mênades, homens e mulheres seguidores de Dioniso, deus do vinho.

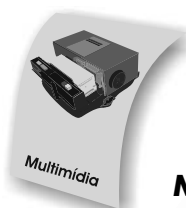
Crateras

As crateras eram vasos gregos tradicionalmente usados para misturar água e vinho em banquetes. Considerava-se correto diluir o vinho para o uso diário, em uma parte para três de água, ou uma para duas em refeições especiais.



Figura 12.17: A Cratera de Derveni, Museu Arqueológico de Tessaloniki

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Crat%C3%A8re_de_Derveni_0001.jpg.



Vale a pena visitar os sites dos museus que contêm grandes coleções de arte helenística:

Museu do Louvre

<http://www.louvre.fr/departments/antiquit%C3%A9s-grecques-%C3%A9trusques-et-romaines>

Museu de Pérgamo

<http://www.smb.museum/smb/sammlungen/details.php?objID=3>

Metropolitan Museum of Art:

http://www.metmuseum.org/toah/hd/haht/hd_haht.htm

Museu Britânico

http://www.britishmuseum.org/explore/highlights/highlights_search_results.aspx?RelatedId=1696

Museu Arqueológico de Atenas

<http://www.namuseum.gr/collections/sculpture/hellenistic-en.html>



Atende ao Objetivo 1

1. A imagem a seguir é uma escultura helenística, conhecida como *A velha bêbada*. Descreva a escultura e explique por que ela pode ser considerada como pertencente a este período.



Figura 12.18: *A velha bêbada*, Glyptothek, Munique.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Old_drunkard_Glyptothek_Munich_437_n1.jpg.

Resposta Comentada

A figura mostra uma situação patética e não idealizada, de velhice, pobreza e embriaguez, revelando assim uma tendência realista na escultura. A embriaguez e a posição da estátua remetem à representação de uma alteração de consciência e estado mental específico de um determinado momento no tempo. Os detalhes do rosto e das pregas da roupa conferem com o realismo e o movimento das outras estátuas analisadas.

O desenvolvimento da ciência

Também na História da Ciência o período helenístico foi durante muito tempo considerado inferior aos períodos arcaico e clássico. Os primeiros pensadores gregos que criaram a filosofia procuraram compreender o mundo sob uma forma “científica”, ou seja, através da observação dos fenômenos naturais sem uma explicação divina. Nesse sentido, lançaram as bases para as realizações helenísticas. Aliás, é importante frisar que não podemos falar de ciência no mundo antigo através dos moldes de hoje, pois a ciência moderna é definida pelo método científico, desenvolvido apenas a partir do século XVI, com Galileu (1564-1642), Francis

Bacon (1561-1626) e René Descartes (1596-1650), e muitas das explicações que os antigos apresentavam para o funcionamento das coisas hoje parecem ingênuas e absurdas. No entanto, a evolução da ciência está em grande parte relacionada às necessidades do mundo em que é desenvolvida. No caso dos antigos, esse processo é ainda mais evidente: as descobertas e invenções helenísticas estão em geral ligadas ou a motivações cotidianas ou ao ambiente do debate teórico-filosófico das elites.

Por isso, é necessário compreender que, quando falamos de cientistas antigos, suas atividades, objetivos e financiamento eram muito distintos daqueles dos cientistas de hoje. Em primeiro lugar, as atividades técnicas e práticas eram bastante desvalorizadas, já que eram associadas ao trabalho braçal, eminentemente escravo. Assim, a maior parte dos desenvolvimentos científicos helenísticos está na teoria, no pensamento abstrato – a Matemática é um bom exemplo: surgem no período a Geometria, a Trigonometria e a Óptica, cujos princípios até hoje são ensinados nas escolas. Segundo muitos autores, em especial os marxistas, associada a essa mentalidade estava a falta de estímulos para otimizar a produção, com a acomodação da mão de obra escrava. Em segundo lugar, não havia especialização tal como hoje e os cientistas estudavam campos do conhecimento bem diferentes entre si. Arquimedes, por exemplo, escreveu tratados sobre Matemática, Física e Engenharia. Eratóstenes estudou Geografia, Astronomia e Matemática, além de História e Literatura.

Assume-se em geral que os cientistas helenísticos perderam a liberdade de pesquisa que havia com as *poleis* autônomas, pois durante a época helenística a maior parte deles estava subordinada aos reis, que patrocinavam o seu trabalho em troca de prestígio cultural e de inovações no campo militar, o principal estímulo para aplicações técnicas práticas. De fato, os principais centros de pesquisa científica no período eram Alexandria, através da Biblioteca, e Pérgamo. Mas, se por um lado a autonomia era menor, os cientistas agora estavam livres das obrigações políticas

da cidadania para se dedicar apenas aos seus estudos. Isso nos faz lembrar que os principais nomes da ciência helenística eram membros das elites gregas, espalhadas por toda a área dos reinos herdeiros das conquistas de Alexandre.

Algumas das obras desses cientistas sobreviveram até nós, outras em fragmentos citados pelos autores romanos. Obras abstratas, tais como os *Elementos* de Euclides, apresentam deduções e desenhos que usamos até hoje, mas outras, como vários tratados sobre Botânica e Farmacologia, eram escritas em versos, com a preocupação de mostrar não apenas conhecimento sobre a área estudada como também o domínio das letras e do estilo, em consonância com a demonstração da alta cultura pelas elites.

Astronomia

O contato grego com a altamente desenvolvida astronomia (e a Astrologia, estimada no mesmo patamar) babilônica foi fundamental para o desenvolvimento da astronomia helenística, que já procurava partir dos princípios do movimento das estrelas deduzidos por antecessores, tais como Tales de Mileto (século VI a.C.). Embora o uso de instrumentos de observação e medição fossem ainda rudimentares, a invenção do astrolábio e da *dioptra* por Hiparco de Niceia (aproximadamente 190-126 a.C.) possibilitaram a determinação da posição dos corpos celestes no céu e o cálculo do diâmetro do Sol, respectivamente.

Sugestiva da dificuldade de mudar paradigmas sem o auxílio de instrumentos precisos e de deduções rigorosamente demonstradas é a hipótese de Aristarco de Samos (310-230 a.C.) de que a Terra giraria em torno do Sol, contradizendo o conhecimento estabelecido de que a Terra era o centro do universo. Arquimedes descreve o pensamento pioneiro de Aristarco:

Aristarco de Samos escreveu uma obra baseada em certas hipóteses, que seguem a partir da premissa de que o universo

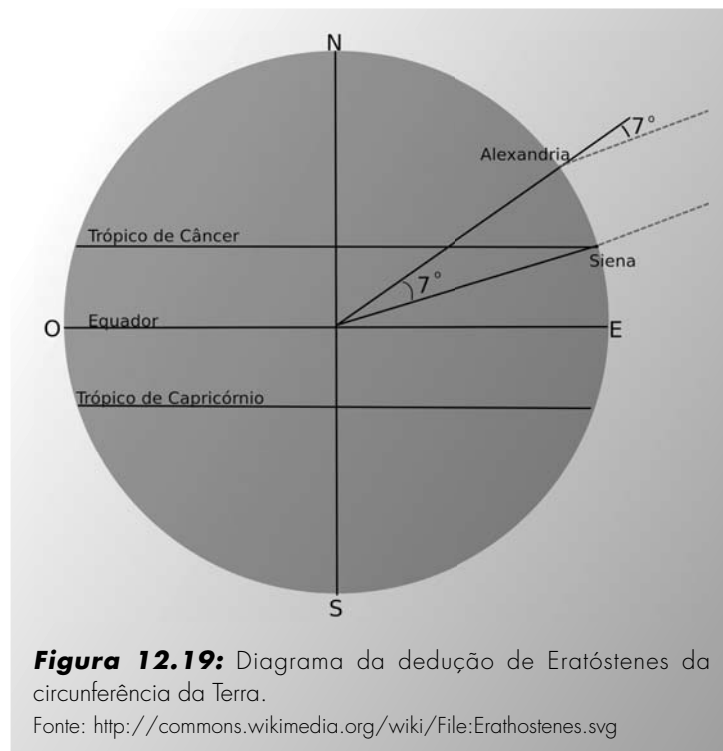
é muitas vezes maior do que se acredita. Suas hipóteses são que as estrelas são fixas e que o Sol se mantém imóvel, que a Terra gira na circunferência de um círculo ao redor do Sol, que está no meio dessa órbita, e que a esfera das estrelas fixas, situada aproximadamente no mesmo centro do Sol, é tão grande que o círculo em que ele acredita que a Terra gira tem a mesma proporção em relação à distância das estrelas fixas do que o centro da esfera tem em relação à superfície. (O contador de areia, 1).

Ou seja, para Aristarco o universo era tão grande que as estrelas estariam a enormes distâncias do Sol e da Terra, mas a paralaxe estelar não ocorria, ou seja, as estrelas não se movimentavam em relação umas às outras para um observador na Terra. Sabemos de apenas um astrônomo antigo que apoiou as ideias de Aristarco e a teoria heliocêntrica só foi retomada com Copérnico e Kepler, mil e oitocentos anos depois. Apesar disso, não se deve desmerecer o estado da ortodoxia científica na época apenas porque se provou posteriormente que Aristarco estava certo. Graham Shipley ressalta que “a teoria de Aristarco era, se não insustentável, pelo menos impossível de se provar” (SHIPLEY, 200, p. 353), já que não se conhecia a gravidade e, para todos os efeitos, a Terra realmente parecia imóvel. De fato, apenas com a invenção do telescópio foi possível detectar a paralaxe estelar, de forma que a rejeição à hipótese de Aristarco é plenamente compreensível dentro do contexto da época.



A Terra é redonda

Já Eratóstenes precisou apenas de cálculos simples e uma dedução lógica para determinar a medida da circunferência da Terra, demonstrando que o planeta era redondo. Eratóstenes era o bibliotecário-chefe da Biblioteca de Alexandria, e sabia da existência de um poço na cidade de Swnet (em grego, Siene, hoje Assuã), na parte sul do Egito, que era iluminado pelo Sol ao meio-dia em um determinado dia do ano sem que se fizesse sombra alguma (o poço existe até hoje). Já que o Sol fazia uma sombra no mesmo dia e hora em Alexandria com um ângulo de $7^{\circ}12'$ no chão, a única explicação para essa diferença seria que a Terra é redonda. Sendo assim, como $7^{\circ}12'$ é $1/50$ de 360° , a distância entre Swnet e Alexandria deveria ser também $1/50$ do diâmetro da Terra – o cálculo nada mais é do que uma regra de três. Eratóstenes calculou a distância entre as duas cidades como sendo de 5.000 estádios, o equivalente a 46.620 km se a medida que ele usou era o estádio ático. Porém, se ele usou o estádio egípcio, o que as fontes deixam em dúvida, isso significa 39.690 km, uma medida de grande precisão, dado que a medida calculada pela ciência atual é de 40.075 km.



Matemática

O período helenístico é considerado o mais importante no desenvolvimento da Matemática antiga, mas não representa uma ruptura totalmente radical com a Matemática clássica de Pitágoras e outros filósofos. Certamente houve alguma influência dos babilônios e egípcios, mas não sabemos precisar ao certo a origem das novidades surgidas na Matemática pura e aplicada. O que se destaca são as demonstrações lógicas e formulações de postulados fundamentais, ou axiomas, e hipóteses, especialmente com a obra *Elementos*, de Euclides, que formou a base da Geometria plana até o século XX nos conceitos e na forma de apresentação.

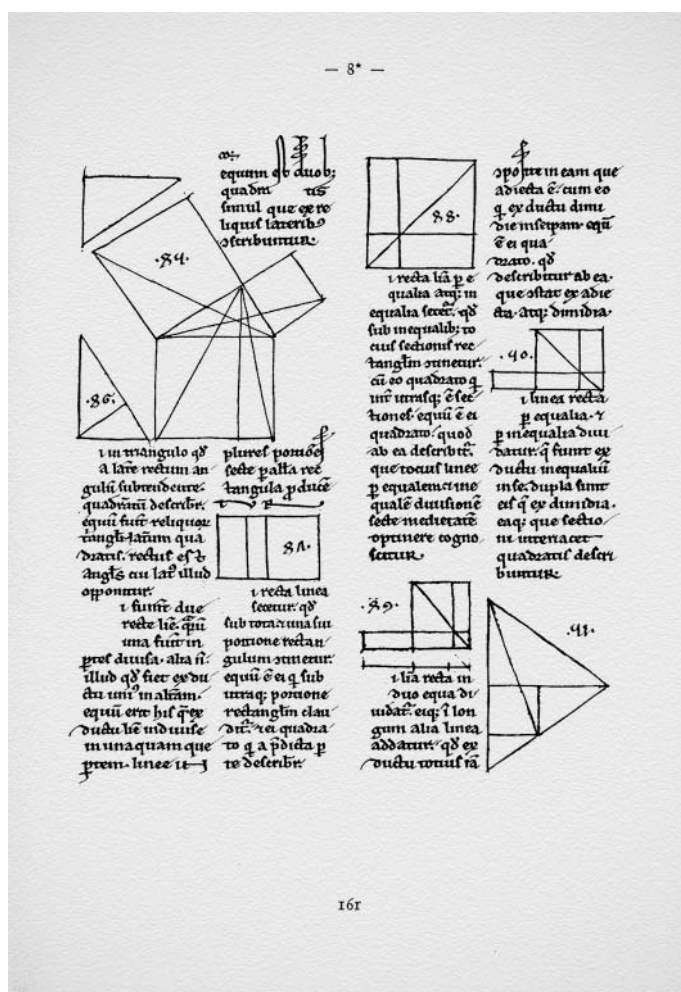


Figura 12.20: *Elementos*, de Euclides, manuscrito de Lüneburg (século XIII). No canto superior esquerdo encontra-se uma demonstração geométrica do Teorema de Pitágoras.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Euclid_Lueneburg_ms_page_8.jpg

A geometria dos sólidos, os números primos e o cálculo de áreas também se sofisticaram através dos trabalhos de Euclides e de Apolônio, ambos parte do grupo de estudiosos da Biblioteca de Alexandria. Outro nome importante é o de Arquimedes de Siracusa (287-212 a.C.), que calculou o valor de π (a proporção entre a circunferência e o diâmetro de um círculo) de maneira bastante precisa, usando o método da exaustão.

Mecânica

Assim como outros cientistas helenísticos, Arquimedes estava mais interessado nas implicações teóricas dos cálculos que desenvolveu sobre Matemática e Mecânica. No entanto, como estava subordinado ao patrocínio do rei Hierão II de Siracusa, foram as aplicações práticas de suas pesquisas que o tornaram mais conhecido: a Arquimedes é creditada a invenção da polia composta, do parafuso sem fim (para elevar a água encanada), e do cálculo de volumes irregulares. Este último é a fonte de uma conhecida anedota sobre o cientista, relatada pelo romano Vitrúvio: o rei Hierão havia suspeitado que uma coroa de ouro encomendada a um ourives tinha sido misturada com prata, embora seu peso fosse o mesmo do ouro fornecido. Conta a anedota que Arquimedes estava pensando sobre o problema durante o banho, sentado em uma banheira. Como o nível da água subia ao entrar na banheira, Arquimedes supôs que o mesmo princípio poderia ser aplicado à coroa de ouro, ou seja, o volume de água deslocado deveria ser equivalente à massa do objeto – este é o princípio da densidade. Empolgado com a descoberta, Arquimedes teria levantado da banheira e corrido nu pelas ruas, gritando “eureka, eureka!”, o que em grego significa “descobri”.

Anedotas à parte, as aplicações práticas das descobertas científicas no período têm se revelado muito mais sofisticadas do que se acreditava. No começo do século XX, foi encontrado um navio naufragado próximo à ilha de Anticítera, na Grécia, que foi datado do século I a.C. Dentre os artefatos encontrados, estavam 82 fragmentos de uma peça extraordinária, um mecanismo analógico de cálculo altamente complexo que os arqueólogos têm creditado como ancestral do computador. Estudos complexos foram necessários para analisar e decifrar o funcionamento da peça, exigindo até mesmo tomografias computadorizadas, o que revelou a existência de 30 rodas dentadas de bronze, todas interconectadas e resultando em três relógios diferentes, um maior em um lado e dois menores do outro. Acredita-se atualmente que o relógio maior fosse usado

para calcular a posição do Sol, da Lua e dos planetas no zodíaco, bem como as fases lunares. Os outros relógios indicariam ciclos astronômicos.

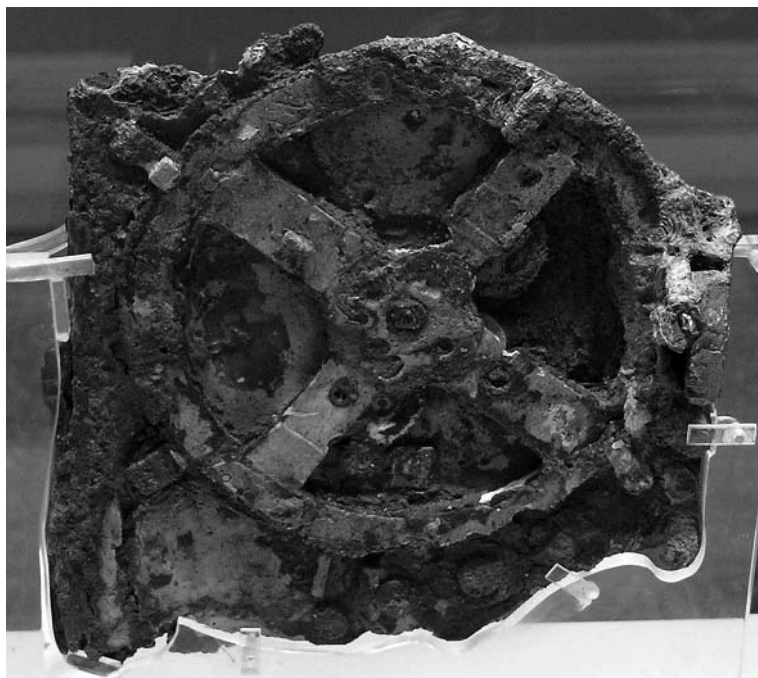
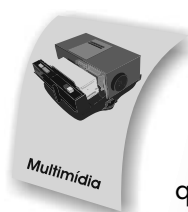


Figura 12.21: Fragmento principal do mecanismo de Antikythera, Museu Arqueológico Nacional, Atenas.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:NAMA_Machine_d%27Anticyth%C3%A8re_1.jpg



O mecanismo de Anticítera ainda está sendo estudado em detalhes. Textos (em inglês) e vídeos que detalham e sugerem reconstituições para as peças podem ser encontrados nos seguintes sites: <http://www.antikythera-mechanism.gr> e <http://www.hpdst.gr/events/exhibitions/antikythera-mechanism>.

Ciências biológicas e Medicina

O estudo da Botânica e da Zoologia no período helenístico deve suas origens ao trabalho de Aristóteles sobre esses temas, que combinava sua teoria especulativa, baseada nas formas e funções dos seres vivos, reflexos do nível de perfeição de cada criatura, com observações empíricas e práticas. Baseando-se nos princípios de Aristóteles, seu discípulo Teofrasto (cerca de 371-287 a.C.) estudou e catalogou as plantas conhecidas na época no livro *História das plantas*, em dez volumes (dos quais temos nove), e é tido como o “pai da Botânica”. Sua obra classificava as plantas de acordo com origem, tamanho, formas de reprodução e usos práticos, evitando explicações mágicas para os efeitos de consumo. Teofrasto utilizou informações coletadas por membros da expedição de Alexandre por todo o território conquistado, oferecendo uma minuciosa compilação de informações em escala inédita no mundo antigo, tanto que sua obra foi tida como referência para os conhecimentos na área até a Idade Média.

Os usos práticos desses conhecimentos podem ser atestados através da influência persa e egípcia no melhoramento das espécies através da experimentação. Devido à maior mobilidade e ao intenso intercâmbio cultural e econômico, a transferência de espécies diferentes para novas áreas também determinou melhorias nos padrões de cultivo e no pastoreio. No entanto, é importante ressaltar que essa transferência foi planejada não por motivos científicos, mas sim para garantir os padrões de vida das elites gregas e macedônicas estabelecidas nas novas regiões, ou para aumentar o prestígio político dos reis que patrocinavam tais importações.

No campo da Medicina, as explicações dos cientistas continuaram se baseando na teoria dos quatro “humores” formulada por Hipócrates – sangue, fleuma, bile amarela e bile negra, associados respectivamente ao ar, água, fogo e terra, e cujo desequilíbrio provocaria a dor e a doença. No entanto, os estudos de anatomia tiveram grande avanço, com as dissecações realizadas por Herófilo da Calcedônia e Erasítrato de Chio.

Herófilo introduziu o método experimental na Medicina, identificando os nervos e atribuindo ao cérebro, e não ao coração, como se acreditava, o centro do intelecto. Também identificou a diferença entre veias e artérias e estabeleceu um protocolo para a medição do pulso. Erasítrato fundou uma escola de anatomia em Alexandria, mas subordinou suas conclusões empíricas a um sistema que explicaria tanto a função dos órgãos quanto às doenças e seu tratamento: o ar inalado transformar-se-ia em *pneuma* vital e o sangue circularia apenas nas veias, enquanto que o ar circularia nas artérias.

O ambiente de livre experimentação de Alexandria, combinado com o patronato real, possibilitou a Herófilo e Erasítrato o estudo da anatomia humana a partir da dissecação de cadáveres e até mesmo de pessoas vivas. O enciclopedista romano Celso descreveu o método dos dois médicos:

[...] já que a dor e os vários tipos de doenças surgem nas partes internas, eles [os médicos] acreditam que ninguém pode remediar esses problemas se não conhece as partes do corpo, e que é necessário, portanto, abrir os corpos das pessoas mortas e inspecionar suas vísceras e intestinos. Acreditam que Hierófilo e Erasítrato o fizeram da melhor maneira possível. Os dois receberam dos reis alguns homens maus trazidos da prisão, e os abriram enquanto estavam vivos; enquanto a respiração ainda se mantinha nestes, examinaram coisas que a natureza antes havia escondido: sua localização, cor, forma, tamanho, disposição, consistência, relação, as projeções e depressões de cada uma, e se uma está dentro da outra ou recebe parte de outra dentro de si... Eles não acreditam que seja cruel buscar (como sugere a maioria) nas punições dos criminosos, e são poucos, os remédios para pessoas inocentes das gerações futuras (*De Medicina*, prefácio, 23-26).

CONCLUSÃO

As artes e ciências desenvolveram-se bastante no período helenístico, em primeiro lugar como consequência da expansão dos territórios conquistados pelos gregos e seus descendentes e o estabelecimento de padrões culturais gregos combinados com características culturais locais. As novas elites da Ásia e do Egito procuraram promover o estilo de vida derivado do mundo grego anterior, com o estímulo a obras de arte e teorias científicas baseadas nos padrões clássicos. No entanto, sua evolução tomou contornos próprios, revelando o caráter de desenvolvimento econômico do período refletido pela ostentação estética e o patrocínio real às pesquisas científicas. É sem dúvida nesses dois campos que vemos de maneira mais clara como a anterior desvalorização do período helenístico deu lugar à devida importância do seu estudo.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Este é o último exercício da disciplina Mundo Helenístico. Durante o semestre, você deve ter se familiarizado com a leitura crítica dos vários tipos de fontes que restaram do período: é necessário atenção aos detalhes do documento para relacioná-lo com o mundo que o produziu.

O texto a seguir é uma carta datada de 257 a.C. e escrita por um agente do governo ptolomaico para um produtor de uvas na Galileia. Leia o texto e responda: quais são as características teóricas e sociais relacionadas à ciência helenística que são indiretamente reveladas pela carta?

Glaukias a Apolônio, saudações.

Sobre as coisas que você me instruiu a reportar a Nicanor e Antíoco, nós as reportamos. Saiba que eles as aprovaram. Sobre as outras coisas, nós as reportaremos quando chegarmos. Chegando a Baitanôs e levando Melas comigo, eu visitei as plantas e todas as outras coisas. Elas me parecem cultivadas satisfatoriamente, e ele disse que a vinha tinha 80 mil [pés]. Ele também construiu um poço e habitações apropriadas. Ele me deu o vinho para provar, e eu não podia determinar se era de Quios [ilha grega] ou local. Esteja bem, e boa sorte com tudo (SKEAT, T. C. *Greek Papyri in the British Museum*, vii: The Zenon Archive. London: BM Publications for British Library Board, 1974: 1948).

Resposta Comentada

A elite grega espalhou-se pelas áreas conquistadas, levando seus costumes e economia – no caso, introduzindo o cultivo da uva para o vinho em novas regiões. A riqueza dos novos reinos também transparece no tamanho da plantação. O conhecimento técnico mostrava-se aplicado não nos tratados teóricos dos cientistas, mas na vida cotidiana das cartas. A principal frase que revela a resposta é a penúltima: o vinho produzido na Galileia é tão “grego” que se mostra indistinguível do vinho produzido na própria Grécia.



RESUMO

Vimos as características da arte e da ciência helenísticas. A arte helenística, por muito tempo desvalorizada e considerada inferior à arte grega clássica, tem problemas de datação e atribuição, já que está em boa parte preservada através de cópias romanas. Seu estilo revela características do contexto em que foram produzidas: perdem a solenidade rígida própria da *polis* dos cidadãos e ganha um caráter diversificado, individualizante, vistoso e grandioso, em consonância com a prosperidade e o cosmopolitanismo dos reinos helenísticos.

A ciência no período revela a evolução, diversificação e expansão das bases científicas lançadas pelos pensadores gregos anteriores, também por todo o território expandido onde se encontra agora a presença grega. Retrato das preocupações e interesses da elite grega nessas novas regiões, a ciência tem um caráter mais teórico do que prático, embora novos avanços técnicos estejam relacionados às preocupações estratégicas dos reis, que patrocinavam as pesquisas.

Mundo Helenístico

Referências

Aula 8

ALCOCK, Susan. *Graecia capta: the Landscapes of Roman Greece*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

AUSTIN, Michael. *The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest. A Selection of Ancient Sources in Translation*. 2nd. Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BARCHESE, Alessandro. Roman Perspectives on the Greeks. In: BOYS-STONES, G.; GRAZIOSI, B.; VAZUNIA, P. (eds.) *The Oxford Handbook of Hellenistic Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 98-113.

BUGH, Glenn R. (ed.) *The Cambridge Companion to the Hellenistic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

HOYOS, Dexter (ed.) *A Companion to the Punic Wars*. Oxford: Blackwell, 2011.

LÉVÊQUE, Pierre. *O mundo helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1987.

POLÍBIO. *Histórias*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UnB, 1996.

RAWSON, Elizabeth. Roman Tradition and the Greek World. In: ASTIN, A. E.; WALBANK, F. W.; FREDERIKSEN, M. W.; OGILVIE, R. M. (eds.) *The Cambridge Ancient History, 2nd edition. Vol. VIII: Rome and the Mediterranean to 133 BC*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 422-476.

SHIPLEY, Graham. *The Greek World After Alexander: 323-30 BC* (Routledge History of the Ancient World). London: Routledge, 2000.

TITO LÍVIO. *História de Roma*. Vols. V e VI (livros XXXV a XLV). São Paulo: Paumape, 1990.

Aula 9

AUSTIN, Michael. *The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest. A Selection of Ancient Sources in Translation*. 2nd. Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BILLOWS, Richard. *Cities*. In: ERSKINE, Andrew (Org.) *A Companion to the Hellenistic World*. Oxford: Blackwell, 2008.

BUGH, Glenn R. (ed.) *The Cambridge Companion to the Hellenistic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

FERGUSON, John. *A herança do helenismo*. Lisboa: Verbo, 1973.

HANSEN, Mogens Herman. *Polis. An introduction to the Ancient Greek City-State*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SHIPLEY, Graham. *The Greek World After Alexander: 323-30 BC* (Routledge History of the Ancient World). London: Routledge, 2000.

VRETTOS, Theodore. *Alexandria – a cidade do pensamento ocidental*. São Paulo: Odysseus, 2005.

Aula 10

BARCLAY, John M. G. *Jews in the Mediterranean Diaspora from Alexander to Trajan (323 BCE–117 CE)*. Edinburgh: T&T Clark, 1996.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. *Antigo Testamento*. São Paulo: Paulus, 1994.

CHEVITARESE, A. L. (2000) Interações Culturais entre Gregos e Judeus nos Períodos Arcaico, Clássico e Helenístico. In: CHEVITARESE, A. L., ARGÔLO, P. F. & RIBEIRO, R. S. (Orgs.). *Sociedade e religião na Antiguidade oriental*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros – Senai, p. 112-29.

COLLINS, John J. A Symbol of Otherness: Circumcision and Salvation in the First Century, in: *Seers, Sibyls and Sages in Hellenistic-Roman Judaism*. Leiden and New York: Brill, 1997, p. 211-35.

_____. Culto e Cultura. Os limites da helenização na Judeia. In: NOGUEIRA, Paulo A. S.; FUNARI, Pedro P. A. & COLLINS, John J. (Orgs.) *Identidades fluidas no judaísmo antigo e no cristianismo primitivo*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2010.

HENGEL, Martin. *Judaism and Hellenism*. Studies in their Encounter in Palestine during the Early Hellenistic Period. London: SCM Press, 1974.

_____. *Jews, Greeks and Barbarians*. Aspects of the Hellenization of Judaism in the pre-Christian Period. Philadelphia: Fortress Press, 1980.

LEVINE, Lee I. *Judaism and Hellenism in Antiquity*. Conflict or Confluence? Seattle & London: University of Washington Press, 1998.

JOSEPHUS, Flavius. *Works* (With a translation by H. St. J. Tackeray, Ralph Marcus & L. H. Feldman). Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press (Loeb), 1926-1965, 9 vols.

JOSEPHUS. Jewish Antiquities XIII, in: *The Works of Flavius Josephus*. Translated by William Whiston. Disponível em: <http://www.ccel.org/j/josephus/works/JOSEPHUS.HTM>. Acesso em: 10/01/2012.

MENDES, Norma M. Romanização: Cultura Imperial. *Phoînix*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 307-24.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização*. A interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

PIRENNE, J. *La Société Hébraïque d'après la Bible*. Paris: Éditions Albin Michel, 1965.

PRÉAUX, C. *Le Monde Helénistique: La Grèce et l'Orient de la Mort d'Alexander à la Conquête Romaine de la Grèce (323-146 a.C.)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2 vols., 1978.

PRICE, Simon. The History of the Hellenistic Period. In: BOARDMAN, J., GRIFFIN, J. & MURRAY, O. *The Oxford History of the Classical World: Greece and the Hellenistic World*. Oxford: Oxford University Press, 1988, p. 309-31.

SEGAL, Alan F. *Paul the Convert*. The Apostolate and Apostasy of Saul the Pharisee. New Haven and London: Yale University Press, 1990.

SELVATICI, Monica. *Tradição judaica, cultura helênica e dinâmica histórica: o cristianismo de Paulo de Tarso em perspectiva*. Rio de Janeiro: UFRJ (dissertação de Mestrado), 2002.

_____. *Paulo de Tarso e o judaísmo nos estudos sobre o fenômeno do helenismo*. Revista Eletrônica Hélade, v. 2, p. 1, 2002.

SILVA, Gilvan V. da (Org.) *Grécia, Roma e o Oriente. Da crise da polis à época helenística (404-31 a.C.)*. Vitória: Flor & Cultura Editores, 2009.

STERN, Ephraim. The beginning of the Greek settlement in Palestine in the light of the excavations at Tel Dor, in: GITIN, Seymour & DEVER, William G. (eds.) *Recent Excavations in Israel: Studies in Iron Age Archaeology*. Winona Lake, Indiana: Eisenbrauns, 1989, p. 107-124.

TCHERIKOVER, Victor. *Hellenistic Civilization and the Jews*. Massachusetts: Hendrickson Publishers, 2nd ed., 1999 (1st edition: 1959).

WILL, Edouard & ORRIEUX, Claude. *Judaïsmos-Hellénismos: essai sur le judaïsme judéen à l'époque hellénistique*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1986, p.177-228.

Aula 11

ARENS, Eduardo. A visão social das filosofias e religiões. In: _____. *Ásia Menor nos tempos de Paulo, Lucas e João: aspectos sociais e econômicos para a compreensão do Novo Testamento*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 185-197.

ATTIS. Disponível em: <www.theoi.com/Phrygios/Attis.html>. Acesso em: 15 jul. 2011.

BRÉHIER, Émile. *História da Filosofia I: A Antiguidade e a Idade Média: período helenístico e romano*. Tradução de Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1978.

COLLINS, John J. A Symbol of Otherness: Circumcision and Salvation in the First Century. In: *Seers, Sibyls and Sages in Hellenistic-Roman Judaism*. New York: Brill, 1997, p. 211-235.

ENGBERG-PEDERSEN, Troels. *Paul and the Stoics*. Louisville, KY: Westminster John Knox, 2000.

GRIFFIN, Jasper; MURRAY, Oswyn (Org.) *Greece and the Hellenistic World*. Oxford: Oxford University Press, 1988, p. 309-330.

PHILOSOPHY, Stoicism. Disponível em: <<http://www.onelittleangel.com/wisdom/quotes/stoicism.asp>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

PRICE, Simon. History of the Hellenistic Period. In: BOARDMAN, John; SELVATICI, Monica. *Os judeus helenistas e a primeira expansão cristã: questões de narrativa, visibilidade histórica e etnicidade no livro dos Atos dos Apóstolos*. 2006. Tese (Doutorado)-Unicamp, Campinas, SP, 2006.

_____. *Tradição judaica, cultura helênica e dinâmica histórica: o cristianismo de Paulo de Tarso em perspectiva*. 2002. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SERAPIS, Invented in Egypt. Disponível em: <www.forumancientcoins.com/moonmoth/reverse_serapis.html>. Acesso em: 10 ago. 2011.

SILVA, Gilvan Ventura da (Org.) *Grécia, Roma e o Oriente: da crise da pólis à época helenística (404-31 a.C.)*. Vitória: Flor & Cultura Editores, 2009.

Aula 12

CHAMOUX, François. *Hellenistic Civilization*. Oxford: Blackwell, 2002.

FLEMMING, Rebecca. Empires of Knowledge: Medicine and Health in the Hellenistic World. In: ERSKINE, Andrew (Org.) *A Companion to the Hellenistic World*. Oxford: Blackwell, 2008, 449-463.

GOMBRICH, Ernst H. *A História da Arte*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.

JANSON, H. W. *História da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

KEYSER, Paul T.; IRBY-MASSIE, Georgia. Science, Medicine and Technology. In: BUGH, Glenn R. (ed.) *The Cambridge Companion to the Hellenistic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, 241-264.

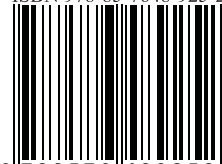
LÉVÊQUE, Pierre. *O mundo helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1987.

LLOYD, G. E. R., *Greek Science after Aristotle*. Norton, 1973.

RONAN, Colin A. *História Ilustrada da Ciência*. Vol. 1. Das origens à Grécia. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

STEWART, Andrew. Hellenistic Art, AD 1500-2000. In: ERSKINE, Andrew (Org.). *A Companion to the Hellenistic World*. Oxford: Blackwell, 2008, p. 494-514.

ISBN 978-85-7648-925-2



9 788576 489252



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

uff



UNIRIO



FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA